

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
DOUTORADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

LEOMARA BATTISTI TELLES

**PROPOSTA DE UM MODELO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
PARA EMPREENDIMENTOS RURAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UMA ABORDAGEM UTILIZANDO O MÉTODO MULTICRITÉRIO
ELECTRE TRI**

TESE

**PONTA GROSSA
2019**

LEOMARA BATTISTI TELLES

**PROPOSTA DE UM MODELO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
PARA EMPREENDIMENTOS RURAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UMA ABORDAGEM UTILIZANDO O MÉTODO MULTICRITÉRIO
ELECTRE TRI**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Engenharia de Produção, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Juliana Vitória Messias Bittencourt

PONTA GROSSA

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento de Biblioteca
da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Ponta Grossa
n.53/19

T274 Telles, Leomara Battisti

Proposta de um modelo de avaliação de desempenho para empreendimentos rurais de economia solidária: uma abordagem utilizando o método multicritério ELECTRE TRI. / Leomara Battisti Telles, 2019.

149 f.; il. 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Vitoria Messias Bittencourt.

Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2019.

1. Economia social. 2. Desempenho - Avaliação. 3. Processo decisório por critério múltiplo. 4. Desenvolvimento rural. 5. Agricultura familiar I. Bittencourt, Juliana Vitoria Messias. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. III. Título.

CDD 670.42

Elson Heraldo Ribeiro Junior. CRB-9/1413. 15/07/2019.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título de Tese Nº **26/2019**

PROPOSTA DE UM MODELO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA EMPREENHIMENTOS RURAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ABORDAGEM UTILIZANDO O MÉTODO MULTICRITÉRIO ELECTRE TRI

por

Leomara Battisti Telles

Esta Tese foi apresentada às **09 horas** de **07 de junho de 2019** como requisito parcial para a obtenção do título de DOUTOR(A) EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, com área de concentração em Gestão Industrial, Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção. O(A) candidato(a) foi arguido(a) pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Dr^a. Augusta Pelinski Raiher (UEPG)

Prof^a. Dr^a. Reydi Rolim de Moura (UEPG)

Prof. Dr. Antonio Vanderley Herrero Sola
(UTFPR)

Prof^a. Dr^a. Joseane Pontes (UTFPR)

Prof^a. Dr^a. Juliana Vitória Messias
Bittencourt (UTFPR) – *Orientador*

Prof. Dr. Cassiano Moro Piekarski (UTFPR)
Coordenador do PPGEP

A FOLHA DE APROVAÇÃO ASSINADA ENCONTRA-SE NO DEPARTAMENTO DE REGISTROS ACADÊMICOS DA UTFPR – CÂMPUS PONTA GROSSA.

Dedico este trabalho ao meu filho Santiago, ao
meu esposo Tiago e aos meus pais Mairi e Esmo.
Sem vocês essa conquista não seria possível.
Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas oportunidades que tive ao longo vida e pelas pessoas boas e iluminadas que estiveram presentes no meu caminho.

Agradeço imensamente à minha família. Ao meu filho Santiago agradeço por ser um anjo de luz na minha vida justamente na fase final da construção da tese. Não foi fácil, mas aprendemos e vencemos juntos. Amo você mais que tudo. Ao meu marido Tiago agradeço pela paciência e compreensão e, principalmente, por ter compartilhado comigo grandes aventuras. Obrigada pelo companheirismo e pela coragem. Aos meus pais Mairi e Esmo, meus maiores incentivadores, pelo apoio desde o primeiro dia da minha vida. Vocês foram, são, e sempre serão, meus alicerces. Aos meus irmãos Angélica e Fernando, agradeço por dividirem comigo as melhores histórias e os melhores momentos. Vocês são as “minhas metades”. À minha cunhada Elisiane, agradeço pela amizade desde a infância. Ao meu sobrinho Nicolas, agradeço simplesmente por ser o “moi” da tia.

Agradeço a minha amiga Priscila pela amizade desde a época da graduação e por compartilhar comigo os bons e os maus momentos desses 4 anos de doutorado. Obrigada pela parceria nas viagens semanais e obrigada pelas incansáveis conversas. Você foi essencial nessa caminhada e é essencial na minha vida.

Agradeço ao grupo de pesquisa Gestão em Inovação Agroindustrial (GIA), em especial à Bethânia, Mônica e Alcione, vocês são muito mais que colegas de grupo, são amigas especiais que o doutorado me presenteou. Obrigada por toda ajuda, apoio e incentivo. Em especial obrigada pela parceria nos trabalhos que desenvolvemos e pelas viagens que fizemos juntas. Vocês foram essenciais para essa conquista. Nunca me esquecerei de vocês.

À minha orientadora, professora Juliana, agradeço pelos ensinamentos, pela confiança, pelo incentivo, pela orientação, pela compreensão, por ser inspiração e por acreditar em mim mais do que eu mesma. Obrigada, sem você não seria possível.

Agradeço aos professores do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção (PPEGEP) por dividirem comigo conhecimento e por contribuírem para que hoje, eu seja melhor do que era a 4 anos atrás.

Ao Instituto Federal do Paraná (IFPR), em especial ao Câmpus Coronel Vivida, agradeço imensamente pelo afastamento integral, que permitiu que eu me dedicasse integralmente ao doutorado, tornando essa caminhada mais leve. Sem isso com certeza a caminhada teria sido mais desgastante.

Agradeço a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Obrigada a todos os professores e professoras, bem como aos demais funcionários e funcionárias que de alguma forma fizeram parte da minha formação.

Agradeço a Universidad de Zaragoza por me receber para o doutorado sanduíche e por disponibilizar a sua estrutura e seus professores, fazendo com que esse período fosse muito proveitoso. Muchas gracias!

Agradeço a professora Carmen Marcuello, por ter aceitado ser minha orientadora no doutorado sanduíche por permitir que eu vivenciasse umas das melhores experiências da minha vida. Obrigada pela recepção, você fez com que a estadia na Espanha fosse ainda mais incrível. Muchas gracias!

Agradeço aos professores membros da banca examinadora, Prof^a Dr^a Augusta Pelinski Raiher, Prof^o Dr^o Antonio Vanderley Herrero Sola, Prof^a Dr^a Joseane Pontes e Prof^a Dr^a Reidy Rolim de Moura por aceitarem o convite e pelas contribuições para a conclusão desse trabalho. Obrigada!

Agradeço ainda os empreendimentos rurais de economia solidária da região Sudoeste do Paraná e as entidades associadas ao MEScoop Aragón por aceitarem fazer parte da pesquisa. Muito Obrigada, vocês tornaram esta tese possível.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o meu crescimento e para o desenvolvimento desta tese.

Muito obrigada a tod@s!!!

"No creo en la caridad, creo en la solidaridad. La caridad es humillante porque se ejerce verticalmente y desde arriba. La solidaridad es horizontal porque respeta y aprende del otro. Tenemos mucho que aprender de los demás."

Eduardo Galeano

RESUMO

TELLES, Leomara Battisti. **Proposta de um modelo de avaliação de desempenho para empreendimentos rurais de economia solidária: uma abordagem utilizando o método multicritério ELECTRE TRI**. 2019. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2019.

O objetivo deste estudo é desenvolver um modelo de avaliação de desempenho para empreendimentos rurais de economia solidária (ERES) através da metodologia multicritério de apoio à decisão ELECTRE TRI, que resulte na inserção do processo de avaliação de desempenho no desenvolvimento estratégico dessas organizações. Para que o objetivo da pesquisa pudesse ser alcançado, a mesma foi desenvolvida em três etapas, com o uso de distintos instrumentos de pesquisa. Na primeira etapa, aplicou-se um questionário com vistas a caracterizar os empreendimentos participantes desta etapa e validar critérios iniciais de avaliação de desempenho com base nos princípios da economia solidária a partir da percepção dos decisores. Na segunda etapa, realizou-se estudo de caso no Mercado Social Aragón (MEScoop Aragón), por meio de análise de conteúdo no Balanço Social e em outros documentos disponíveis publicamente pelo MEScoop Aragón, a fim de compreender a evolução e a estrutura do Balanço Social dentro do mesmo. Nesta etapa, também aplicou-se um questionário para avaliar a percepção dos decisores dos empreendimentos participantes desta etapa quanto a relevância do Balanço Social. Na terceira etapa, foram construídos indicadores de avaliação de desempenho e foi aplicado o modelo, através de um questionário, a um grupo de cooperativas selecionadas. Para finalizar esta etapa, foi utilizado o método ELECTRE TRI, através do software IRIS 2.0, para classificar cada uma das cooperativas do grupo em três classes de desempenho. Os resultados demonstraram que, na primeira etapa da pesquisa, a maior parte dos empreendimentos pesquisados estão organizados como cooperativas e que esses empreendimentos consideram importante avaliar o desempenho a partir dos princípios da economia solidária, sendo que validaram 36 critérios iniciais de avaliação de desempenho e sugeriram nove novos critérios. Já na segunda etapa da pesquisa pode-se concluir, a partir da experiência do uso do Balanço Social pelo MEScoop Aragón, que o uso de instrumentos de avaliação de desempenho e de prestação de contas gera mudanças positivas nos resultados e na gestão dos empreendimentos associados. E, por fim, na terceira etapa constatou-se a aplicabilidade e a estabilidade do modelo, que permitiu avaliar cada cooperativa participante desta etapa da pesquisa individualmente em cada uma das seis dimensões avaliativas definidas.

Palavras-chaves: Economia Solidária. Avaliação de Desempenho. Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão. Desenvolvimento Rural Sustentável. Agricultura Familiar. Electre TRI.

ABSTRACT

TELLES, Leomara Battisti. **Proposing a performance evaluation model for rural solidarity economy organizations: using the ELECTRE TRI multi-criteria approach.** 2019. Thesis (Doctorate in Production Engineering) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2019.

The objectives of this study were to develop a performance evaluation model for rural enterprises in the solidarity economy through the ELECTRE TRI multi-criteria decision-making methodology and support the inclusion of performance evaluation processes in the strategic development of these organizations. In order to achieve these objectives, the project was developed in three phases with the use of distinct research methods. In the first step, a questionnaire was applied to characterize the organizations participating in this phase. Initial performance evaluation criteria developed from the principles of the solidarity economy were also validated based on the perceptions of decision makers in these organizations. In the second step, a case study was conducted on the Mercado Social Aragón (MEScoop Aragón) to understand the evolution and structure of the Social Balance within the organization. The case study focused on content analysis of Social Balance Reports and other publicly available documents. In this stage, a questionnaire was also applied to evaluate the perceptions of decision makers of participating organizations in terms of the relevance of the Social Balance. In the third phase, performance evaluation indicators were created and the model applied through a questionnaire to a select group of co-operatives. To complete this phase, the ELECTRE TRI method was used in the IRIS 2.0 software to classify each of the co-operatives into three performance classes. The results from the first phase of the research demonstrate that the majority of the studied organizations are co-operatives and that these organizations consider performance evaluation based on the principles of the solidarity economy important; in this phase 36 initial performance evaluation criteria were validated and nine new criteria were suggested. Conclusions from the second phase showed that based on the experience of the use of Social Balance by MEScoop Aragón, the use of performance evaluation and accountability instruments leads to positive changes in the results and management of associated organizations. Finally, the third stage of the study confirmed the applicability and stability of the model as it enabled the evaluation of each co-operative participating in this phase for the six defined performance evaluation dimensions.

Keywords: Solidarity Economy. Performance Evaluation. Multi-criteria Decision Making Method. Sustainable Rural Development. Family Agriculture. Electre TRI.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma das etapas da tese	25
Figura 2 - Exemplo de modelagem no ELECTRE TRI	51
Figura 3 - Critérios, categorias e limites no ELECTRE TRI	52
Figura 4- Características do apoio multicritério à decisão deste estudo	55
Figura 5 - Etapas do desenvolvimento da pesquisa	57
Figura 6 - Atividades identificadas nos 13 ERES pesquisados	68
Figura 7 - Pessoal envolvido na elaboração do Balanço Social nos empreendimentos pesquisados	81
Figura 8 - Avaliação do Balanço Social pelos empreendimentos pesquisados.....	82
Figura 9 - Entrada das alternativas, critérios e categorias do modelo de avaliação de desempenho.....	89
Figura 10 - Matrizes de avaliação das cooperativas em cada dimensão do modelo de avaliação de desempenho	90
Figura 11 - Perfis limites e limiares de indiferença, preferência e veto do modelo de avaliação de desempenho	92
Figura 12 - Pesos dos critérios das seis dimensões analisadas no modelo de avaliação de desempenho	93
Figura 13 - Resultados da classificação do modelo de avaliação de desempenho para $\lambda= 0,6$	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Propriedades das relações binárias	46
Quadro 2 - Estruturas de preferência	48
Quadro 3 - Métodos da família ELECTRE	50
Quadro 4 - Profissionais envolvidos na validação do questionário.....	65
Quadro 5 - Critérios selecionados para aplicação do modelo no ELECTRE TRI.....	85
Quadro 6 - Pesos dos critérios (atribuídos e normalizados) do modelo de avaliação de desempenho.....	87
Quadro 7 - Categorias estabelecidas para aplicação do modelo no ELECTRE TRI.	88
Quadro 8 - Limites das fronteiras das classes de referência dos critérios do modelo de avaliação de desempenho.....	91
Quadro 9 - Distribuição das classes após a análise de sensibilidade do modelo: nível de credibilidade	95
Quadro 10 - Distribuição das classes após a análise de sensibilidade do modelo: peso dos critérios	96
Quadro 11 - Classificação de cada cooperativa nas dimensões avaliativas do modelo	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produtos comercializados pelos ERES pesquisados	68
Tabela 2 - Avaliação dos critérios da dimensão de Normas e documentos legais	70
Tabela 3 - Avaliação dos critérios da dimensão da Valorização do trabalho humano	70
Tabela 4 - Avaliação dos critérios da dimensão Tecnológica e econômica	71
Tabela 5 - Avaliação dos critérios da dimensão do Reconhecimento do feminino	72
Tabela 6 - Avaliação dos critérios da dimensão do Respeito e preservação da natureza	73
Tabela 7 - Avaliação dos critérios da dimensão de Cooperação e solidariedade	73
Tabela 8 - Critérios sugeridos pelos decisores dos ERES pesquisados	74
Tabela 9 - Critérios e pesos usados no Balanço Social do MEScoop Aragón	77
Tabela 10 - Categorias de análise de conteúdo do Balanço Social com base nos princípios da ESS*	79
Tabela 11 - Percepções dos empreendimentos sobre o uso e relevância do Balanço Social no MEScoop Aragón.....	82
Tabela 12 - Estatística dos resultados da classificação das cooperativas com $\lambda = 0,6$	104

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABREPRO – Associação Brasileira de Engenharia de Produção
AHP – *Analytic Hierarchy Process*
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CNDRSS – Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
DEA – *Data Envelopment Analysis*
ELECTRE - *Elimination Et Choix Traduisant la Réalité*
ERES – Empreendimento Rural de Economia Solidária
ESS – Economia Social e Solidária
FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GRI – *Global Reporting Initiative*
IRIS - *Interactive Robustness Analysis and Parameters' Inference for Multicriteria Sorting Problems*
LGBT's - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
MAUT – *Multi-Attribute Utility Theory*
MCDA – *Multi Criteria Decision Aid* (Apoio Multicritério à Decisão)
MEScoop – Mercado Social
ONGs – Organizações Não Governamentais
RIPESS – Rede Intercontinental de Promoção a Economia Social e Solidária
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PPGEP – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção
PROMETHEE - *Preference Ranking Organization METHod for Enrichment of Evaluations*
PRONACOOP – Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
REAS – Rede de Economia Alternativa e Solidária
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	20
1.2 OBJETIVOS	21
1.2.1 Objetivo Geral	22
1.2.2 Objetivos Específicos.....	22
1.3 JUSTIFICATIVA	22
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	24
2 REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA	26
2.1.1 Empreendimentos rurais de economia solidária	31
2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	34
2.2.1 Agricultura Familiar	37
2.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	40
2.4 MÉTODO MULTICRITÉRIO DE APOIO À DECISÃO.....	43
2.4.1 Tipos de problemáticas.....	45
2.4.2 Modelagem e estrutura das preferências.....	46
2.4.3 Classificação dos Métodos de Apoio à Decisão	48
2.4.4 A Família ELECTRE	50
2.4.5 O método ELECTRE TRI	51
3 MATERIAL E MÉTODOS	56
3.1 DELIMITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	56
3.2 ETAPAS DA PESQUISA.....	56
3.2.1 Caracterização dos ERES da Região Sudoeste do Paraná e validação de critérios iniciais com base na percepção dos decisores.....	57
3.2.2 Análise da experiência do Mercado Social Aragón - Espanha	60
3.2.3 Construção, aplicação e validação do modelo para avaliação de desempenho em ERES utilizando o ELECTRE TRI	63
4 RESULTADOS	67
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ERES DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E VALIDAÇÃO DE CRITÉRIOS INICIAIS COM BASE NA PERCEPÇÃO DOS DECISORES	67
4.1.1 Caracterização dos ERES	67

4.1.2	Validação dos critérios iniciais de avaliação de desempenho	69
4.1.3	Sugestões dos Empreendimentos	74
4.2	ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MERCADO SOCIAL ARAGÓN - ESPANHA	75
4.2.1	História e evolução do Balanço Social no âmbito do MEScoop Aragón	76
4.2.2	Análise de conteúdo do Balanço Social com base nos princípios da economia solidária	79
4.2.3	Percepção dos empreendimentos associados do MEScoop Aragón sobre o Balanço Social	80
4.3	CONSTRUÇÃO, APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO MODELO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM ERES UTILIZANDO O ELECTRE TRI.....	85
4.3.1	Definição das Alternativas e dos critérios do modelo de avaliação de desempenho	85
4.3.2	Definição dos pesos dos critérios do modelo de avaliação de desempenho ..	86
4.3.3	Definição das classes do modelo de avaliação de desempenho.....	88
4.3.4	Execução do ELECTRE TRI no software IRIS 2.0.....	88
4.3.5	Análise de sensibilidade do modelo de avaliação de desempenho	94
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	98
5.1	CARACTERIZAÇÃO DOS ERES DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E VALIDAÇÃO DE CRITÉRIOS INICIAIS COM BASE NA PERCEPÇÃO DOS DECISORES	98
5.2	ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MERCADO SOCIAL ARAGÓN - ESPANHA	101
5.3	CONSTRUÇÃO, APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO MODELO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM ERES UTILIZANDO O ELECTRE TRI.....	103
6	CONCLUSÃO.....	107
	REFERÊNCIAS.....	110
	APÊNDICE A - Questionário de Caracterização dos ERES da Região Sudoeste do Paraná e de Validação de Critérios Iniciais com Base na Percepção dos Decisores	121
	APÊNDICE B - Questionário de Análise da Experiência do Mercado Social Aragón – Espanha	127
	APÊNDICE C - Questionário de Aplicação do Modelo para Avaliação de Desempenho em ERES	132

APÊNDICE D - Questionário de Validação da Língua Portuguesa	144
APÊNDICE E - Questionário de validação por profissional de Economia Solidária	147

1 INTRODUÇÃO

No meio rural concentram-se problemas e desigualdades sociais, sendo que aproximadamente 70% das pessoas pobres, que sobrevivem com um dólar por dia, trabalham e vivem em zonas rurais. Assim, o processo para acabar com a pobreza no mundo compreende o desenvolvimento da agricultura e dos meios de vida rural (*Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO*, 2012). Além disso, no Brasil, pelo Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2006 (IBGE, 2006), 84% dos estabelecimentos agrícolas são de agricultura familiar. Assim, são inúmeras as famílias brasileiras que sentem as dificuldades que essa atividade apresenta como limitação de capital de giro e recursos para investimentos.

Dessa forma, organizar-se em associações e/ou cooperativas é uma opção para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, considerando que o associativismo e/ou a economia solidária viabilizam aos pequenos produtores e trabalhadores rurais uma forma de participar economicamente no mercado com melhores condições de concorrência. Unindo-se a produtores com as mesmas dificuldades, eles têm a oportunidade de melhorar o desempenho e tornarem-se mais competitivos.

Neste contexto, desde a segunda metade da década de 1990, há uma forte discussão em torno do fortalecimento da agricultura familiar, mas foi a partir da década de 2000 que foram criados vários programas, políticas públicas e leis que fomentam e valorizam a agricultura familiar e incentivam a organização dos mesmos empreendimentos de economia solidária. A presença destas políticas públicas contribuiu para a presença da economia solidária na realidade da agricultura familiar.

Razeto (1999) aponta que a economia solidária implica em produzir, distribuir, consumir, poupar e desenvolver com solidariedade. E complementa (RAZETO, 2010), que a economia solidária caracteriza-se como uma forma alternativa de economia, baseada na solidariedade e no trabalho, gerando benefícios sociais e culturais que beneficiam a sociedade, através de experiências práticas e de teorias científicas. Postula um desenvolvimento alternativo, que seja integral, incluindo o desenvolvimento humano, sustentável e com ênfase local.

Esse conceito vem ao encontro da abordagem do desenvolvimento sustentável, que compreende inclusive a atividade rural, que nas últimas décadas tem sido uma das grandes responsáveis pela degradação dos recursos ambientais e do crescimento das desigualdades sociais. Dessa forma, segundo Christoffoli *et al.* (2013), alternativas de autogestão e de pensar o coletivo apresentam-se como possibilidade de organização e produção rural mais sustentável. Christoffoli *et al.* (2013) evidenciam em seu estudo a importância das experiências de economia solidária para a manutenção da agricultura familiar e como alternativa para o desenvolvimento rural sustentável.

Para Socias e Horrach (2013), a economia solidária compreende um subsetor no âmbito da Economia Social que compreende organizações sociais diversas, podendo assumir diferentes formas constitucionais ou jurídicas (MEADOWS; PIKE, 2010), que inclui organizações com propostas sociais e ambientais, tais como organizações não governamentais (ONG's), organizações sem fins lucrativos e de economia solidária, e empresas sociais (BAGNOLI; MEGALI, 2011; EBRAHIM; RANGAN, 2014). A missão comum das organizações sociais, especialmente com relação aos empreendimentos de economia solidária, é a transformação social. Ou seja, as atividades organizacionais desses empreendimentos devem gerar mudanças positivas no seu entorno. Para compreender o impacto dessas transformações é necessário medi-las. Dessa forma, é importante a avaliação de desempenho que se propõe a medir a transformação social gerada com o desenvolvimento das atividades organizacionais (STEVENS; MORAY; BRUNEEL, 2015).

Contudo, apesar do surgimento de diferentes ferramentas e instrumentos de avaliação de desempenho que compreendem inúmeras dimensões e indicadores, a mesma ainda apresenta adaptação limitada para abordagens em organizações sociais (ARENA; AZZONE; BENGIO, 2015), incluindo os empreendimentos de economia solidária. Isso porque esses empreendimentos diferem das demais empresas capitalistas tradicionais, pois incluem em seu escopo princípios e valores sociais, como solidariedade, cooperação, sustentabilidade, democracia e transformação social (DÍAZ; MARCUELLO; MARCUELLO, 2012; COMISSÃO EUROPEIA, 2018). Para Packard (2010), Thomson (2010) e Sillanpää (2011), medir o desempenho de organizações de economia social e solidária é um processo

complexo que envolve os múltiplos interesses de uma ampla gama de partes interessadas e pode ser mensurada a partir dos mais diversos aspectos.

Na definição da Rede Intercontinental de Promoção a Economia Social e Solidária (RIPESS, 2016), a contribuição da economia social e solidária deve ser avaliada a partir do seu impacto sobre o desenvolvimento local, nacional e internacional, principalmente através da criação de postos de trabalho permanentes, do desenvolvimento de novos serviços, de melhores padrões de vida, de sua contribuição para a igualdade entre os sexos, da proteção do ambiente e da criação de riqueza em condições éticas. Neste sentido, é importante que a avaliação de desempenho considere as perspectivas e valores que guiam os empreendimentos.

Considerando isso, esta tese visa construir um modelo de avaliação de desempenho para empreendimentos rurais de economia solidária (ERES), ou seja, empreendimentos de trabalhadores rurais organizados, formal ou informalmente, em forma de associação ou cooperativa, orientados pelos princípios da economia solidária. Para isso, utilizou-se a metodologia multicritério de apoio à decisão, com aplicação do método ELECTRE TRI. Com isso, pretende-se contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, através do fortalecimento dos ERES.

Para que isso seja possível, o presente estudo será desenvolvido em três etapas, sendo a primeira e a terceira aplicadas em ERES da região Sudoeste do Paraná e, a segunda etapa aplicada no Mercado Social Aragón (MEScoop Aragón), na Espanha. A região Sudoeste do Paraná é uma zona com alta concentração de empreendimentos solidários, sendo que 30,4% de todos os ERES do Estado encontram-se nesta região (BRASIL, 2013b). Assim, apresenta-se como uma região relevante no estudo da economia solidária. O MEScoop Aragón, por sua vez, é uma rede de empreendimentos de economia social e solidária da região de Aragón, na Espanha, que vem crescendo e que tem buscado avaliar seu desempenho e prestar contas a sociedade, compreendendo uma experiência adequada para embasar este estudo.

A presente tese contribui em três aspectos principais: econômico e social por meio da contribuição para a gestão estratégica e profissionalização dos empreendimentos fortalecendo os ERES e, conseqüentemente, da agricultura familiar; e acadêmico, por contribuir para a literatura referente a temática de avaliação de desempenho em empreendimentos rurais de economia solidária.

A presente pesquisa insere-se na Engenharia de Produção dentro da área da Engenharia Econômica, que compreende formulação, estimação e avaliação de resultados econômicos para avaliar alternativas para a tomada de decisão, consistindo em um conjunto de técnicas matemáticas que simplificam a comparação econômica e, dentro da Engenharia da Sustentabilidade, que compreende o planejamento da utilização eficiente e responsável dos recursos naturais nos diversos sistemas produtivos (ABREPRO, 2008). Além disso, a modelagem é um dos principais instrumentos de pesquisa na área da Engenharia de Produção (MIGUEL *et al.*, 2012), atendendo ao escopo do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), curso ao qual esta tese é apresentada.

Ao abordar os ERES, esta pesquisa atende ao objetivo do grupo de pesquisa à que está ligada: Gestão de Inovação Agroindustrial, na linha de pesquisa Desenvolvimento Rural.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Os empreendimentos de economia solidária podem assumir um relevante papel no contexto do desenvolvimento econômico local, destacando-se como uma opção alternativa de geração de emprego e renda, especialmente considerando-se a agricultura familiar e suas dificuldades. Além disso, produzir e comercializar a partir de empreendimentos de economia solidária apresenta-se como uma inovação social que fortalece o conceito de desenvolvimento sustentável.

No entanto, a permanência dessas formas de organização no mercado tende a ser difícil, já que o mercado é caracterizado pela globalização e pela competitividade, que oferece com fácil acesso uma diversidade de produtos e serviços. Neste contexto, Bellucci *et al.* (2012) apontam para a informalidade e a falta de profissionalismo na gestão desses empreendimentos, que pode resultar na desestruturação da organização associativista.

A partir disso, avaliar o desempenho dos Empreendimentos Rurais de Economia Solidária (ERES) é uma forma de profissionalizar a gestão e, de extrema relevância para a permanência dos agricultores familiares no campo, bem como,

para o desenvolvimento rural sustentável uma vez que a avaliação de desempenho, através de indicadores monetários e não monetários, permite avaliar o resultados das atividades da organização a partir de múltiplas dimensões (KAPLAN; NORTON, 1992), e pode contribuir para um comportamento estratégico (STRAUB; KOOPMAN; VAN MOSSEL, 2010).

Contudo, a avaliação de desempenho se desenvolve a partir da realidade, das características, dos objetivos e dos valores de cada organização. Em uma sociedade empresarial tradicional, que tem como objetivo principal o lucro, indicadores monetários são de extrema relevância. Por outro lado, em uma organização de natureza não monetária, o lucro não é o objetivo, e a sua permanência no mercado não está unicamente relacionada com os rendimentos financeiros, pois considera, dentre outros, o impacto social e ambiental de suas atividades, o que torna a avaliação de desempenho mais complexa.

Existem diversos estudos na literatura que abordam a avaliação de desempenho em organizações sociais (MOXHAM, 2009; LEROUX; WRIGHT, 2010; MEADOWS; PIKE, 2010; BAGNOLI; MEGALI, 2011; CANÇADO *et al.*, 2013; EBRAHIM; RANGAN, 2014, CRUCKE; DECRAME, 2016; STAESSENS *et al.*, 2018), mas há uma lacuna: não foram localizados estudos que abordam modelo de avaliação de desempenho com base nos princípios da economia solidária, que utilizam metodologia multicritério de apoio a decisão direcionados a empreendimentos rurais de economia solidária. Assim, este estudo é original porque apresenta um novo instrumento a temática da avaliação de desempenho, mas principalmente, porque aborda esse instrumento aplicado a empreendimentos de economia solidária, contribuindo para a construção de literatura sobre o tema, uma vez que são escassos os estudos que abordam avaliação de desempenho em empreendimentos de economia solidária.

A partir disso, apresenta-se a questão que orienta esta pesquisa: como construir um modelo de avaliação de desempenho com base nos princípios da economia solidária para empreendimentos rurais de economia solidária?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Desenvolver um modelo de avaliação de desempenho para empreendimentos rurais de economia solidária (ERES) por meio da metodologia multicritério de apoio à decisão ELECTRE TRI, que resulte na inserção do processo de avaliação de desempenho no desenvolvimento estratégico dessas organizações.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever as principais formas de organização dos produtores rurais em sistema de economia solidária no sudoeste do Paraná;
- b) Identificar critérios de avaliação de desempenho com base na percepção dos decisores dos ERES estudados;
- c) Analisar uma experiência de avaliação de desempenho em empreendimentos de economia solidária com referência internacional para apoiar a construção do modelo;
- d) Construir indicadores de desempenho que evidenciem os resultados dos ERES quanto aos princípios de economia solidária;
- e) Proceder à avaliação de desempenho dos ERES através da aplicação do modelo a uma amostra selecionada na região sudoeste do Paraná;
- f) Validar o modelo através da análise de sensibilidade.

1.3 JUSTIFICATIVA

Considerando os ERES, a avaliação de desempenho contribui para a profissionalização e manutenção dos mesmos, para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento rural sustentável. Segundo a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS (BRASIL, 2013), todo e qualquer instrumento que aprimore a gestão das propriedades da

agricultura familiar e que assegure vínculos e parcerias com outros agricultores tais como cooperativismo, economia solidária, etc., são de extrema relevância para o fortalecimento da agricultura familiar.

Ebrahim e Rangan (2014), afirmam que desde o início dos anos de 1990, o meio das organizações sem fins lucrativas de maneira geral, incluindo as de economia solidária, tem duas preocupações principais: a prestação de contas para maior transparência e o impacto para os complexos problemas sociais, como a pobreza e as desigualdades. A prestação de contas é um processo que está acessível as mais diversas formas de organizações. Já, com relação ao impacto, os autores complementam que não é possível de imediato para todas as organizações avaliar o impacto social a longo prazo. Neste caso, o mais importante é projetar/modelar métricas e sistemas de medidas definidos a partir da missão e dos objetivos das mesmas.

Bellucci, Bagnoli, Biggeri e Rinaldi (2012), Benjamin e Campbell (2015) e Grieco, Michelini e Iasevoli (2015), também afirmam que o impacto social e a responsabilidade de organizações de economia social têm recebido crescente destaque na literatura. Complementar a tais trabalhos, Telles *et al.* (2018), em seu estudo sobre publicações nesta área, identificaram uma maior presença de artigos sobre o tema a partir do ano de 2009. Contudo, apesar do crescente número de publicações, ainda há escassez de estudos sobre avaliação de desempenho em organizações sem fins lucrativos de qualquer espécie (THOMSON, 2010; MACLONDOE; BARMAN, 2013).

Lee e Nowell (2015) em seu estudo sobre os modelos de avaliação de desempenho no setor sem fins lucrativos, também demonstram a importância dos estudos nessa temática e citam que a literatura precisa avançar neste campo. Grieco *et al.* (2015) mencionam que avaliar o desempenho em empreendimentos com objetivos sociais é um desafio importante para os estudiosos, principalmente devido à dificuldade de converter dados qualitativos relacionados à missão social em métricas quantitativas. Por isso, segundo Díaz *et al.* (2012), há a necessidade de se avançar na questão da avaliação social e econômica de empresas sociais, entre elas, as de economia solidária. Afirmam também a necessidade de avançar em relação a instrumentos que facilitem a avaliação dos resultados, dadas às especificidades dessas organizações.

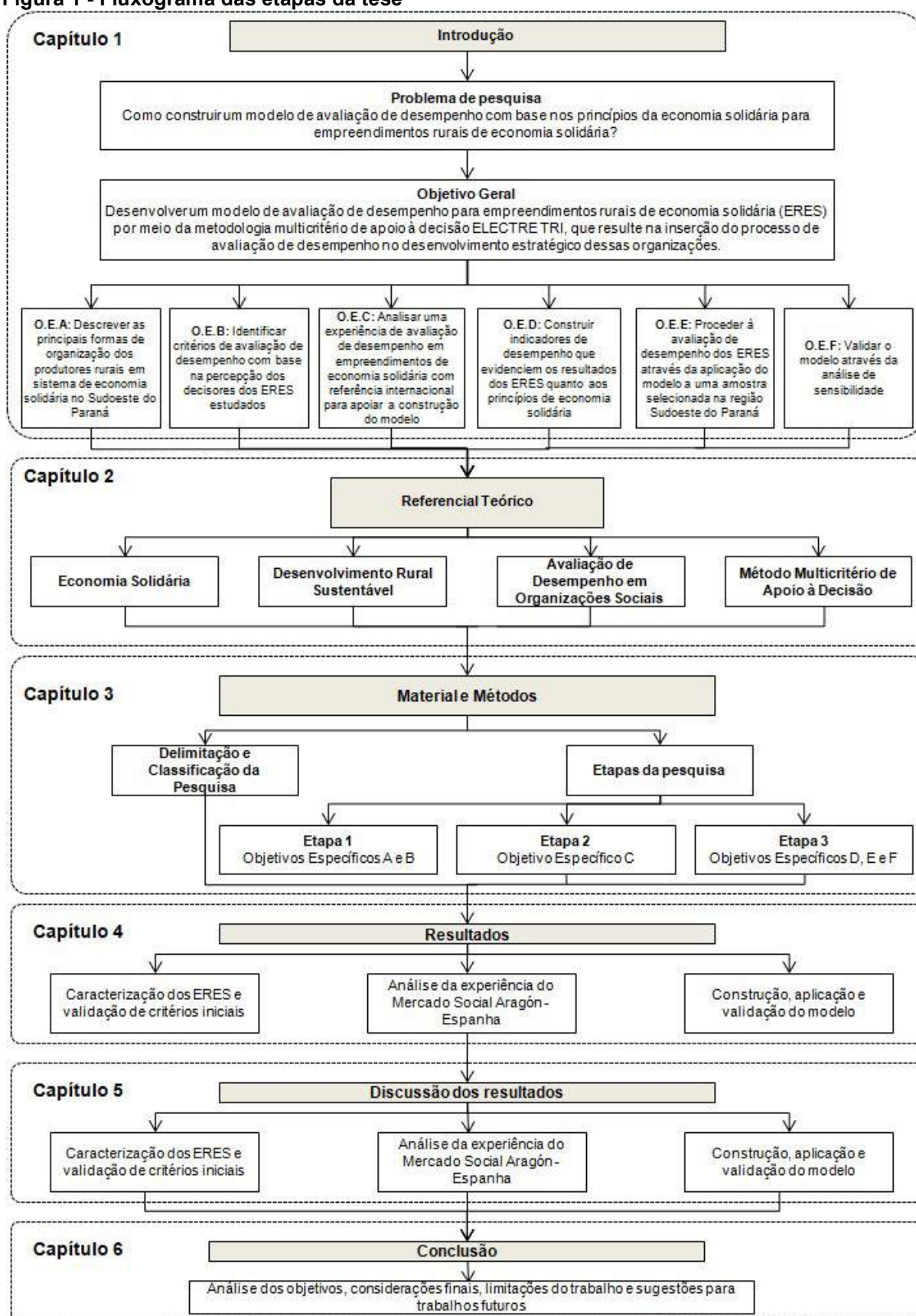
Telles *et al.* (2018) realizaram um levantamento sobre estudos que abordam a avaliação de desempenho em organizações sociais, entre os anos de 2006 e 2015, e encontraram dez estudos que propõe modelos. Desses dez estudos que desenvolveram e/ou apresentaram modelos, seis deles foram baseados na metodologia *Data Envelopment Analysis* (DEA), um baseado nas metodologias *Analytic Hierarchy Process* (AHP) - *Fuzzy*, um baseado no *Balanced Scorecard*, um baseado na teoria da mudança e no modelo lógico e um apresentou modelos que abordam a avaliação de desempenho a partir dos pressupostos linearidade e separabilidade, usando o método paramétrico da função de custo *translog* e não paramétrica DEA. Contudo, nenhum deles aborda a avaliação de desempenho em ERES a partir dos princípios da economia solidária com utilização do método ELECTRE TRI.

Dessa forma, fica evidente a relevância desta pesquisa, que através da apresentação de um instrumento para avaliar o desempenho dos ERES, visa contribuir tanto para a temática da avaliação de desempenho, quanto para desenvolvimento rural e para economia solidária. Ou seja, contribui cientificamente com a geração de novos conhecimentos e, especialmente, pela atualidade da temática e necessidade de novos estudos já citada acima.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está organizado em seis capítulos. Com vistas a oferecer uma visão geral do desenvolvimento desses seis capítulos, a Figura 1 apresenta o fluxograma das etapas do estudo.

Figura 1 - Fluxograma das etapas da tese



Fonte: Autoria própria

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária implica em produzir, distribuir, consumir, poupar e desenvolver com solidariedade, onde a solidariedade se introduz na própria economia, operando e atuando nas diversas fases do ciclo econômico, provocando uma transformação estrutural na economia, gerando novos e verdadeiros equilíbrios (RAZETO, 1999). Razeto (2002) complementa que a economia solidária constitui uma proposta eficaz e um projeto integrador dos esforços necessários para produzir desenvolvimento social e superar a pobreza, especialmente eficaz em contextos econômicos caracterizados por altos níveis de desocupação e por acentuada desigualdade socioeconômica.

Neste mesmo sentido, Laville (2001, p. 85) cita que a economia solidária “é o conjunto das diversas atividades econômicas (mercantil, não mercantil e não monetária) que contribuem para a democratização da economia a partir do compromisso cidadãos”. E, Singer (2002, p. 9) acrescenta que “a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar”. Ou seja, a economia solidária busca uma forma democrática e igualitária de organizar as mais diversas atividades econômicas.

Contudo, de maneira geral, quando se fala em economia, ainda há uma percepção de que não está incluído o aspecto social, ou seja, entende-se que as questões sociais não estão relacionadas com a economia. Mas na realidade, o aspecto social não pode ser separado da questão economia, assim como as questões políticas ou culturais também não podem ser separadas (CORAGGIO, 2004). Atualmente, há diversas abordagens alternativas da economia, que consideram as questões econômicas interconectadas com as questões políticas, culturais e sociais. Nessas abordagens, a preocupação central é com as pessoas e há solidariedade em todas as fases do ciclo econômico.

Vários são os termos utilizados para definir as organizações em que suas atividades econômicas baseiam-se na solidariedade, na autogestão e na luta contra

a pobreza e as desigualdades sociais: Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária, Economia Social e Solidária, Economia Popular, Economia Informal, Economia do Bem Comum, entre outros (TELLES; MARCUELLO; BITTENCOURT, 2017). Cada um desses termos, apesar de compreender organizações semelhantes, apresentam diferenças em sua conceituação e classificação, contudo, não apresentam claramente a diferenciação entre os termos utilizados. Apesar da falta de clareza sobre as diferenças e os limites conceituais entre esses diversos termos, sabe-se claramente que, o que eles têm em comum é o fato de ocupar um espaço de vida social e de trabalho que está entre as esferas do Estado e do Mercado (FRANÇA FILHO, 2002).

A presença de vários termos interligados, mas conceitualmente diferentes, faz com que haja a falta de uma definição geralmente aceita, e faz com que, em alguns casos, sejam usadas como sinônimos. Para França Filho (2002, p. 17), a diferença entre os diversos termos e conceitos utilizados “estão relacionadas ao contexto ou local sócio-histórico onde foram desenvolvidos”.

Diante disso, para esse estudo, considerou-se mais adequado o entendimento de que a economia solidária compreende um subsetor no âmbito da economia social (BELLUCCI *et al.*, 2012; SOCIAS; HERRACH, 2013), que cita que esse é um termo relativamente novo do qual as suas definições ainda estão sendo discutidas, com concepções diferentes dependendo do país e dos autores, mas possuem alguns elementos básicos em comum, como democracia, benefício coletivo e solidariedade.

Na concepção de Graterol, Alizo e Molero (2010), quando se fala em economia social pode-se relacionar com dois problemas básicos: a pobreza e a exclusão social. Dessa forma, a economia social tem se tornado um meio efetivo de luta contra a exclusão social, busca do bem estar do cidadão, solidariedade social e sustentabilidade ambiental (GRATEROL; ALIZO; MOLERO, 2010; BELLUCCI *et al.*, 2012). A economia social compreende organizações não governamentais (ONG's), organizações sem fins lucrativos de qualquer natureza e de economia solidária, e empresas sociais (BAGNOLI; MEGALI, 2011; EBRAHIM; RANGAN, 2014).

Para Bagnoli e Megali (2011), organizações sociais são as que desenvolvem suas atividades e operações com uma finalidade social, como a integração de pessoas desfavorecidas através do trabalho, a prestação de serviços sociais, coletivos e ambientais e comércio ético. Essas organizações sociais surgiram na

década de 90, em diferentes partes da Espanha e da Europa, como instrumento de combate à exclusão social e com intuito de diminuir os problemas sociais (DIÁZ-FONCEA; MARCUELLO, 2012).

Já especificamente o conceito de economia solidária, foi forjado na América Latina em princípios dos anos de 1980, tendo como principal representante o sociólogo chileno Luiz Razeto (DA ROS, 2007). Para Guerra (2004, p. 5), na América Latina, a economia solidária assume "características mais radicais do que as encontradas em outros contextos e um discurso marcadamente mais político", desempenhando um papel importante na luta contra os problemas sociais que tem origem no sistema econômico atual.

Apesar de ter o conceito forjado na América Latina, as raízes históricas da economia solidária encontram-se na Europa, em meados século XIX, em resposta aos problemas sociais resultantes da Revolução Industrial, com o movimento cooperativista. Robert Owen foi um dos primeiros defensores da economia solidária como proposta alternativa para a pobreza dos trabalhadores provocada pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção (SINGER, 2002).

No Brasil, o cooperativismo popular abre espaço para as primeiras iniciativas de Economia Solidária, a partir da crise econômica e social da década de 1970 (RIBEIRO; DE MÜYLLER, 2014), contudo, percebeu-se um crescimento acentuado a partir da década de 1990 (PINHEIRO, 2013; GAIGER, 2013).

A partir do ano de 2000, no Brasil, através da percepção de que as experiências de economia solidária seriam viáveis e da sua capacidade de trazer benefícios, aos seus integrantes e entornos sociais, além de outros fatores próximos aos protagonistas dos acontecimentos, instaurou-se um clima estimulante para a promoção da economia solidária. Esta se tornou objeto de políticas públicas e programas transversais, com vistas a promovê-la como instrumento de geração de renda e de coesão social (GAIGER, 2013).

Entre os anos de 2000 e 2015, muitas ações e políticas governamentais foram instituídas para o fomento da economia solidária. Em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que tem sido responsável por ações como a realização de um mapeamento da economia solidária em todo território nacional e a formação em economia solidária. Além disso, criou-se também o Brasil Local e reviveu-se em 2003 o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) (SINGER, 2009). Em 2013, a partir do Decreto nº

8.163, instituiu-se o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social – Pronacoop Social, com a finalidade de “planejar, coordenar, executar e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais” (BRASIL, 2013c).

Dessa forma, a SENAES destacou-se como instrumento de apoio e ampliação de ações que já haviam sido tentadas ou ao menos esboçadas anteriormente por movimentos sociais ou Organizações Não Governamentais (ONGs), ligadas à economia solidária (SINGER, 2009). Contudo, em 2016, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada em 2003, deixou de ser secretaria e tornou-se subsecretária de Economia Solidária, um passo atrás das alterações promovidas na estrutura organizacional do Ministério do Trabalho e Emprego pelo Decreto 8894/2016. Ainda, no início de 2019, com a medida provisória 870/2019, que extinguiu o Ministério do Trabalho e Emprego e o Decreto 9679/2019 a Subsecretaria de Economia Solidária foi alocada junto ao Ministério da Economia. Essas ações tendem a enfraquecer a visibilidade do movimento de economia solidária.

Para Gaiger (2013), o campo da economia solidária, a nível nacional, atualmente é constituído de quatro principais segmentos: (a) os empreendimentos de economia solidária, que desenvolvem atividade de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo; (b) as organizações civis de apoio à economia solidária (Organizações Não Governamentais - ONGs, universidades, entidades sindicais e organismos de pastoral social) com atuação pioneira desde os anos de 1980; (c) os órgãos de representação e articulação política dos diversos segmentos e atores, principalmente Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), além dos movimentos sindicais, incubadoras, gestores públicos, entidades de crédito solidário, dentre outros; e, (d) os organismos estatais à frente de programas públicos de economia solidária, com destaque o Conselho Nacional de Economia Solidária, criado em 2006, que sinaliza o nível de institucionalização alcançado, com representações de setores do Estado e da sociedade civil.

Segundo dados do mapeamento nacional de empreendimentos econômicos solidários de 2013, realizado pela então Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES (BRASIL, 2013b), o número de organizações de economia solidária no Brasil é de 19.708, que, apesar de apresentar um decréscimo se comparado ao ano de 2007 (BRASIL, 2007), que apresentava o número de 21.859 empreendimentos,

demonstra o expressivo crescimento desde a década de 1970, que era de apenas 139 empreendimentos solidários (RIBEIRO; DE MÜYLLER, 2014).

De acordo com o Ministério do Trabalho (BRASIL, 2015), Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações coletivas e suprafamiliares, em que os participantes são trabalhadores dos meios urbano ou rural, que exercem a gestão democrática das atividades e da distribuição dos resultados e que tenham foco na realização de atividades econômicas, de modo permanente, ou que tenham esse objetivo quando estiverem em implantação. Esses empreendimentos geralmente organizam-se em cooperativas, associações, grupos informais ou, até mesmo, sociedades mercantis.

O valor central dos empreendimentos solidários é, certamente, a autogestão. Singer (2002) reforça citando que os principais fundamentos da economia solidária são a solidariedade, a divisão igualitária dos ganhos e a autogestão e, para o FBES (2003), a economia solidária busca a “globalização humanizada, um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra [...]”.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2003), são princípios gerais da economia solidária no Brasil: “1) a valorização social do trabalho humano; 2) a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; 3) o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; 4) a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e, 5) os valores da cooperação e da solidariedade.

Esses cinco princípios colocam o bem estar do ser humano como o centro das relações econômicas. Além disso, apesar de definidos a nível nacional, vão de encontro aos valores definidos a nível mundial, pela Rede Intercontinental de Promoção a Economia Solidária: humanismo, democracia, solidariedade, inclusão, subsidiariedade, diversidade, criatividade, desenvolvimento sustentável, igualdade, equidade e justiça para todos e todas, respeito e integração entre países e povos, uma economia plural e solidária (RIPESS, 2008).

Portanto, a economia solidária, através da produção, comercialização e prestação de serviços por meio de organizações (formais ou informais) autogestionadas e solidárias, contribui para a promoção da sustentabilidade econômica e ambiental e para a transformação social.

2.1.1 Empreendimentos rurais de economia solidária

Os ERES se apresentam como uma forma de organização rural que visa à permanência do pequeno agricultor no meio rural, com dignidade e qualidade de vida, através de um movimento sustentável e solidário. Essa forma de organização oferece uma perspectiva de condições dignas de qualidade de vida, compatíveis com os desafios da produção de alimentos, fibras e energia para a população, ao mesmo tempo em que promove a preservação cultural e ambiental (CHRISTOFFOLI *et al.*, 2013). Os ERES compreendem, basicamente, agricultores familiares que produzem e comercializam alimentos *in natura* ou produtos processados em pequenas agroindústrias e, que se organizam em grupos para permanecerem minimamente competitivos no mercado de produção em escala.

O Brasil apresenta um contexto bastante favorável à criação e desenvolvimento de ERES. Assim, como nos demais países considerados grandes em termos de dimensão territorial e pelo contingente populacional, no Brasil, a participação da produção interna no consumo interno é majoritária, sobretudo no setor de alimentos. Diante disso e da diversidade regional do país, ampliam-se oportunidades para os empreendimentos agroalimentares familiares e de pequeno porte (MALUF, 2004). Isso faz com que o número de empreendimentos solidários, como associações, cooperativas e/ou grupos informais de agricultores familiares cresça.

É importante destacar que tanto associações, quanto cooperativas e grupos informais são formas de associativismo. Contudo, associações e cooperativas tem estrutura jurídica legalmente definida, enquanto os grupos informais, como o próprio nome diz, não tem reconhecimento legal e trabalham na informalidade. Em seu estudo sobre o comércio justo, Bellucci *et al.* (2012), citam duas principais formas de organização associativista presentes na economia solidária: as associações e as cooperativas. Contudo, no Brasil, segundo o SENAES (BRASIL, 2013b), há também um grande número de organizações informais, aproximadamente 30% do total.

Para Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013), o associativismo no Brasil desempenhou um importante papel histórico, especialmente para os pequenos

agricultores familiares desde o momento em que entraram na arena agrícola brasileira no século XIX. Neste mesmo sentido, Lüchmann (2014) cita que as associações e/ou cooperativas comunitárias desempenham um importante papel na construção de relações e conexões baseadas nos princípios da democracia, da solidariedade, da reciprocidade e das práticas de base cooperativa. Complementar a isso, Silva e Ferreira (2016) em seu estudo demonstram a importância do associativismo para o desenvolvimento local e regional, possibilitando o desenvolvimento econômico, político, cultural, social, ambiental e humano.

Na concepção de Silva e Ferreira (2016), devido aos princípios e valores que as norteiam o associativismo, empreendimentos desse tipo favorecem ações de fortalecimento dos laços de união entre os seus membros e a realização individual por meio de ações conjuntas.

Dessa forma, as mais diversas formas de associativismo têm o poder de alterar a realidade, de produzir transformação social, de alavancar o desenvolvimento econômico, de influenciar na socialização dos indivíduos, de reproduzir culturas e tradições e de fomentar a estrutura de pertencimento e de identidade cultural (LÜCHMANN, 2014).

Para fins de conceituação, associação (uma das formas de associativismo) pode ser definida como a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, não havendo entre os associados direitos e obrigações recíprocos (BRASIL, 2002). As cooperativas também são consideradas uma forma de associativismo. Contudo, as associações de forma geral têm uma organização mais simples do que as cooperativas, que apesar de igualmente não ter como objetivo o lucro, são consideradas sociedades empresárias (BRASIL, 2002).

No Brasil, o cooperativismo foi introduzido por imigrantes europeus, no final do século XIX, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, como forma para superar as situações de desamparo em que viviam (GAIGER, 2013), e está amparado também pela Lei nº 5.764/1971 (BRASIL, 1971).

Na concepção de Gaiger (2013, p. 217), cooperativas genuínas são resultado de “um ato associativo premeditado e deliberado por trabalhadores ou consumidores, com o fim de proverem renda, bens ou serviços, funcionando por meio de instâncias coletivas e paritárias de decisão”. Porém, ainda existem outras formas de organização cooperativa que, apesar de manter a gestão democrática, assemelham-se as empresas convencionais de mercado e não atendem aos

princípios originais do cooperativismo. Por outro lado, grupos informais, apesar de não terem reconhecimento jurídico, seguindo os valores e princípios da economia solidária, são considerados empreendimentos econômicos solidários. Ou seja, o que caracteriza os empreendimentos de economia solidária não é sua forma jurídica, mas o desenvolvimento de suas atividades organizacionais em favor da transformação social (TELLES; BITTENCOURT; MARCUELLO, 2017).

Nas últimas duas décadas, no Brasil, as organizações associativas têm sido fomentadas a partir de políticas públicas e programas governamentais, como a promulgação do decreto nº 8.163/2013 de apoio ao associativismo e cooperativismo social (BRASIL, 2013c), programas de compra direta da Agricultura Familiar que exigem do beneficiário a participação em uma entidade associativa, entre outros. Além disso, a discussão acerca do tema tem recebido destaque, fomentado principalmente pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

No entanto, esses empreendimentos se tornam frágeis quando constituídas apenas para atender às exigências de políticas públicas ou para conseguir linhas específicas de financiamento, resultando em grupos desfeitos após atendidas as exigências e os objetivos individuais (SILVA; FERREIRA, 2016). Em complemento, Silva e Ferreira (2016) citam ainda a importância da efetiva participação e do comprometimento dos que formam o quadro social para o dos objetivos enquanto empreendimentos associativistas.

No mapeamento realizado pela SENAES (BRASIL, 2013b), 19.708 empreendimentos econômicos solidários foram identificados em todo Brasil, desses, 10.793 (54,76%) atuam especificamente no meio rural. Dessa forma, fica evidente a relevância dos ERES a nível nacional. Por sua vez, o Estado do Paraná, onde se desenvolveu esta pesquisa, possui 302 (36,30%) ERES do total de 832 empreendimentos de economia solidária, distribuídos em 104 municípios. A maioria dos ERES se encontra na região Sudoeste do Estado, que concentra 92 ERES (30,4%). Sendo que, a segunda região do Estado com maior concentração de ERES é a região Sudeste, com 56 ERES (18,5%) (BRASIL, 2013b).

Desse modo, é evidente a representatividade dos ERES no desenvolvimento rural, local e regional, especialmente na região Sudoeste do Paraná, que apresenta forte cultura associativista e que tem sua economia baseada principalmente na atividade rural. Esses empreendimentos tem o poder de criar valores e consciência

democrática, de promover a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar e a preservação do meio ambiente e da cultura regional.

2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento sustentável está relacionado “com a prática de consumir sem esgotar, de viver sem comprometer a vida, de ter responsabilidade com o futuro” (FAO, 2012, p. 14). Esse conceito de desenvolvimento sustentável surgiu na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pelas Nações Unidas em 1987, e está presente no Relatório Nosso Futuro Comum, também chamado Relatório *Brundtland*, e tinha como proposta inicial o princípio comum de que é possível conciliar o crescimento econômico com preservação ambiental. Neste relatório está presente o conceito bastante difundido que trata o desenvolvimento sustentável como aquele que “atende as necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (FAO, 2012).

De Assis (2006), por sua vez, cita que o desenvolvimento sustentável tem como eixo central a melhoria da qualidade de vida humana, respeitando os limites dos ecossistemas, onde as pessoas são ao mesmo tempo beneficiárias e instrumentos do processo. Ou seja, o desenvolvimento rural sustentável está relacionado a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e aos cuidados na exploração do solo, através de técnicas que visem a preservação e/ou a recuperação ambiental (RAMOS, 2001). Complementar a isso, Schneider (2004) cita que o desenvolvimento rural sustentável é uma forma de erradicação da pobreza rural, que tem como preocupação central a sustentabilidade ambiental.

Verifica-se que até o século XIX, o processo de inovação agrícola respeitava o meio ambiente, e a procura pela superação das limitações ecológicas acontecia a partir do uso inteligente das leis da natureza. Contudo, a partir do século XIX, a lógica da produção agrícola começou a considerar desnecessárias as regras ecológicas que respeitavam o meio ambiente e suas limitações (DE ASSIS, 2006).

Nos anos de 1960, modernidade era sinônimo de desenvolvimento, onde eram consideradas como sociedade desenvolvida as com predomínio de produção

industrial e urbanização e, sociedade atrasada as que tinham a economia baseada na agricultura (FAO, 2012).

De acordo com FAO (2012), esse modelo era baseado no alto consumo de recursos naturais e trouxe como consequência o aumento das desigualdades sociais. Enquanto as cidades e o setor industrial cresciam, o campo ficou a margem do processo e, ao mesmo tempo, aumentava a fome e a insegurança alimentar. Concluiu-se que era preciso modernizar também o campo, aumentando a produção e a produtividade, estreitando a relação entre o campo e a indústria, com a introdução de máquinas pesadas e produtos químicos. Pensava-se que o aumento da quantidade de alimentos pudesse resolver o problema da fome em países em desenvolvimento, foi o início da Revolução Verde (FAO, 2012).

A Revolução Verde apresentou um eficiente pacote tecnológico para a maioria dos produtores, contudo, acarretou em investimentos relativamente altos (DE ASSIS, 2006), o que era inviável aos pequenos produtores e produtores pobres, contribuindo também para o aumento das desigualdades e para o grande êxodo rural que ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960.

Segundo a FAO (2012), sem a Revolução Verde é provável que hoje o mundo estivesse vivendo uma grave crise de desabastecimento, por outro lado, apesar de todas as transformações ocorridas no campo, os preços dos produtos alimentícios continuaram elevados, aumentando ainda mais a fome e a desnutrição. Contudo, o uso dessas transformações tecnológicas sem considerar as consequências, trouxe ainda graves problemas ambientais (FAO, 2012).

No Brasil, o espaço rural também foi tomado pelo conceito de desenvolvimento que nega as formas alternativas de organização e produção. Esta percepção instituiu o agronegócio excludente e predatório, inclusive em níveis de Agricultura Familiar, que considerando o padrão de desenvolvimento rural predominante, acaba por reproduzir o projeto de modernização e crescimento desenfreado (Christoffoli *et al.* (2013).

Enquanto a concepção tradicional de desenvolvimento busca o crescimento econômico com vistas à elevação do nível de riqueza, o desenvolvimento sustentável busca aliar de forma interdependente o crescimento econômico, a justiça social e a conservação de recursos naturais (DE ASSIS, 2006; FLOREA; CHEUNG; HERNDON, 2013). Dessa forma, no Brasil, não se pode pensar o desenvolvimento sustentável sem pensar no espaço rural. Enquanto nos Estados Unidos da América

e na maioria dos países da Europa, a população que vive no meio rural é menos de 5%, no Brasil é em média de 16%. Dessa forma, não há como considerar o meio rural como um segmento marginal (CHRISTOFFOLI *et al.*, 2013), ao contrário, trata-se de um segmento de grande relevância econômica e social.

Assim sendo, é imprescindível a permanência dos pequenos produtores no campo com dignidade e qualidade de vida e, para isso, tornam-se necessárias novas formas de organização e estratégias que levem um novo padrão de desenvolvimento para o campo. Neste contexto, estratégias associativistas e cooperativistas são elementos possíveis de resistência socioeconômica e cultural (CHRISTOFFOLI *et al.*, 2013).

De Assis (2006, p. 81) afirma ainda que as ações que visem o desenvolvimento devem ter como prioridade “investimentos e programas que tenham como lastro tecnologias e projetos comunitários que procurem sempre despertar a solidariedade e a mobilização por objetivos comuns nos grupos envolvidos”. Essas alternativas, baseadas na cooperação e solidariedade, vêm em contrapartida ao uso abusivo de insumos industrializados, à desvalorização do conhecimento tradicional e da degradação da base social da produção de alimentos. Além disso, trazem como opção o rompimento da monocultura, redesenhando os sistemas de produção no sentido de minimizar a necessidade de insumos externos a propriedade, intensificando-se o reconhecimento de modelos agrícolas que consideram a importância das diferentes interações ecológicas para a produção agropecuária (DE ASSIS, 2006).

Isso vem de encontro ao que profere a 2ª CNDRSS, é preciso que se compreenda o meio rural para além da produção agropecuária, considerando a sua multifuncionalidade, como o turismo rural, o artesanato e as manifestações culturais. Neste sentido, destaca-se também a importância de fortalecer a produção sustentável econômica, social e ambientalmente, disseminando boas práticas ambientais, maior participação das mulheres e dos jovens, conferindo-lhes autonomia e emancipação (BRASIL, 2013).

Estudos recentes (FRANÇA FILHO, 2008; SINGER, 2014; MARTINO; GIACCHÈ; ROSSETTI, 2016; ROVER; GENNARO; ROSELLI, 2017) demonstram os efeitos positivos das experiências de economia solidária no desenvolvimento sustentável e no combate à exclusões sociais, apresentando resultados como inovação social, preservação de recursos naturais, autonomia econômica,

desenvolvimento local e transformação social. Complementar a isso, Arruda *et al.* (2015), através de um estudo de caso, demonstra a relevância dos empreendimentos de economia solidária para o desenvolvimento rural sustentável. Os autores sugerem que o desenvolvimento deve ser avaliado pelos avanços na qualidade de vida humana, incluindo, além dos aspectos econômicos os aspectos sociais, ambientais, políticos e culturais. E, De Oliveira e Christoffoli (2017) citam que a agroecologia e a economia solidária apresentam-se como horizonte possível frente da sustentabilidade.

Assim, percebe-se que o desenvolvimento rural sustentável aponta para o fortalecimento da agricultura familiar e engloba formas de organização e produção alternativas, com presença de autogestão, de sistemas ecológicos e de interação solidária. Essa busca pelo desenvolvimento sustentável é de fundamental importância para a redução das desigualdades sociais encontradas no meio rural.

2.2.1 Agricultura Familiar

No Brasil, 84% dos estabelecimentos agrícolas são de agricultura familiar, segundo dados do censo agropecuário (IBGE, 2006). Estima-se que os agricultores familiares produzem cerca de 70% do consumo total de alimentos no mercado interno, com menos de 25% das terras agrícolas. Os agricultores familiares são orientados principalmente para o cultivo direcionado ao consumo doméstico (mandioca, feijão, hortaliças, carne suína, leite e aves), enquanto o setor agrícola não familiar concentra-se em culturas orientadas para a exportação (soja, cana de açúcar, carne bovina e laranja) (IBGE, 2006; BRASIL, 2013a).

Segundo o artigo 3º da Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006), é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que na prática das atividades do meio rural, atende aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ainda segundo a Lei 11.326/2006, são também considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar tem um conceito bastante amplo, mas de maneira geral ela se caracteriza pela estreita relação entre o trabalho e a propriedade da terra, dos equipamentos, das habitações, etc., sendo que o processo de produção baseia-se na força de trabalho da família, não apresentando divisão do trabalho ou entre as atividades administrativas e executivas. Neste caso, há uma participação solidária de todos os membros da família na organização e funcionamento da unidade de produção (FAO, 2012).

Ademais, a agricultura familiar desempenha um papel estratégico para o desenvolvimento, permitindo uma lógica de produção e distribuição de riquezas e, para a segurança alimentar, na produção de alimentos básicos para a população e na integração de uma parcela da população no campo, que antes migrou para a cidade (FAO, 2012). Contudo, apesar da importância da agricultura familiar em termos de Produto Interno Bruto (PIB), de emprego rural, de desenvolvimento e de produção de alimentos para consumo interno, a mesma recebe níveis significativamente mais baixos de apoio governamental quando comparado ao setor do agronegócio orientado para a exportação (WITTMAN; BLESCH, 2017).

Grisa (2012), em seu trabalho sobre Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil, cita que o debate sobre a importância da existência de políticas diferenciadas para os pequenos produtores iniciou na década de 80, a partir da discussão da nova Constituição Federal de 1988. E, em 1991, a Lei Agrícola (Lei nº 8.171/1991) reconheceu a diversidade dos agricultores brasileiros e previu a construção de uma política diferenciada para pequenos produtores, contudo, institucionalizou os interesses dos grandes produtores (BRASIL, 1991; SANTOS, 2011).

Após isso, várias mobilizações e documentos de reivindicação foram organizados, com a participação de diversas organizações populares com vistas ao atendimento das demandas dos agricultores familiares (GRISA, 2012). Até que, em 1995, através da Resolução nº 2.191, do Conselho Monetário Nacional (CMN), foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), depois instituído pelo Governo Federal em 1996, através do Decreto nº 1.946, que

vem a ser uma das principais políticas para a agricultura familiar (BRASIL, 1995; BRASIL, 1996).

Entretanto, a grande mudança na agricultura familiar tem ocorrido a partir do ano de 2000, onde o PRONAF sofreu grandes alterações e outros programas foram criados. O Brasil conta com diversos programas e políticas públicas de incentivo e fortalecimento da agricultura familiar, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA), programa terra legal, programa de cadastro de terra e regularização fundiária, terra forte, programa nacional de produção e uso do biodiesel e garantia-safra.

Wittman e Blesh (2017), em seu estudo, demonstram a importância desses programas, em especial o PAA e PNAE, para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento rural sustentável, como um modelo de inovação (dentro de uma matriz agrícola altamente insustentável) que pode impulsionar a expansão da soberania alimentar.

Essas políticas públicas têm suas diretrizes determinadas pela Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006) e têm como princípios norteadores: a descentralização; a sustentabilidade ambiental, social e econômica; a equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; e, a participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Além disso, também é importante citar, dentre todas as políticas e programas, o fortalecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), a partir do Decreto nº 4.854/2003, e institucionalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) a partir da Lei nº 12.188/2010 (BRASIL, 2003; BRASIL, 2010).

Todas essas ações estão voltadas para o desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar. Segundo o Documento de Referência da 2ª CNDRSS (BRASIL, 2013), o desenvolvimento rural não está associado à

modernização agrícola ou a industrialização e urbanização do campo, mas sim à transformação das populações rurais em agentes de mudança, atribuindo-lhes capacidades humanas, políticas, culturais, técnicas, dentre outras, que permitem as mesmas agir para transformar e melhorar suas condições de vida, através de mudanças nas suas relações com o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Diante disso, tem-se a agricultura familiar como importante fator para o desenvolvimento rural sustentável, tornando-se indispensável, de acordo com a 2ª CNDRSS “fortalecer a integração entre campo e cidade baseada na solidariedade, sustentabilidade e cooperação, a exemplo das associações, cooperativas solidárias, feiras, mercado justo e solidário, entre outros” (BRASIL, 2013, p. 37).

Corroborando, Christoffoli *et al.* (2013) citam que com o crescente abandono da zona rural, as unidades de produção da agricultura familiar buscam alternativas de sobrevivência, como a constituição de empreendimentos da economia solidária. Portanto, empreendimentos de economia solidária despontam como uma alternativa de manutenção e fortalecimento da agricultura familiar e de perspectiva de um desenvolvimento rural realmente sustentável.

2.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

As organizações sociais são empreendimentos diversos, que assumem diferentes formas constitucionais ou jurídicas, tais como ONG's, organizações sem fins lucrativos e de economia solidária e empresas sociais, que têm como objetivo principal a transformação social (MEADOWS; PIKE, 2010; BAGNOLI; MEGALI, 2011; EBRAHIM; RANGAN, 2014). Assim, é importante que a avaliação de desempenho se proponha a medir a transformação social gerada pelo desenvolvimento das atividades organizacionais (STEVENS; MORAY; BRUNEEL, 2015).

Contudo, a avaliação de desempenho tem suas origens no mundo empresarial, considerando perspectivas de organizações com objetivo de lucro e apesar da grande evolução, com diferentes ferramentas e instrumentos que capturam inúmeras dimensões, apresenta limitada adaptação para abordagens em empreendimentos sociais. Isso devido à algumas características específicas desse

tipo de organização: (1) dificuldade na definição de quais são as dimensões a serem monitoradas em um empreendimento social; (2) problema de recursos para investimento e desenvolvimento de empreendimentos sociais bem estruturados; (3) pouca evidência empírica de que as ferramentas de medição de desempenho tem impacto sobre as práticas reais de negócios, devido principalmente a natureza parcial e contextual de um determinado conjunto de medidas, que reflete a sensibilidade de um grupos específicos de interessados (ARENA; AZZONE; BENGO, 2015).

Além disso, organizações sem fins lucrativos apresentam baixo nível de profissionalização (BELLUCCI *et al.*, 2012), e pouco se sabe sobre quantificar a eficácia neste setor (MACLONDOE; BARMAN, 2013). Por outro lado, Straub, Koopman e Van Mossel (2010) afirmam que a prática da medição de desempenho, apesar de complexa, pode levar a um comportamento estratégico.

Avaliar o desempenho em organizações sociais compreende um processo complexo, pois envolve múltiplos interesses e múltiplos *stakeholders* (partes interessadas) (PACKARD, 2010; THOMSON, 2010; SILLANPÄÄ, 2011; ARENA *et al.*, 2015). Bellucci *et al.* (2012) afirmam que para avaliar organizações caracterizadas por múltiplos objetivos é necessário usar uma abordagem multidimensional. Ou seja, uma abordagem que leva em consideração as múltiplas variáveis e os múltiplos valores presentes nessas organizações. Esse tipo de abordagem tem duas vantagens: (1) permite uma avaliação mais rigorosa do desempenho das organizações nas dimensões relevantes; (2) permite ter em conta as diferentes prioridades, motivos e efeitos encontrados nas diferentes organizações. Dessa forma, uma abordagem multidimensional tende a ser flexível a ponto de atender as peculiaridades de indivíduos das mesmas.

Complementar a isso, Grieco *et al.* (2015) citam que a temática da avaliação de desempenho em organizações sociais é um desafio importante para os estudiosos, principalmente devido à dificuldade de converter dados qualitativos relacionados à missão social em métricas quantitativas. Lee e Nowell (2015) também mencionam a complexidade de avaliar o desempenho no setor sem fins lucrativos, principalmente porque os resultados de suas metas, muitas vezes, são de difícil mensuração, uma vez que muitos dos resultados não são quantitativos. Neste contexto, Straub, Koopman e Van Mossel (2010) citam que é importante que os indicadores e/ou critérios avaliativos sejam definidos com cautela, pois a

identificação de indicadores-chave de desempenho facilita a escolha de estratégias de gestão, garantindo a eficiência e eficácia do processo.

Para Abdel-Maksoud *et al.* (2015), organizações com processos e estratégias diferentes devem usar informações de desempenho de forma diferenciada. Dessa forma, os critérios e resultados esperados são diferentes para cada organização, tendo relação direta com a missão, as estratégias e os objetivos da mesma.

Enquanto organizações empresariais são impulsionadas pelo financeiro (STRAUB; KOOPMAN; VAN MOSSEL, 2010) e utilizam-se geralmente de dados monetários, de produtividade e de clientes para avaliar seu desempenho (MACLNDOE; BARMAN, 2013), as organizações sem fins lucrativos, incluindo as organizações sociais, são de natureza não monetária, assim, indicadores financeiros não são suficientes para avaliar seu desempenho (STRAUB; KOOPMAN; VAN MOSSEL, 2010). Isto é, a avaliação de desempenho nas organizações sociais propõe-se a medir a transformação social provocada pelo desenvolvimento das atividades operacionais (STEVENS *et al.*, 2015).

Desse modo, são adequadas medidas de resultado, muito mais voltadas para a eficácia (alcançar os objetivos) do que para a eficiência (executar de forma correta os processos) organizacional (MACLNDOE; BARMAN, 2013). Ebrahim e Rangan (2014) classificam os resultados a serem avaliados em empreendimentos sociais em três diferentes tipos: *outputs* (saídas - resultados imediatos), *Outcomes* (resultados a médio e longo prazo) e Impactos (efeitos na raiz do problema – transformação social).

Contudo, é impraticável para algumas organizações avaliar imediatamente as saídas para resultados de longo prazo e impacto social, principalmente em empreendimentos sociais em estágios iniciais ou pouco estruturados. Sendo assim, o mais importante é modelar métricas e sistemas de medidas estruturados a partir da missão e dos objetivos da organização (EBRAHIM; RANGAN, 2014). Embora a missão organizacional das empresas sociais seja mais ampla, como por exemplo, “eliminar a fome”, seu trabalho é mais bem capturado por sua missão operacional. Mais especificamente, a missão operacional contém as atividades e operações desenvolvidas para alcançar a missão organizacional. Um exemplo simples: missão organizacional: eliminar a fome; Missão operacional: servir refeições (EBRAHIM; RANGAN, 2014).

A utilização de medidas de resultado aplicado a organizações sem fins lucrativos, especialmente os empreendimentos sociais, é um fenômeno relativamente recente (THOMSON, 2010) e busca verificar a capacidade das mesmas em atender a finalidade social a qual foi criada (BAGNOLI; MEGALI, 2011). Entre os autores, que em seus estudos abordaram a avaliação de desempenho em organizações sociais, estão: Kaplan (2001), Meadows e Pike (2010) e Greiling (2010) que abordam a avaliação de desempenho a partir da perspectiva do *Balanced Scorecard*; Carman (2010), Ebraim e Rangan (2010), Bagnoli e Megali (2011); Arena *et al.* (2015) abordam modelos e frameworks baseados no Modelo Lógico; Wu *et al.* (2008) e Bellucci *et al.* (2012) abordam modelos com base em métodos multicritérios, como DEA, AHP e Fuzzy; Straub, Koopman e Van Mossel (2010) abordam sistemas conceituais como um framework para avaliação de desempenho; Cançado e Cançado (2009) que apresentam um modelo próprio para avaliação de empreendimentos de economia solidária em incubadoras de cooperativas solidárias.

Cada um dos estudos encontrados sobre a temática apresenta diferentes metodologias utilizadas e diferentes indicadores levantados. Não há normativas que determinam quais são as informações que devem ser levantadas e publicadas pela avaliação de desempenho. Dessa forma, modelos e orientações a níveis territoriais e setoriais, considerando a natureza das atividades desenvolvidas, a legislação vigente e os valores que guiam a organização são importantes.

Com relação aos empreendimentos de economia solidária, a avaliação do desempenho, assim como o desenvolvimento de suas atividades organizacionais, deve ser guiada pelos princípios da economia solidária. Neste estudo, o modelo proposto se propõe a apresentar o desempenho a partir da missão operacional, com base nos princípios da economia solidária e que resulte na apresentação de *outputs*, uma vez que não se conhece com a profundidade necessária a realidade dos empreendimentos participantes para que seja possível avaliar *outcomes* ou impactos. Para que isso seja possível utiliza-se um método multicritério de apoio à decisão.

2.4 MÉTODO MULTICRITÉRIO DE APOIO À DECISÃO

A modelagem multicritério de apoio à decisão busca proporcionar ao decisor elementos de resposta às questões decorrentes de um processo, tendo como objetivo esclarecer cada decisão, fazendo com que o processo decisório seja o mais neutro, objetivo, válido e transparente possível, sem pretensão de uma solução única e verdadeira (GOMES; ARAYA; CARIGNANO, 2011).

Os métodos de apoio multicritério à decisão tem a capacidade de agregar, de forma ampla, todas as características consideradas importantes, a fim de possibilitar a transparência e a sistematização dos processos relacionados aos problemas de tomada de decisão (GOMES; ARAYA; CARIGNANO, 2011).

No processo de apoio a decisão geralmente é uma das partes interessadas (*stakeholders*) que está sendo apoiada. Os vários *stakeholders* envolvidos no processo podem ser diversos, com diferentes objetivos e sistemas de valores conflitantes. Portanto, uma aplicação específica de apoio à decisão raramente será abrangente o suficiente para beneficiar todos eles. Dessa forma, o processo de apoio a decisão exige quase sempre que um determinado *stakeholder* (indivíduo, entidade ou comunidade) seja identificado como decisor (ROY, 1996).

Neste contexto, é importante esclarecer alguns conceitos básicos com relação ao apoio multicritério à decisão, são eles: decisor, analista, conjunto de alternativas (ou conjunto de escolhas), critérios e pesos.

a) Decisor: *stakeholder* que pode ser um indivíduo ou um grupo de indivíduos, que geralmente desempenha um papel crítico na evolução do processo e é em seu nome e em seu benefício que o apoio à decisão é aplicado. O decisor é aquele que avalia o “possível” e os objetivos, e que expressa preferências e tem interesse na evolução do processo (ROY, 1996).

b) Analista: é geralmente um especialista, que trabalha sozinho ou lidera uma equipe, que tem como objetivo tornar o modelo explícito, usar o modelo para obter os elementos das respostas, esclarecer o tomador de decisão das consequências de determinado comportamento, traduzindo-as em termos compreensíveis, e até mesmo, recomendar ações ou metodologias (ROY, 1996).

c) Conjunto de alternativas (A) (ou Conjunto de escolhas): designa um conjunto de ações potenciais. Cada ação, $a \in A$ pode ser definida por uma breve frase ou termo descritivo (ROY; FIGUEIRA; ALMEIDA-DIAS, 2014), ou seja, constitui o objeto da decisão (ROY, 1991).

d) Critérios: os critérios servem de base para o julgamento das alternativas. Esse julgamento, que o critério ajuda a estabelecer, é essencialmente julgamento de preferências relacionado à decisão (ROY, 1996). Um critério (K) desprovido de ambiguidade, subjetividade e arbitrariedade e, com dados suficientes, é um modelo de preferência, que pode ser considerado legítimo para levar às seguintes conclusões: I – Indiferença entre duas alternativas; II – Preferência em favor de uma alternativa (ROY; FIGUEIRA; ALMEIDA-DIAS, 2014).

e) Pesos: o sistema de pesos indica a importância relativa atribuída aos critérios definidos (ROY, 1996). Ou seja, os pesos servem para comparar os critérios definidos em termos de escala de importância.

2.4.1 Tipos de problemáticas

O tipo de problemática basicamente aponta o tipo de ajuda que se espera para o problema de decisão. Ou seja, dado um determinado problema de decisão umas das quatro problemáticas descritas por Roy (1996) será abordada:

Problemática $P\alpha$ (Problemática de escolha): tem como objetivo auxiliar o decisor em uma escolha de um subconjunto tão pequeno quanto possível para que uma única ação possa eventualmente ser escolhida. O resultado deste tipo de problemática é um processo de escolha ou seleção da melhor ou das melhores alternativas;

Problemática $P\beta$ (Problemática de classificação): tem como objetivo auxiliar o decisor em uma classificação que leva a uma atribuição de cada ação a uma categoria, onde as categorias são previamente definidas em função de certas normas de acordo com o destino final das ações que serão atribuídas a elas. Dessa forma, o resultado deste tipo de problemática é um procedimento de classificação ou atribuição;

Problemática $P\gamma$ (Problemática de ordenação): tem como objetivo auxiliar o decisor através de um ranking que é obtido colocando todas as ações, ou simplesmente as ações “mais atraentes”, em classes de equivalência que estão total ou parcialmente ordenadas de acordo com as preferências. Resulta assim em um ranking ou ordenação das alternativas;

Problemática P δ (Problemática de descrição): tem como objetivo auxiliar o decisor desenvolvendo uma descrição das ações e suas consequências e termos apropriados. Resulta em uma descrição das alternativas ou em um procedimento cognitivo.

A classificação do tipo de problemática torna possível identificar os resultados pretendidos pelo problema de decisão. A problemática escolhida para um determinado trabalho pode corresponder a somente uma das quatro problemáticas de referência, a uma sequência de duas ou mais das problemáticas ou a uma problemática mista (ROY, 1996).

2.4.2 Modelagem e estrutura das preferências

A modelagem de preferência representa a comparação e as preferências do decisor em relação a um conjunto de alternativas (A). Quando o decisor realiza comparações, a expressão das suas preferências é feita por relações binárias (\mathfrak{R}) (GOMES; ARAYA; CARIGNANO, 2011).

Uma relação binária (\mathfrak{R}) liga dois objetos e descreve a presença ou ausência de uma determinada propriedade (ROY, 1996). No Quadro 1, estão apresentadas as propriedades das relações binárias.

Quadro 1- Propriedades das relações binárias

Relação Binária	Condição
Reflexividade	se $\forall a \in X$, tem-se $(a, a) \in \mathfrak{R}$
Irreflexividade	se $\forall a \in X$, tem-se $(a, a) \notin \mathfrak{R}$
Simetria	se $(a, b) \in \mathfrak{R}$ supõe também que $(b, a) \in \mathfrak{R}$
Assimetria	se $(a, b) \in \mathfrak{R}$ supõe também que $(b, a) \notin \mathfrak{R}$
Transitividade	se $(a, b) \in \mathfrak{R}$ e $(b, c) \in \mathfrak{R}$ implicam $(a, c) \in \mathfrak{R}$

Fonte: Adaptado de Gomes, Araya e Carignano (2011)

Segundo Roy (1996), um decisor diante de duas alternativas e das quais conhece suas consequências, é capaz de revelar sua preferência entre elas de acordo com as quatro situações fundamentais e mutuamente excludentes descritas a seguir:

Indiferença (*I*): corresponde à existência de razões claras e positivas que justificam a equivalência entre as duas alternativas, ou seja, o decisor é indiferente entre x_1 e x_2 . Esta relação é simétrica e reflexiva (ROY, 1996; GOMES; ARAYA; CARIGNANO, 2011).

Preferência estrita (*P*): corresponde à existência de razões claras e positivas que justificam preferência significativa a favor de uma de duas alternativas. Ou seja, o decisor prefere estritamente x_1 a x_2 , ou x_2 a x_1 . Esta relação é assimétrica e irreflexiva (ROY, 1996; GOMES; ARAYA; CARIGNANO, 2011).

Preferência fraca (*Q*): corresponde à existência de causas e razões positivas que invalidam a preferência estrita em favor de uma de duas alternativas, mas que são insuficientes para deduzir preferências rígidas em favor da alternativa ou indiferença entre as duas alternativas, não sendo assim permitido que qualquer uma das duas situações anteriores seja distinguida apropriadamente. Ou seja, o decisor não sabe se prefere estritamente x_1 a x_2 , ou x_2 a x_1 , ou se essas alternativas lhe são indiferentes. Esta relação binária é assimétrica e irreflexiva (ROY, 1996; GOMES; ARAYA; CARIGNANO, 2011).

Incomparabilidade (*R* ou *NC*): corresponde a uma ausência de razões claras e positivas que justifiquem qualquer uma das três relações anteriores. Esta relação binária é simétrica e irreflexiva (ROY, 1996; GOMES; ARAYA; CARIGNANO, 2011).

Essas quatro situações fundamentais de preferências podem ser combinadas, resultado em outras situações de particular interesse, que representam melhor o que ocorre na prática dos decisores, e que seguem descritas de acordo com (GOMES; ARAYA; CARIGNANO, 2011, p. 13):

Não-preferência (\sim): neste caso, há combinação das situações de indiferença e incomparabilidade, sendo que para o decisor é impossível diferenciá-las.

Preferência (no sentido amplo) ($>$): neste caso, é impossível para o decisor definir se há preferência estrita ou fraca entre duas alternativas.

Presunção de preferência (*J*): neste caso, o decisor tem uma preferência fraca por uma alternativa, justificada por razões claras, mas que, no limite, há razões que justificam a indiferença, e é impossível a separação significativa entre ambas.

K-preferência (*K*): neste caso, há uma preferência estrita por uma entre duas alternativas ou é identificada uma incomparabilidade entre as mesmas.

Superação (*S*): neste caso, há combinação de três situações: preferência estrita, preferência fraca e indiferença; sem que haja possibilidade de distingui-las.

A partir das relações binárias apresentadas e suas propriedades é possível descrever as principais estruturas de preferências sobre um conjunto de alternativas *A*. As principais estruturas de preferência sobre um conjunto de alternativas são: ordem completa, pré-ordem completa, quase ordem, ordem de intervalo, pré-ordem parcial e pseudo-ordem, e estão descritas no Quadro 2.

Quadro 2 - Estruturas de preferência

Estrutura	Descrição
Ordem completa	Corresponde à noção intuitiva de classificação sem possibilidade de empate
Pré-ordem completa	Corresponde à noção intuitiva de classificação com a possibilidade de empate por similaridade
Quase ordem e Ordem de intervalo	Ambas admitem que a relação simétrica não é perfeitamente transitiva em casos extremos. A consideração da não-transitividade realiza-se geralmente pela noção do limite da indiferença (<i>q</i>). A diferença entre ambas é que a primeira é uma ordem de intervalo constante
Pré-ordem parcial	Generaliza a estrutura de pré-ordem completa, uma vez que admite a incomparabilidade na classificação, conservando a transitividade
Pseudo-ordem	Esta estrutura é semelhante à quase-ordem, contudo, com uma relação binária adicional: preferência fraca, que se dá por meio da introdução de um limite de preferência <i>p</i> . Neste caso são admitidos três tipos de situações: indiferença (<i>I</i>), preferência estrita (<i>P</i>) e a preferência fraca (<i>Q</i>), delimitadas pelos limites de indiferença (<i>q</i>) e de preferência (<i>p</i>).

Fonte: Baseado em Gomes, Araya e Carignano (2011)

A compreensão da modelagem e das estruturas das relações de preferências é importante no processo de desenvolvimento ou de entendimento de um modelo que incorpora uma representação das preferências do decisor (ROY, 1996).

2.4.3 Classificação dos Métodos de Apoio à Decisão

A escolha do método é um passo importante para a solução de um problema de decisão multicritério e está diretamente relacionada a compensação presente ou não, entre os critérios. Em função disso, os critérios são classificados em compensatórios e não compensatórios (ROY, 1996). Os critérios são compensatórios quando o desempenho inferior de uma alternativa em um determinado critério pode ser compensado por um melhor desempenho em outro critério. Por outro lado, os critérios são não compensatórios quando o desempenho inferior de uma alternativa em um determinado critério não pode ser compensado por um melhor desempenho em outro critério. Em função disso, a classificação de métodos para solução de problemas de decisão multicritério proposta por Roy (1996) compreende as seguintes abordagens:

(a) Critério único de síntese: são aplicáveis quando os critérios envolvidos na solução do problema são compensatórios, podendo ser aplicados os métodos *Multi Attribute Utility Theory* (MAUT) e *Analytic Hierarchy Process* (AHP);

(b) Sobreclassificação ou *outranking*: aplica-se quando os critérios não são compensatórios e que aceitam incomparabilidade entre as alternativas, podendo ser aplicados os métodos *Elimination Et Choice Traidusaint la Realité* (ELECTRE) e *Preference Ranking Organization Method for Enrichment Evaluations* (PROMETHEE); e,

(c) métodos interativos: utiliza-se de ferramentas computacionais, como TRIMAP, STEM, dentre outros.

Gomes, Araya e Carignano (2011) fazem referência a duas escolas que estudam métodos de apoio multicritério à decisão e que auxiliam na resolução de problemas de decisão multicritério: Escola Americana e Escola Francesa. Segundo os autores a Escola Americana está centrada na teoria da utilidade multiatributo (MAUT e AHP), que baseia-se na hipótese de que, para qualquer problema de decisão existe uma função de valor real v sobre o conjunto de alternativas A que o decisor deseja examinar. Essa teoria assume que o decisor é capaz de identificar várias alternativas discretas para serem avaliadas e é capaz de estruturar os critérios pelos quais as alternativas serão avaliadas de maneira hierárquica. Já a Escola Francesa, em contraposição aos métodos da escola americana, desenvolveu métodos que admitem um modelo mais flexível do problema, uma vez que não pressupõem, necessariamente, a comparação entre as alternativas e não impõem

ao analista de decisão uma estruturação hierárquica dos critérios, que são os métodos das famílias ELECTRE e PROMETHEE.

Para Roy (1991), os métodos multicritérios têm a finalidade de esclarecer um problema relacionado à classificação, ordenação ou seleção de alternativas. Considerando o problema deste estudo, caracterizado como problema de sobreclassificação (*outranking*), onde os critérios são não compensatórios e a problemática é do tipo $P\beta$, ou seja, de classificação, portanto, definiu-se para a realização da modelagem a utilização da família ELECTRE, da Escola Francesa, mais especificamente o método ELECTRE TRI, que também compreende a relação de incomparabilidade (R) entre os critérios.

2.4.4 A Família ELECTRE

Os métodos da família ELECTRE (*Elimination Et Choix Traduisant la Réalité*) foram os primeiros métodos da Escola Francesa (GOMES; ARAYA; CARIGNANO, 2011), sendo que, cada um dos métodos é aplicável a uma problemática diferente, conforme Almeida (2013). O Quadro 3 apresenta os diversos métodos da família ELECTRE, bem como a problemática e os tipos de critérios atendidos por cada um.

Quadro 3 - Métodos da família ELECTRE

Método	Autor (ano)	Tipo de Problemática	Tipo de critério
ELECTRE I	Roy (1968)	Escolha ($P\alpha$)	Critério verdadeiro
ELECTRE IS	Roy e Skalka (1985)	Escolha ($P\alpha$)	Pseudocritério
ELECTRE II	Roy e Bertier (1973)	Ordenação ($P\gamma$)	Critério verdadeiro
ELECTRE III	Roy (1978)	Ordenação ($P\gamma$)	Pseudocritério
ELECTRE IV	Roy e Hugonnard (1982)	Ordenação ($P\gamma$)	Pseudocritério
ELECTRE TRI	Yu Wei (1992)	Classificação ($P\beta$)	Pseudocritério

Fonte: adaptado de Almeida (2013)

Os métodos com critério verdadeiro usam o sistema de preferências que considera basicamente duas situações de preferência entre as alternativas: indiferença (I), com peso zero e preferência estrita (P) com peso 1. Muitas vezes, o uso desse sistema de preferências é considerado não realista. Pois, em alguns casos, o avaliador pode não conseguir determinar a preferência entre as alternativas num determinado critério K , considerando apenas as opções indiferença (I) e

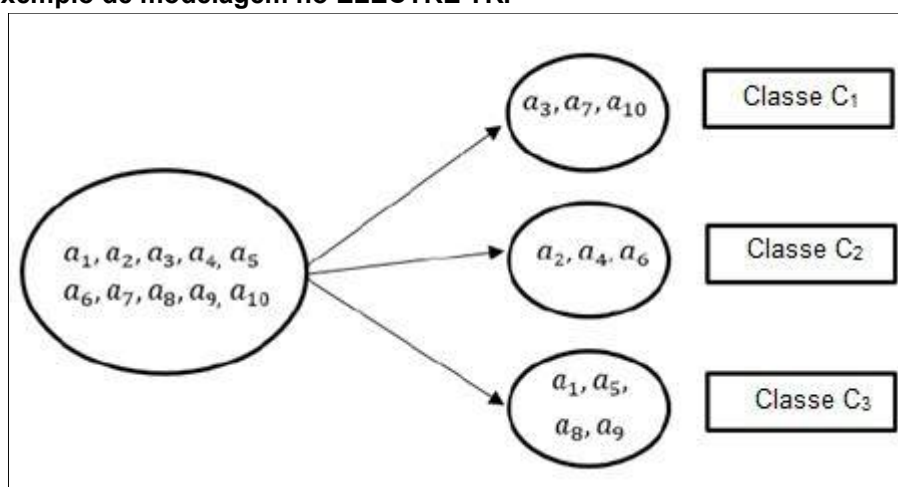
preferência estrita (P) (MIRANDA; ALMEIDA, 2003; COSTA; SANTAFÉ JR; HADDAD, 2007; GOMES; ARAYA; CARIGNANO, 2011; ROY; FIGUEIRA; ALMEIDA-DIAS, 2014).

Já a estrutura de preferência com uso do pseudocritério considera a existência de hesitação, representada pela preferência fraca, evitando uma transição repentina entre a indiferença (I) e a preferência estrita (P). Inclui as opções incomparabilidade (R) e preferência fraca (Q), atribuindo às opções limiares de peso mínimo e peso máximo para transição de classe (MIRANDA; ALMEIDA, 2003; COSTA; SANTAFÉ JR; HADDAD, 2007; GOMES; ARAYA; CARIGNANO, 2011; ROY; FIGUEIRA; ALMEIDA-DIAS, 2014).

2.4.5 O método ELECTRE TRI

Dentre os diversos métodos da família ELECTRE, o método ELECTRE TRI aborda os problemas de classificação, ou seja, busca designar um conjunto de alternativas (A) a um conjunto de categorias ou classes (C), com base em múltiplos critérios (K) e na comparação das alternativas com os limites de cada categoria (MOUSSEAU; SLOWINSKI; ZIELNIEWICZ, 2000), conforme demonstrado na Figura 2.

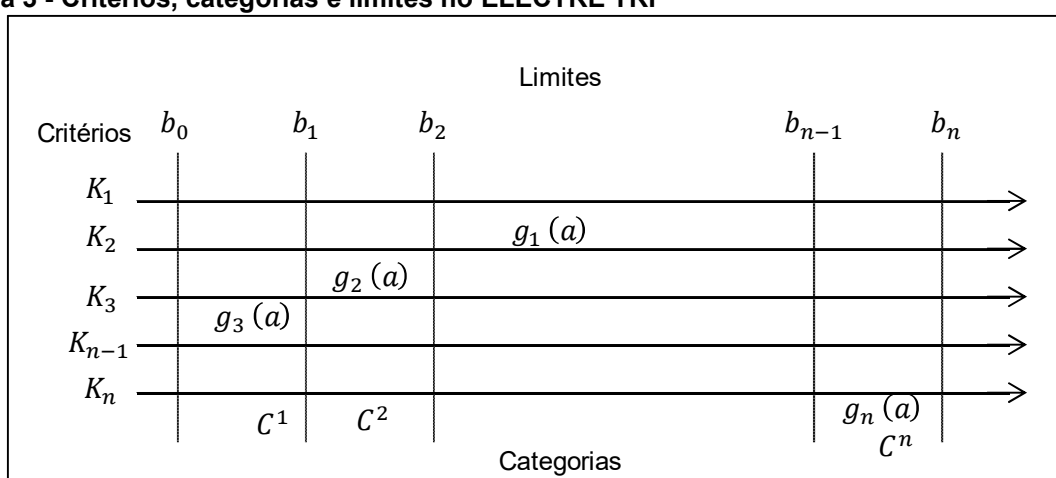
Figura 2 - Exemplo de modelagem no ELECTRE TRI



Fonte: Adaptado de Mousseau, Slowinski e Zielniewicz (2000)

Neste método, conhecidas as alternativas de referência (a_1, a_2, \dots, a_n) as mesmas são avaliadas a partir dos critérios pré-definidos ($K_1, K_2, K_3, \dots, K_{n-1}, K_n$) e classificadas em categorias/classes (C_1, C_2, \dots, C_n) onde cada categoria é limitada inferior e superiormente por duas outras alternativas e por consequência, cada categoria serve de limite ($b_0, b_1, b_2, \dots, b_{n-1}, b_n$), inferior e superior, para duas categorias/classes (GOMES; ARAYA; CARIGNANO, 2011). A Figura 3 apresenta um exemplo deste processo.

Figura 3 - Critérios, categorias e limites no ELECTRE TRI



Fonte: Adaptado de Yu e Roy (1992) apud (Gomes, Araya e Carignano, 2011).

Yu e Roy (1992) apud Gomes, Araya e Carignano (2011) afirmam que devem ser observadas as seguintes condições prévias para estabelecer o método:

- A família de critérios é uma família de pseudocritérios;
- A tabela de desempenho das alternativas está construída;
- São conhecidos, para cada alternativa de referência a_{ni} , os limites de indiferença $q_i(a_i)$, de preferência $p_i(a_i)$, e de veto $v_1(a_i)$, para cada critério i ;
- Os pesos dos critérios são definidos, para cada alternativa de referência, como sendo $w = (w_1, w_2, \dots, w_n)$, em que $w_i > 0 \forall i$;
- Para o procedimento de agregação, deve-se fixar um valor real, situado no intervalo de 0,5 e 1, denominado de nível de corte (λ).

Considerando os índices de concordância de cada critério, calculam-se os índices de concordância globais $G(a, b)$ e $G(b, a)$, indicando “a supera b” para $G(a, b)$ e “b supera a” para $G(b, a)$. E, a partir dos índices de discordância de cada critério,

calculam-se os índices globais de discordância $H(a,b)$ e $H(b,a)$ (FIGUEIRA; GRECO; EHRGOTT, 2005).

O ELECTRE TRI constrói relações de sobreclassificação S , isto é, existe a superação ou a prevalência de uma alternativa sobre a outra. Assim, segundo Roy (1991), para que a relação de superação entre uma alternativa a e uma alternativa de referência b possa se estabelecida, devem ser calculados os seguintes índices: Índice de concordância por critério $ci(a,b)$ e $ci(b,a)$; Índice de concordância global $G(a,b)$ e $G(b,a)$; Índice de discordância por critério $hi(a,b)$ e $hi(b,a)$; Índice de discordância global $H(a,b)$ e $H(b,a)$; e Índice de credibilidade $\sigma_s(a,b)$.

Os índices de concordância por critério $ci(a,b)$ e $ci(b,a)$, concordância global $G(a,b)$ e $G(b,a)$ e discordância por critério $hi(a,b)$ e $hi(b,a)$ podem ser calculados pelas Equações 1, 2 e 3 (ROY, 1991; FIGUEIRA; GRECO; EHRGOTT, 2005).

$$ci(a,b) = \begin{cases} 0 & \text{se } ti(a) \leq ti(b) - pi \\ 1 & \text{se } ti(a) > ti(b) - qi \\ 0 < ci(a,b) \leq 1 & \text{se } \frac{ti(b) - pi < ti(a) \leq ti(b) - qi}{\frac{pi - [ti(a) - ti(b)]}{pi - qi}} \end{cases} \quad (\text{Equação 1})$$

$$G(a,b) = \frac{\sum_{i=1}^n w_i ci(a,b)}{\sum_{i=1}^n w_i} \quad (\text{Equação 2})$$

$$hi(a,b) = \begin{cases} 0 & \text{se } ti(a) > ti(b) - pi \\ 1 & \text{se } ti(a) < ti(b) - vi \\ 0 < hi(a,b) \leq 1 & \text{se } \frac{ti(b) - vi < ti(a) \leq ti(b) - pi}{\frac{[ti(b) - ti(a)] - pi}{vi - pi}} \end{cases} \quad (\text{Equação 3})$$

O ELECTRE TRI constrói um índice $\sigma(a,b)$ e $\sigma(b,a)$ que representa o grau de credibilidade da afirmação de que aSb . E, para demonstrar como a alternativa a

supera a alternativa de referência b , considerando os índices de concordância $ci(a, b)$ e de discordância $hi(a, b)$, determina-se o índice de credibilidade, representado por $\sigma_s(a, b)$ que será obtido de acordo com a Equação 4 (ROY, 1991; FIGUEIRA; GRECO; EHRGOTT, 2005).

$$\sigma_s(a, b) = ci(a, b) \cdot \pi \left[\frac{1-hi(a,b)}{1-gi(a,b)} \right] \quad (\text{Equação 4})$$

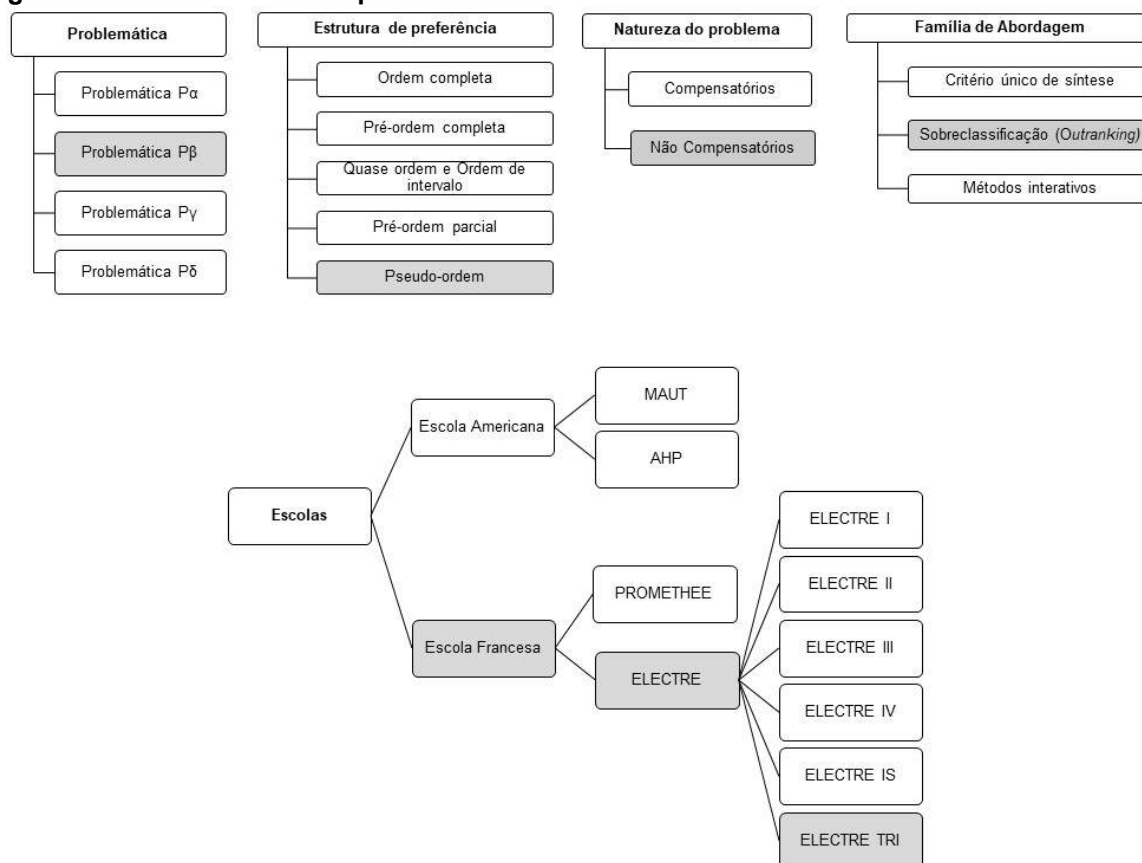
A afirmação aSb é considerada válida se $\sigma(a, b) \geq \lambda$, sendo que $\lambda =$ nível de corte, tal que $\lambda \in [0,5; 1]$. De acordo com Figueira, Greco e Ehrgott (2005), o nível de corte é o menor valor que o índice de credibilidade pode assumir para afirmar que aSb e sua relação de preferência será obtida por meio da comparação. Assim, quanto maior o valor de λ , mais severas são as condições de subordinação de uma alternativa em relação às fronteiras. O nível de credibilidade é o valor mínimo aceitável para a força da declaração de que a supera b , levando em consideração todos os critérios do problema. Por exemplo, quando um nível de credibilidade de 0,6 é escolhido, isso significa que pelo menos 60% dos votos são necessários para legitimar a relação de superação entre a alternativa e a ação de referência (PEREIRA; MOTA, 2014).

O procedimento de cálculo de $\sigma_s(a, b)$ e de $\sigma_s(b, a)$ deve ser repetido para cada alternativa de referência. O número de relações de preferência entre a e b corresponde ao número de alternativas de referência do conjunto A . Dessa forma, o ELECTRE TRI busca atribuir o desempenho das alternativas a uma das classes de desempenho previamente definidas, conforme Figura 1 (Exemplo de modelagem no ELECTRE TRI).

De acordo com Mousseau e Slowinski (1998), são possíveis dois procedimentos de atribuição: procedimento otimista e procedimento pessimista. O procedimento otimista tende em classificar as alternativas (A) em classes mais altas, ou seja, menor grau de exigência, e o procedimento pessimista tende em classificar as alternativas (A) em classes inferiores, ou seja, maior grau de exigência.

Na Figura 4, estão apresentadas as características do apoio multicritério à decisão presentes neste estudo que justificam a escolha do método multicritério ELECTRE TRI para resolução da problemática da pesquisa.

Figura 4- Características do apoio multicritério à decisão deste estudo



Fonte: Autoria própria

Considerando a classificação proposta por Roy (1996), a problemática que está sendo estruturada com relação ao desenvolvimento de um modelo de avaliação de desempenho para ERES, classifica-se como um problema de classificação (*outranking*), onde os critérios são não compensatórios e a problemática é do tipo $P\beta$ e com estrutura de preferência pseudo-ordem. Portanto, definiu-se para a realização da modelagem a utilização da família ELECTRE, da Escola Francesa, mais especificamente o método ELECTRE TRI.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 DELIMITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com o objetivo geral, esta pesquisa classifica-se como modelagem, ou seja, desenvolvimento do processo de construção de um modelo, que segundo Morabito Neto e Pureza (2012, p. 170), compreende “uma representação de uma situação ou realidade, conforme vista por uma pessoa ou um grupo de pessoas, e construída de forma a auxiliar o tratamento daquela situação de uma maneira sistemática”.

Já de acordo com os objetivos específicos, essa pesquisa está delimitada da seguinte forma:

- ✓ Quanto ao setor: Economia Solidária
- ✓ Quanto ao ramo de atividade: empreendimentos de economia solidária;
- ✓ Quanto ao tipo de atividade: Agricultura familiar;
- ✓ Quanto à natureza: aplicada;
- ✓ Quanto à forma de abordagem do problema: qualitativa e quantitativa;
- ✓ Quanto aos objetivos: empírica descritiva;
- ✓ Quanto aos procedimentos técnicos: múltiplos procedimentos e múltiplos instrumentos de pesquisa: na etapa 1 utilizou-se procedimentos teórico/conceitual e levantamento tipo *Survey*; já nas etapas 2 e 3 utilizou-se de procedimentos teórico/conceitual, pesquisa documental e de estudo de caso.

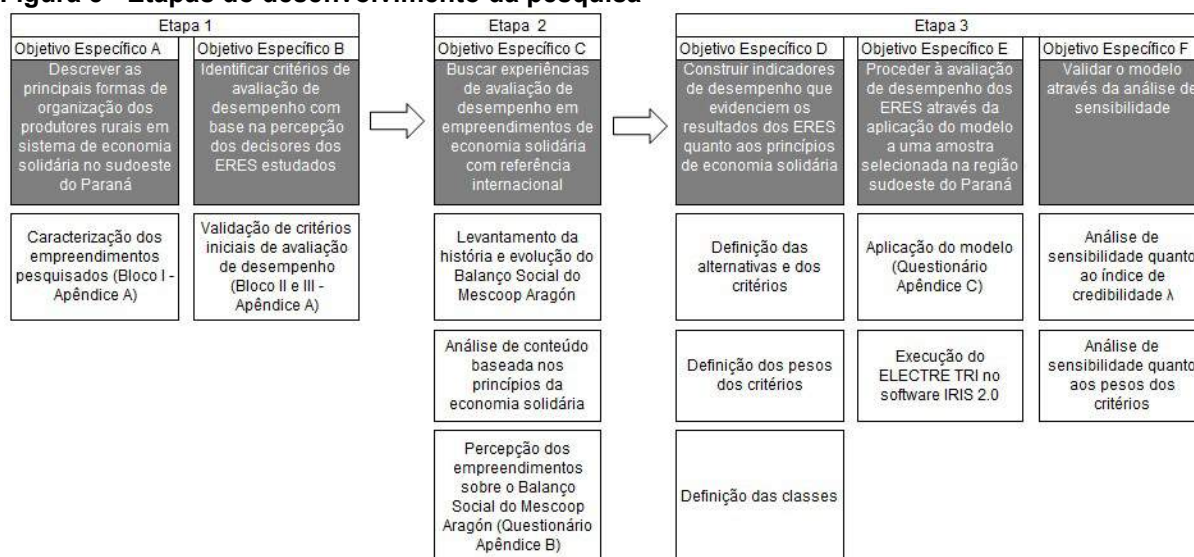
Esta pesquisa também assume características indutivas, onde a generalização deriva das observações da realidade concreta.

3.2 ETAPAS DA PESQUISA

A presente pesquisa está dividida em 3 etapas principais: (1) Caracterização dos ERES da Região Sudoeste do Paraná e validação de critérios iniciais com base na percepção dos decisores ; (2) Análise da experiência do Mercado Social Aragón -

Espanha; e, (3) Construção, aplicação e validação do modelo para avaliação de desempenho em ERES utilizando o ELECTRE TRI. Essas três etapas percorridas para o desenvolvimento deste trabalho estão diretamente relacionadas com os objetivos específicos e estão apresentadas na Figura 5.

Figura 5 - Etapas do desenvolvimento da pesquisa



Fonte: Autoria própria

Em cada uma das etapas da pesquisa apresentadas na Figura 5 foram utilizados métodos e procedimentos metodológicos diferentes e adequados a cada uma, conforme descrito na sequência.

3.2.1 Caracterização dos ERES da Região Sudoeste do Paraná e validação de critérios iniciais com base na percepção dos decisores

Para o modelo atender de forma adequada às características dos ERES, na primeira etapa da pesquisa realizou-se um levantamento tipo *survey*, para que os representantes dos ERES participantes pudessem contribuir na construção do modelo, apontando critérios considerados relevantes para a avaliação de desempenho por meio da atribuição de níveis de importância a esses critérios, conforme questionário semiestruturado apresentado no Apêndice A.

Para esta etapa, delimitou-se como população os Empreendimentos Rurais de Economia Solidária, aqui tratados como ERES, atuantes na região Sudoeste do Paraná. A região Sudoeste do Paraná é um importante território no contexto da economia solidária, pois concentra 30,4% de todos os ERES do Estado (FBES, 2013). Para seleção da amostra, utilizou-se o buscador de empreendimentos disponibilizado pelo FBES (2009), que é uma ferramenta de busca de empreendimentos da economia solidária no país, bem como de produtos e serviços oferecidos ou consumidos pelos mesmos.

Levantou-se os empreendimentos registrados no buscador de empreendimentos de economia solidária em cada um dos 42 municípios que compõem a região Sudoeste do Paraná, totalizando 125 empreendimentos. A partir dessa listagem foram excluídos os empreendimentos urbanos, de crédito rural, de prestação de serviços e de máquinas e implementos agrícolas, restando 93 ERES.

Durante o processo de contato com os 93 ERES identificados no buscador verificou-se que: 32 estão inativos; três não se classificam mais como economia solidária; e, 34 estão inacessíveis (telefone e/ou endereço inexistente ou incorreto). Dessa forma, identificou-se 24 empreendimentos ativos e acessíveis. Desses 24 empreendimentos identificados, o questionário foi aplicado a 13, sendo entrevistado o presidente e/ou responsável de cada empreendimento, que tem a incumbência de representante do mesmo, contudo, para análise das dimensões e critérios de avaliação de desempenho considerados importantes (Blocos II e III do Apêndice A), considerou-se 12 questionários, já que dois empreendimentos são representados pela mesma pessoa. Essa amostra foi definida por acessibilidade, ou seja, não é uma amostra probabilística, e representa 50% da população identificada como ativa.

Para a construção deste primeiro instrumento (Apêndice A) de pesquisa, utilizou-se como base os princípios gerais da economia solidária apresentados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2003) e nos diversos estudos utilizados na construção do referencial teórico. O mesmo está estruturado da seguinte forma:

Introdução – apresentação das seguintes informações: nome do pesquisador, programa de pós-graduação, Instituição, orientador, objetivos da pesquisa, confidencialidade das respostas, esclarecimentos que permitiram a decisão livre com relação à participação na pesquisa e e-mail e telefone para contato em caso de dúvidas.

Bloco I – Identificação do empreendimento de economia solidária pesquisado: neste bloco identifica-se a pessoa responsável pelo empreendimento pesquisado, bem como dados do empreendimento. Optou-se por apenas um decisor por empreendimento, apesar de tratar-se de empreendimento de gestão solidária, uma vez que o representante é eleito pelos demais para responder pelo empreendimento diante da sociedade.

Bloco II – Importância dos critérios: neste bloco são listados vários possíveis critérios de avaliação de desempenho divididos em seis dimensões avaliativas: (1) Normas e documentos legais, que está relacionada com os processos legais do empreendimento e com registro formal; (2) valorização do trabalho humano, que compreende o valor atribuído pelo empreendimento ao conhecimento, participação e trabalho dos associados/cooperados e funcionários e ao desenvolvimento humano; (3) tecnológica e econômica, estão compreendidos os critérios relacionados à sustentabilidade econômica do empreendimento e dos associados/cooperados; (4) reconhecimento do feminino, que está relacionada com o papel da mulher enquanto trabalhadora rural associada e também na direção do empreendimento; (5) respeito e preservação da natureza, que está diretamente relacionada à manutenção da integridade e a proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais; e, (6) Cooperação e solidariedade, que está relacionada com o nível de solidariedade que permeia as relações entre associados/cooperados e entre os empreendimentos.

Para o levantamento da percepção dos entrevistados utilizou-se a Escala *Likert* (LIKERT, 1932). A escala Likert é uma escala de verificação que consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais, os respondentes emitirão seu grau de concordância (DA SILVA JÚNIOR; COSTA, 2014). Dessa forma, os entrevistados atribuíram um grau de importância para cada critério do processo de avaliação, de acordo com seu julgamento, podendo optar por umas das seguintes opções: (1) sem importância; (2) pouco importante; (3) indiferente; (4) importante; (5) muito importante; e, (6) não sei responder.

Bloco III – Sugestões da organização pesquisada: neste bloco, os entrevistados tem a opção de sugerir dimensões avaliativas, bem como critérios que ponderem relevantes de alguma forma.

Os dados foram coletados entre maio e julho de 2016. Para análise dos dados levantados a partir deste questionário utilizou-se estatística descritiva,

principalmente a moda, que é uma medida de tendência central que considera o valor com maior frequência nos dados, sendo útil para descrever variáveis discretas com pequenos intervalos de variação e com poucos valores distintos como a Escala *Likert* (DOANE; SEWARD, 2014). Esta análise se desenvolveu com auxílio de planilhas eletrônicas.

3.2.2 Análise da experiência do Mercado Social Aragón - Espanha

A segunda etapa está fundamentada no desenvolvimento de estudo de caso, com vistas a reunir dados sobre como o Balanço Social é usado pelo Mercado Social Aragón (MEScoop Aragón), Espanha, para avaliar o desempenho dos empreendimentos associados. Considera-se neste estudo o Balanço Social como “um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários” (TINOCO, 2011, p. 59).

O estudo dessa experiência espanhola, apesar de não usar nenhum método multicritério, contribui para o desenvolvimento do modelo porque utiliza os princípios da economia social e solidária como base para a construção do Balanço Social.

O objeto de estudo desta etapa da pesquisa, o MEScoop Aragón, foi constituído formalmente em novembro de 2013, na comunidade autônoma de Aragón, na Espanha. É uma cooperativa que opera em rede (*network cooperative*), que trabalha em associação com a Rede de Economia Alternativa e Solidária (REAS). No ano de 2017, estava composto por 46 empreendimentos (44 empreendimentos associados, mais dois empreendimentos voluntários). O questionário referente a esta etapa da pesquisa foi enviado aos 46 empreendimentos, obtendo-se resposta de 34, o que representa uma taxa de retorno de 73,9%.

O estudo de caso constituiu-se de três fases, com utilização de distintos instrumentos metodológicos:

- (1) Conhecer a evolução do Balanço Social no MEScoop Aragón, bem como a ponderação de seus critérios;

(2) Analisar se os indicadores utilizados atendem aos princípios da Economia Solidária;

(3) Analisar a percepção dos empreendimentos participantes do MEScoop Aragón quanto à importância do Balanço Social.

Para o desenvolvimento da primeira fase desta etapa, realizou-se uma revisão histórica a partir de análise documental de documentos disponíveis nos *websites* do REAS Aragón e do MEScoop Aragón.

Na segunda fase, aplicou-se análise de conteúdo, método de codificação de texto escrito em vários grupos ou categorias, com base em determinados critérios selecionados (KRIPPENDORFF, 2012). O método de análise de conteúdo já foi utilizado em estudos anteriores de análise de relatórios de sociais e de sustentabilidade, o que dá suporte para utilização do mesmo nesta pesquisa (MEYSKENS; PAUL, 2010; CAMPOPIANO; DE MASSIS, 2015; BOIRAL, 2016).

A análise de conteúdo foi desenvolvida utilizando um instrumento de codificação baseado na Carta da Economia Solidária¹, estruturado em seis categorias:

- (I) Equidade;
- (II) Trabalho;
- (III) Sustentabilidade Ambiental;
- (IV) Cooperação;
- (V) Sem fins lucrativos;
- (VI) Compromisso com o entorno.

Esses códigos de conteúdo foram ainda divididos em 36 elementos, extraídos da Carta da Economia Solidária. O instrumento de codificação registra a presença desses elementos no Balanço Social analisado. Para a análise da qualidade das informações divulgadas pelo relatório, adotou-se a classificação presente na literatura, numa escala ordinal de 4 intervalos: declarativo, monetário, não monetário e monetário e não monetário (GUTHRIE; PARKER, 1990; GUTHRIE *et al.*, 2004). Utilizou-se como base o último Balanço Social disponível na data da pesquisa, elaborado em 2016 com dados do ano de 2015. O mesmo está disponível

¹ A Carta da Economia Solidária define os 6 princípios da Economia Solidária para o Estado Espanhol e foi aprovada em maio de 2011 por REAS Red de Redes. Apresenta ainda os conceitos e premissas defendidos em cada um dos princípios definidos na carta. A Carta da Economia Solidária pode ser encontrado no link: http://www.economiasolidaria.org/files/CARTA_ECONOMIA_SOLIDARIA_REAS.pdf

para acesso público no *website* do MEScoop Aragón (<https://mercadosocialaragon.net/balancesocial/>).

E por fim, na terceira fase desta etapa da pesquisa, foi aplicado um questionário estruturado por perguntas qualitativas com seleção de respostas quantificáveis através da Escala *Likert* (LIKERT, 1932) aos presidentes dos empreendimentos. Essa escala varia de 0 a 5, sendo que “0” é a menor pontuação (nunca ou sem importância) e “5” é a maior pontuação (sempre ou extremamente importante).

Esse questionário (Apêndice B) foi estruturado com base em cinco categorias de funcionalidades do Balanço Social, identificadas através do agrupamento das ideias de *Global Reporting Initiative* (GRI, 2016) e dos objetivos do Balanço Social Aragón (MEScoop Aragón, 2016a): (1) Avaliação do Desempenho; (2) Prestação de contas à sociedade (transparência); (3) Planejamento; (4) Tomada de decisão e melhoria contínua; e, (5) fortalecimento das entidades. Dessa forma, as questões foram elaboradas com o objetivo de identificar a percepção das entidades com relação à relevância do Balanço Social em cada uma destas categorias. O mesmo está organizado da seguinte forma:

Introdução – apresentação da pesquisa constando nome do pesquisador, programa de pós-graduação, Instituição, orientador, objetivos da pesquisa, confidencialidade das respostas, esclarecimentos que permitiram a decisão livre com relação à participação na pesquisa e e-mail e telefone para contato em caso de dúvidas.

Bloco I - Avaliação geral da ferramenta: neste bloco os respondentes avaliaram a ferramenta Balanço Social de maneira geral, sua utilidade e forneceram informações gerais sobre a percepção dos entrevistados.

Bloco II – O uso do Balanço Social: neste bloco são questionados o uso do Balanço Social e sua relevância no processo decisório. Para o levantamento da percepção dos entrevistados com relação às 14 questões apresentadas utilizou-se a Escala *Likert* (LIKERT, 1932). A escala varia de 0 a 5, sendo que “0” é a menor pontuação (nunca ou sem importância) e “5” é a maior pontuação (em todos os casos ou extremamente importante).

Bloco III – Outras considerações acerca do Balanço Social: neste bloco os entrevistados são questionados quanto às mudanças percebidas a partir da

construção do Balanço Social, bem como outros comentários que os mesmos considerassem importantes.

Os dados foram coletados via email, nos meses de abril e maio de 2017. Para a análise dos dados utilizou-se estatística descritiva, principalmente, análise da moda e frequência relativa, com auxílio de planilhas eletrônicas.

3.2.3 Construção, aplicação e validação do modelo para avaliação de desempenho em ERES utilizando o ELECTRE TRI

A terceira etapa da pesquisa constitui-se da construção e aplicação do modelo considerando os resultados das etapas 1 e 2. Dessa forma, foi desenvolvido um questionário que atende aos objetivos da pesquisa e que passou por um rigoroso processo de validação. Esse questionário possibilita a aplicação do modelo junto aos ERES e encontra-se no Apêndice C.

O objeto de estudo desta etapa 3 é um grupo de cooperativas singulares da agricultura familiar, associadas a uma cooperativa central, classificadas como de economia solidária no buscador de economia solidária (FBES, 2009). Esta cooperativa central possui nove cooperativas singulares associadas, sendo que três delas participaram da primeira etapa da pesquisa. Essas nove cooperativas singulares estão estabelecidas nos municípios de Capanema, Francisco Beltrão, Itapejara do Oeste, Marmeleiro, Nova Prata do Iguaçu, Pérola do Oeste, Realeza, Santo Antônio do Sudoeste e São Jorge do Oeste, na região Sudoeste do estado do Paraná. Atendem a pelo menos 2500 famílias associadas das cooperativas singulares, com abrangência em pelo menos 15 municípios da região Sudoeste e três da região Oeste do Estado. A Cooperativa central, que é o elo entre as nove cooperativas singulares, foi constituída no ano de 2007, inicialmente composta por quatro cooperativas singulares da agricultura familiar.

As cooperativas singulares são formadas por no mínimo 20 associados, pessoas físicas e são caracterizadas pela prestação direta de serviços aos associados. Já as cooperativas centrais são formadas por no mínimo três cooperativas singulares e são caracterizadas pelo objetivo de organizar os serviços

econômicos e assistenciais de comum interesse das filiadas, orientado suas atividades (Brasil, 1971; Brasil, 2002).

Escolheu-se este grupo de cooperativas dentre os empreendimentos encontrados no buscador do FBES devido ao fato de estarem organizadas em cooperativa central, o que permite que o desempenho das mesmas possa ser comparado e, sua estrutura de funcionamento assemelha-se, em partes, ao estudo de caso da etapa 2.

O mesmo foi enviado às 9 cooperativas singulares associadas, para que seus presidentes respondessem. Contudo, não se obteve resposta de uma das cooperativas, que optou por não participar da pesquisa. Este instrumento foi estruturado em Introdução e mais três blocos, com um total de 72 questões, assim dividido:

Introdução: Foram incluídas na introdução as seguintes informações: nome do pesquisador, programa de pós-graduação, Instituição, orientador, objetivos da pesquisa, confidencialidade das respostas, esclarecimentos que permitiram a decisão livre com relação à participação na pesquisa e e-mail e telefone para contato em caso de dúvidas.

Bloco I – Caracterização do empreendimento: neste bloco identificou-se o ERES participante e o representante do mesmo, bem como dados referente a produção e fundação;

Bloco II – Peso dos critérios selecionados: neste bloco identificou-se junto aos empreendimentos qual é o peso (nível de importância) de cada critério selecionado para realizar a avaliação de desempenho em termos de princípios da Economia Solidária. Dessa forma, com utilização da Escala *Likert*, os participantes atribuíam o grau de importância para cada critério apresentado, de acordo com seu julgamento, adotando pesos de 1 a 5, em que 1 equivale ao menor grau de relevância (1 - Nada importante) e 5 equivale ao maior grau de relevância (5 - Extremamente importante);

Bloco III – Desempenho nos critérios selecionados: neste bloco identificou-se a *performance* de cada empreendimento em cada um dos critérios selecionados, de acordo com a realidade do empreendimento.

O questionário final, aplicado na etapa 3 da pesquisa, passou pela avaliação e validação de um profissional especialista da área de Economia Solidária e um profissional especialista em Língua Portuguesa, com intuito de evitar erros de

juízo no desenvolvimento da pesquisa, tanto na coleta quanto na análise dos dados. O Quadro 4 apresenta esses profissionais destacando suas experiências.

Quadro 4 - Profissionais envolvidos na validação do questionário

Profissionais (especialização)	Formação e experiência
Economia Solidária	Graduação em Administração pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2000), mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2005) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2012) com estadia de pesquisa na Université de Liège (Bélgica). Atuou como docente colaborador do Departamento de Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Campus de Irati. Atualmente trabalha na Universidade Estadual de Ponta Grossa, na Incubadora de Empreendimentos Solidários. Tem experiência na área de Sociologia e Administração, com ênfase em Agroecologia, atuando principalmente nos seguintes temas: agroecologia, transição agroecológica, gestão da transição; cooperação, assentamento rural, núcleos de base, reforma agrária, economia solidária, administração pública e políticas públicas.
Língua Portuguesa	Licenciatura em Letras, habilitação em Língua e Literatura Vernáculas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013) com período de doutorado sanduíche na Université Paris Diderot (Paris VII), Structures Formelles du Language, em Paris, através do Projeto Capes-Cofecub, cooperação Brasil-França. Atuou como professora substituta da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora efetiva de Linguística e Língua Portuguesa do Departamento de Letras, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde atua no Curso de graduação em Licenciatura em Letras Português-Inglês e como Professor-Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL).

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Currículo Lattes

Referente à validação do questionário pelo profissional de Economia Solidária, o mesmo destacou vários pontos de melhorias que seguem descritos: (1) foi substituído o termo Entidade por Empreendimento; (2) Em relação à dimensão “Gestão Democrática e Legalização” foram unificadas as questões 2 e 3, criado uma nova questão 2 (transparência), e foi adicionada uma nova questão 3 (decisões coletivas), bem como foram unificadas as questões 38 e 39, criando uma nova questão 38 (transparência), e foi adicionada uma nova questão 39 (decisões coletivas); (3) alguns termos foram substituídos, sem alterar o sentido das questões, para facilitar o entendimento por parte dos respondentes; (4) nas questões 28 e 64 foi incluído o termo agroecológico, complementar ao termo orgânico e excluído o termo certificado na questão 64; (5) nas questões 55, 58, 59 e 60, que abordam a

equidade de gênero e combate ao preconceito, foram incluídos os LGBT's (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros); (6) na questão 67 foi incluído possível cooperação e/ou participação em Fóruns e/ou Conselhos de Economia Solidária, movimentos sociais ou outros empreendimentos de Economia Solidária (7); na questão 68 foi incluída a opção de outras formas de crédito solidário de fundos específicos (Ex: Cáritas, Fundos perdidos, etc.).

O especialista ainda comentou que no modelo ideal de empreendimento de economia solidária ninguém seria contratado como assalariado, mas sim, se tornaria associado, sugerindo rever as questões relacionadas à remunerações de trabalhadores. Mas, como modelos ideias são raros e empreendimentos solidários com contratação de trabalhadores assalariados é a realidade, em comum acordo com o especialista, as questões foram mantidas.

Já a profissional de Língua Portuguesa classificou o questionário como ótimo, afirmando que as questões foram redigidas de forma clara e objetiva e que o vocabulário utilizado está de acordo com os objetivos da pesquisa. Foram necessárias somente pequenas alterações de ordem ortográfico-gramaticais. Na Introdução, na apresentação do objetivo do questionário, por sugestão da especialista, o termo “levantar” foi substituído pelo termo “investigar”.

O instrumento de pesquisa foi aplicado nos meses de março e abril de 2018. Essa versão foi obtida no seguinte endereço eletrônico: www.lamsade.dauphine.fr/~mayag/links.html, IRIS (Download). Já o manual do usuário foi obtido no endereço eletrônico www.lamsade.dauphine.fr/sites/lamsade/IMG/pdf/docu128.pdf.

4 RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ERES DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E VALIDAÇÃO DE CRITÉRIOS INICIAIS COM BASE NA PERCEPÇÃO DOS DECISORES²

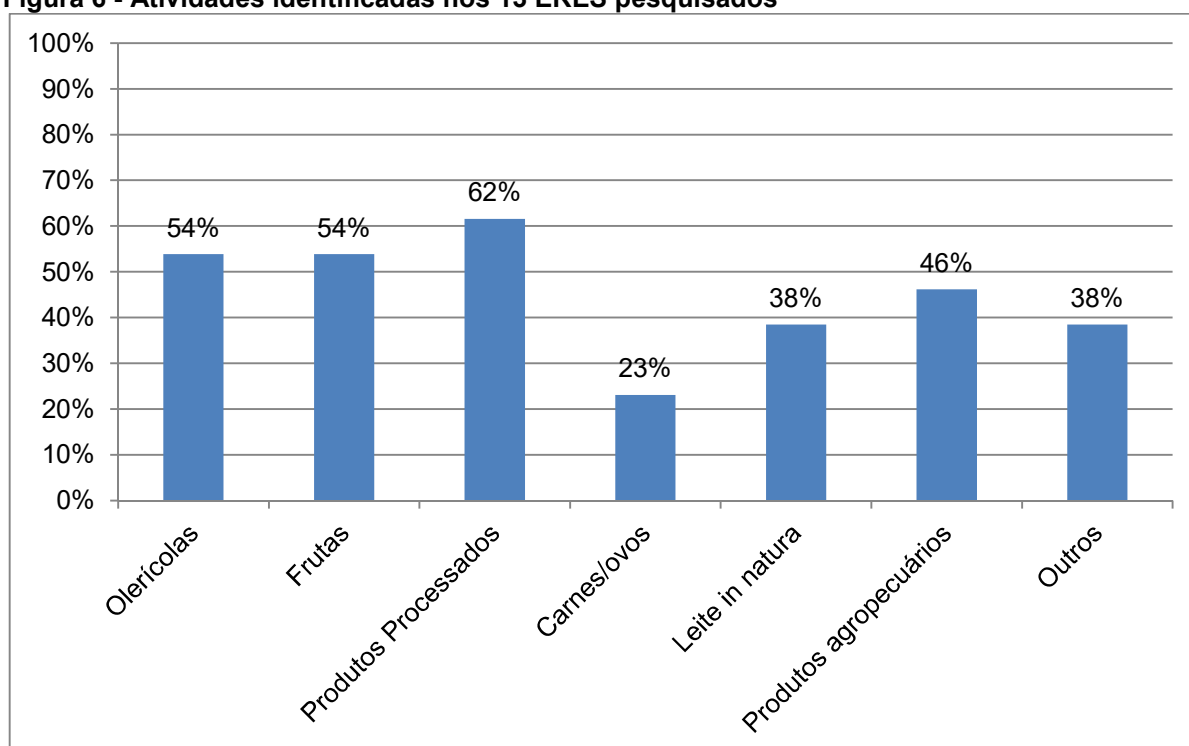
Neste tópico estão apresentados os resultados da primeira etapa da pesquisa. Inicialmente, é apresentada a caracterização dos ERES participantes do estudo, e na sequência é apresentada a validação dos critérios iniciais de avaliação de desempenho com base na percepção dos decisores.

4.1.1 Caracterização dos ERES

A análise das características dos ERES mostrou que a maioria opera como cooperativas (10 ERES ou 77%), enquanto dois deles são classificados como associações (15%), e apenas um foi classificado como outro sistema (comissão). Em relação ao tempo de atuação na região, apenas um ERES opera há mais de 20 anos, enquanto seis ERES operam entre 10 e 15 anos, e outros seis operaram na região por até 10 anos.

A Figura 6 apresenta as atividades desenvolvidas pelos ERES pesquisados. Com base nas respostas dos representantes dos ERES, as principais atividades estão ligadas aos produtos processados, mencionado por 62% dos entrevistados. A categoria com as menores respostas foi carne e ovos, que foi mencionada por apenas 23% dos entrevistados.

² Os resultados apresentados neste tópico foram publicados na revista Sustainability, em abril de 2017: TELLES, L. B.; MACEDO, LUCIANO MEDINA; BITTENCOURT, JULIANA VITÓRIA MESSIAS. Brazilian Solidarity Economy Rural Organizations: Validating Performance Evaluation Criteria Based on Decision Makers' Perception. Sustainability, v. 9, p. 945, 2017

Figura 6 - Atividades identificadas nos 13 ERES pesquisados

Fonte: Autoria própria

A Tabela 1 apresenta os produtos comercializados pelas ERES pesquisadas, organizados em sete categorias. Das sete categorias, a das olerícolas foi a categoria com maior diversidade de produtos, com 19 produtos diferentes mencionados, seguida de produtos processados, com 17 produtos mencionados. Café, cana-de-açúcar e sucos de frutas foram listados por apenas um ERES, que opera em mercados ao ar livre, vendendo uma grande variedade de bebidas.

Tabela 1 - Produtos comercializados pelos ERES pesquisados

Categorias	Produtos	Nº ERES	%*
Olerícolas	Repolho, Cenoura	6	46%
	Beterraba	5	38%
	Alface, Abóbora	4	31%
	Couve-flor, Tempero verde, Rabanete	3	23%
	Brócolis, Chicória, Pepino, Moranga, Amendoim, Pipoca	2	15%
	Mandioca, Acelga, Couve-folha, Alface, Batata doce	1	8%
Frutas	Banana, Poncã, Laranja	7	54%
	Limão, Frutas regionais	4	31%

	Mamão	2	15%
	Melão, Abacaxi, Abacate, Maçã	1	8%
Produtos processados	Panificações	6	46%
	Geléia de frutas	5	38%
	Mel	4	31%
	Macarrão, Suco de fruta, Embutidos suínos, Farinha de milho, Farinha de trigo	3	23%
	Açúcar mascavo, Geleias	2	15%
	Polpa de fruta, Farinha biju, Queijo, Caldo de cana, Café, Melado	1	8%
Carnes e ovos	Ovos	2	15%
	Carne	1	8%
Leite	Leite Cru	5	38%
Produtos agrícolas	Produtos agropecuários	6	46%
Outros	Soja	3	23%
	Feijão	2	15%
	Insumos agrícolas, Artesanato, Milho	1	8%

Fonte: Autoria própria

* As porcentagens foram calculadas em relação ao número total de ERES e mostram o percentual de ERES que trabalham com determinado produto.

4.1.2 Validação dos critérios iniciais de avaliação de desempenho

As seis dimensões descritas no questionário desta primeira etapa incluem 36 critérios avaliados pelo seu grau de importância pelos 12 entrevistados representando 13 ERES. Foram considerados válidos e, possíveis de serem utilizados no modelo final, os critérios que receberam avaliação importante e/ou muito importante pela maioria dos participantes desta etapa. Das 432 respostas, 414 indicaram os critérios como sendo importantes ou muito importantes. Esses dados reforçam a relevância desses critérios para quem vivência e trabalha na realidade dos ERES.

Em relação a Normas e documentos legais, listados na Tabela 2, pode-se verificar a importância da inclusão desses critérios nos processos de avaliação de desempenho dos ERES para garantir a continuidade de suas atividades, uma vez

que muitos recursos e financiamentos recebidos por essas organizações são baseados no desempenho nesta dimensão. Apesar do amplo escopo de normas e documentos legais, todos os representantes pesquisados consideram esses critérios importantes ou muito importantes. Os critérios "Possuir Inscrição Municipal e Alvará" e "Possuir Regimento Interno" foram considerados pouco importante e indiferentes, respectivamente, por um dos entrevistados; o critério "Possuir conselho fiscal estruturado e atuante" foi considerado pouco importante por outro respondente.

Tabela 2 - Avaliação dos critérios da dimensão de Normas e documentos legais

Normas e documentos legais	Sem importância	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Possuir estatuto	-	-	-	1	11
Possuir regimento interno	-	-	1	4	7
Possuir registro no CNPJ	-	-	-	2	10
Possuir registro na Inscrição Estadual	-	-	-	2	10
Possuir inscrição municipal e alvará	-	1	-	2	9
Possuir conselho administrativo estruturado e atuante	-	-	-	1	11
Possuir conselho fiscal estruturado e atuante	-	1	-	1	10
Quanto aos livros:					
Livro de matrícula dos associados/cooperados	-	-	-	5	7
Livro de atas de assembleia geral	-	-	-	2	10
Livro de atas do conselho administrativo	-	-	-	2	10
Livro de atas do conselho fiscal	-	-	-	3	9
Livro de presença dos associados em assembleias	-	-	-	6	6

Fonte: Autoria própria

A Tabela 3 mostra a percepção dos representantes dos ERES pesquisados em relação à valorização do trabalho humano no processo de avaliação de desempenho. Os resultados sugerem que a maioria dos entrevistados considera estes cinco critérios como importantes ou muito importantes. No entanto, um dos representantes entrevistados considerou quatro dos cinco critérios indiferentes para o processo de avaliação de desempenho e, outro representante considerou um critério como indiferente.

Tabela 3 - Avaliação dos critérios da dimensão da Valorização do trabalho humano

Valorização do trabalho humano	Sem	Pouco	Indiferente	Importante	Muito
--------------------------------	-----	-------	-------------	------------	-------

	importância	importante			importante
Oferecer curso/oficina sobre economia solidária aos associados/cooperados e familiares	-	-	1	7	4
Oferecer curso/oficina sobre autogestão	-	-	2	5	5
Os associados/cooperados conhecerem o estatuto ou regimento interno do empreendimento	-	-	1	3	8
Oferecer preparação técnica para as atividades desenvolvidas pelos associados/cooperados	-	-	1	3	8
Oferecer cursos/oficinas de uso adequado de equipamentos de segurança no trabalho	-	-	-	6	6

Fonte: A autoria própria

A pesquisa também avaliou a importância de sete critérios em relação à dimensão tecnológica e econômica. A Tabela 4 mostra que os entrevistados consideraram predominantemente os critérios importantes ou muito importantes. A existência de uma taxa administrativa foi o critério mais controvertido, e foi considerado pouco importante ou indiferente por três entrevistados, e muito importante para três representantes. Além disso, um respondente que era indiferente à existência de uma taxa administrativa, também considerou os critérios de apresentação regular de relatórios de gestão como indiferente. Além disso, a manutenção de uma base de dados identificando os produtores e seus produtos foi considerada pouco importante por outro entrevistado.

Tabela 4 - Avaliação dos critérios da dimensão Tecnológica e econômica

Tecnológica e econômica	Sem importância	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Possuir controle de custos e despesas	-	-	-	2	10
Possuir gestão do processo de precificação	-	-	-	3	9
Possuir taxa de administração	-	1	2	6	3
Possuir cadastro de cada produtor e seus produtos	-	1	-	5	6
Possuir controle de vendas (Produtor/cliente)	-	-	-	3	9
Possuir gestão de logística (entregas)	-	-	-	3	9
Apresentar regularmente relatório da gestão	-	-	1	4	7

Fonte: A autoria própria

Os critérios relacionados ao reconhecimento das mulheres, na gestão e tomada de decisões, e sua importância percebida no processo de avaliação de desempenho, são mostrados na Tabela 5. Na pesquisa, um dos entrevistados comentou que esse tema sempre trouxe muito debate, e é melhor para os empreendimentos não se envolverem neste debate. Essa experiência demonstra que, embora esses critérios sejam considerados pelos representantes como muito importantes ou importantes, nenhum dos entrevistados é do sexo feminino e os empreendimentos se consideram isentos do reconhecimento da equidade de gênero. Além disso, dois critérios relacionados ao incentivo e reconhecimento de mulheres no empreendimento foram classificados como indiferentes no processo de avaliação de desempenho por dois diferentes ERES.

Tabela 5 - Avaliação dos critérios da dimensão do Reconhecimento do feminino

Reconhecimento do feminino	Sem importância	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Participação de mulheres no grupo diretivo do empreendimento	-	-	-	4	8
Incentivo para a participação das mulheres no processo de gestão do empreendimento	-	-	1	5	6
Haver ações organizadas pelo empreendimento na busca pela igualdade de gêneros	-	-	-	4	8
Incentivo às mulheres, como associadas/cooperadas, no desenvolvimento de atividades que permitam as mesmas participarem da renda da família	-	-	1	3	8

Fonte: Autoria própria

A Tabela 6, por sua vez, apresenta as percepções dos representantes dos ERES sobre a importância da preservação e respeito ao meio ambiente. Esta dimensão é fundamental para o desenvolvimento rural sustentável. Como em outras dimensões, a maioria dos entrevistados considerou os critérios como muito importantes ou importantes para o processo de avaliação de desempenho. No entanto, quando questionados sobre assuntos relacionados a pesticidas, um entrevistado expressou a insignificância de recomendações voltadas para o descarte correto de embalagens de pesticidas. De acordo com este respondente, que

trabalha com produtos orgânicos, não há necessidade de avaliar a conscientização sobre o descarte correto de embalagens de pesticidas para empreendimentos que produzem produtos orgânicos.

Tabela 6 - Avaliação dos critérios da dimensão do Respeito e preservação da natureza

Respeito e preservação da natureza	Sem importância	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Trabalhar com produtos orgânicos	-	-	-	6	6
Incentivo ao trabalho com produtos orgânicos	-	-	-	8	4
O lixo produzido pelos produtores associados/cooperados receber o tratamento adequado	-	-	-	3	9
Oferecer cursos/oficinas de conscientização da proteção do solo e da água	-	-	-	1	11
Oferecer cursos/oficinas de conscientização de destino adequado para embalagens de agrotóxicos	1	-	-	1	10

Fonte: Autoria própria

Em relação à cooperação e solidariedade, apresentada na Tabela 7, os resultados indicam que todos os entrevistados expressaram sua opinião sobre a importância dos critérios incluídos, sendo que a maioria dos critérios foi considerada como importante ou muito importante. Dois entrevistados consideraram a avaliação de maneiras de organizar a ajuda mútua como indiferente. Essas respostas demonstram forte adesão ao conceito de solidariedade na filosofia do empreendimento.

Tabela 7 - Avaliação dos critérios da dimensão de Cooperação e solidariedade

Cooperação e solidariedade	Sem importância	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Disponibilizar com fácil acesso o estatuto e o regimento interno do empreendimento	-	-	-	9	3
Os associados/cooperados participarem da construção do estatuto/regimento interno	-	-	-	3	9
Existência de formas de organização para ajuda mútua em caso de impossibilidade de trabalho de um produtor	-	-	2	5	5

Fonte: Autoria própria

4.1.3 Sugestões dos Empreendimentos

Após a classificação da importância dos critérios apresentados no questionário, os participantes tiveram a oportunidade de contribuir com sugestões de critérios e dimensões que consideraram importantes, mas que não estavam incluídos no questionário. Além disso, os participantes poderiam sugerir a exclusão de critérios e dimensões que considerassem sem importância. A Tabela 8 resume as sugestões apresentadas pelos respondentes.

Tabela 8 - Critérios sugeridos pelos decisores dos ERES pesquisados

ERES's	Critério sugerido	Tipo de critério	Dimensão
ERES 1	Preocupação do bem estar do consumidor	Novo	6 - Cooperação e solidariedade
ERES 2	Cultura e lazer do associado/cooperado.	Novo	2 - Valorização do trabalho humano
ERES 3 e 4	Ações para a permanência do agricultor no campo	Novo	2 - Valorização do trabalho humano
ERES 5	Mudança de diretoria periodicamente	Novo	6 - Cooperação e solidariedade
	Oferta cursos e/ou oficinas sobre administração de cooperativas/associação	Já apresentado pelo instrumento de pesquisa	2 - Valorização do trabalho humano
ERES 7	Planejamento para a capitalização do empreendimento	Novo	3 - Tecnológica e econômica
ERES 8	-	-	-
ERES 9	Organização e cooperação entre os empreendimentos	Novo	6 - Cooperação e solidariedade
	Ações para agregação de valor aos produtos da agricultura familiar	Novo	3 - Tecnológica e econômica
	Ações de construção de identidade para os produtos e para o ERES	Novo	3 - Tecnológica e econômica
ERES 12	Ações de fidelização e comprometimento do cooperado e/ou associado com o empreendimento	Novo	6 - Cooperação e solidariedade
ERES 13	Preparação para a gestão de cooperativas e associações	Já apresentado pelo instrumento de pesquisa	2 - Valorização do trabalho humano

Fonte: Autoria própria

Os representantes dos ERES 6, 8, 10 e 11 não sugeriram a inclusão de novos critérios. Nenhum dos respondentes sugeriu a exclusão de dimensões existentes ou a inclusão de novas, apoiando assim a divisão de critérios em

dimensões conforme apresentado no Bloco II (Apêndice A). Nove novos critérios foram sugeridos, demonstrando a necessidade de ir além dos critérios relatados na literatura e considerar as perspectivas dos envolvidos nesses empreendimentos.

Além disso, ao abrir a pesquisa para quaisquer comentários que os respondentes desejassem fazer, o representante do ERES 2 comentou que a entrada de novos membros é aprovada em um fórum dos associados, e o representante dos ERES 3 e 4 sugeriu unir alguns critérios que ele considerou semelhantes. Além disso, o representante do ERES 5 observou que, devido a algumas tentativas frustradas, os empreendimentos de economia solidária não são bem vistos na sociedade, o que é uma questão que empreendimentos precisam abordar. O representante do ERES 8 mencionou a falta de pessoas com a formação necessária para capacitar recursos humanos nas organizações e as que estão disponíveis, ou não se concentram na economia solidária, ou cobram taxas que são impraticáveis para os empreendimentos. O representante do ERES 11 também comentou sobre a falta de profissionais de capacitação qualificados para lidar com empreendimentos de economia solidária, bem como a falta de apoio governamental adequado, tanto em nível federal, como municipal e estadual, e não apenas em termos financeiros. E por fim, o representante do ERES 13 mencionou a necessidade de parcerias com universidades e institutos em termos de pesquisa e extensão que possam apoiar o desenvolvimento de atividades nesses empreendimentos.

4.2 ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MERCADO SOCIAL ARAGÓN - ESPANHA

Este tópico apresenta os resultados obtidos durante a segunda etapa da pesquisa. Inicialmente é abordada a história e a evolução do Balanço Social no âmbito do MEScoop Aragón, e na sequência é apresentada análise de conteúdo do Balanço Social com base nos princípios da economia solidária e, por fim, é apresentada a percepção dos empreendimentos associados ao MEScoop Aragón sobre o Balanço Social .

4.2.1 História e evolução do Balanço Social no âmbito do MEScoop Aragón

O MEScoop Aragón é um dos quatro mercados sociais espanhóis associados à REAS, é composto por 46 empreendimentos de economia social e solidária, bem como por pessoas coletivas e individuais, e foi formalmente constituído em novembro de 2013, na Comunidade Autónoma de Aragón, Espanha (MEScoop, 2016a).

A Comunidade Autónoma de Aragón está localizada a noroeste da Península Ibérica e seu território compreende as províncias de Huesca, Zaragoza e Teruel. Enquanto os empreendimentos de economia social e solidária associados ao MEScoop Aragón estão localizados principalmente na cidade de Zaragoza, capital da região autónoma, eles atendem à todas as três províncias, com uma população total de 1.342.926 habitantes, das quais 72% vivem na província de Zaragoza, 17% em Huesca e 11% na província de Teruel (Governo de Aragón, 2018). Uma vez por ano, MEScoop Aragón realiza uma feira em Zaragoza, com o objetivo de aproximar a comunidade dos empreendimentos membros do MEScoop Aragón.

De acordo com o Balanço Social de 2016 (MEScoop Aragón, 2016a), dados de 2015, os 46 empreendimentos do MEScoop incluíam 546 funcionários e 379 voluntários, expondo sua relevância social. Em 2015, suas vendas de bens e serviços totalizaram € 9.808.614, demonstrando também a sua relevância.

Desde 2014, o MEScoop Aragón apresenta anualmente o Balanço Social baseado nos princípios da economia social e solidária, resumindo as ações e realizações do ano anterior. Incluem questões específicas destinadas a avaliar os 19 indicadores definidos pelas REAS e utilizados pelos mercados sociais na Espanha, além de outros critérios definidos para a realidade regional. O modelo com 19 indicadores estatais foi aplicado aos dois primeiros Balanços Sociais publicados pela MEScoop Aragón, em 2014 e 2015. Esses 19 indicadores foram divididos em seis categorias: equidade; trabalhos; meio ambiente; cooperação; sem fins lucrativos; e compromisso com a comunidade. Esta divisão é baseada na Declaração de Economia Solidária e na Matriz do Bem Comum³: o bem-estar do trabalho;

³ Em 2010, a Matriz do Bem Comum propôs um sistema econômico alternativo no qual a economia serve ao bem comum e não mais simplesmente a acumulação de dinheiro e capital. Mais informações sobre a Matriz do Bem Comum no link: <https://www.ecogood.org/en/vision/>.

compromisso social; democracia; sustentabilidade ambiental; cooperação; e sem fins de lucro.

Para o seu primeiro relatório de Balanço Social em 2014, a REAS Aragón enviou um convite para responder ao questionário para cada um de seus 30 empreendimentos associados na época, juntamente com uma chave de acesso e um guia explicando o Balanço Social com orientações sobre sua conclusão. O relatório de 2014, com base nos dados de 2013, já contou com a resposta de 29 das 30 entidades participantes, ficando de fora apenas a Coop57, uma organização estatal com os seus serviços localizados em Barcelona, que não pôde ser incluída no âmbito territorial de Aragón.

No final de 2015, usando um processo participativo para analisar uma variedade de ferramentas existentes em outros territórios espanhóis, o MEScoop Aragón decidiu implementar a ferramenta de Balanço Social usada pelo Mercado Social de Madrid, adaptando-a e melhorando-a para a região de Aragón. Neste caso foram mantidos os 19 indicadores exigidos a nível estatal, incluindo indicadores que atendem a realidade regional.

Os 44 empreendimentos associados (dois são voluntários) foram classificados em sete categorias legais, sendo as principais: cooperativas (43%), seguidas por associações (20%) e sociedades limitadas (17%). Os principais setores em que atuam incluem educação e emprego (28%); turismo, lazer e cultura (28%); consultoria e projetos (20%) e desenvolvimento comunitário (18%) (MEScoop Aragón, 2016a).

A Tabela 9 apresenta os critérios utilizados para cada categoria temática e suas ponderações no ano de 2015, cujos resultados foram publicados no relatório de 2016. Os seis eixos temáticos e os 22 critérios incluídos oferecem pelo menos 60 indicadores para demonstrar o desempenho de cada empreendimento individualmente, e do MEScoop Aragón em geral. Há uma evolução significativa no número de critérios em relação ao primeiro Balanço Social, que utilizou apenas 19 indicadores exigidos a nível estatal.

Tabela 9 - Critérios e pesos usados no Balanço Social do MEScoop Aragón

Blocos temáticos	Critérios	Peso	Total
Bem estar laboral	Formação	10%	100%
	Equidade e diversidade	12%	

	Condições laborais	51%	
	Corresponsabilidade	27%	
Compromisso Social	Compromisso com o entorno	56%	100%
	Envolvimento dos provedores	33%	
	Envolvimento dos clientes	5%	
	Envolvimento dos trabalhadores	6%	
Democracia	Participação	20%	100%
	Corresponsabilidade	56%	
	Transparência interna	24%	
Sustentabilidade ambiental	Objetivo da organização	18%	100%
	Serviços/produtos consumidos	30%	
	Energia	20%	
	Transporte	17%	
	Resíduos	15%	
Cooperação	Cooperação	50%	100%
	Finanças éticas	30%	
	Bens comuns	20%	
Sem fins de lucro	Benefícios (sobras)	55%	100%
	Entradas	35%	
	Política financeira a terceiros	10%	

Fonte: A autoria própria

Os pesos dos critérios foram definidos pelas entidades associadas ao MEScoop Aragón. A publicação do relatório do Balanço Social do MEScoop Aragón tem quatro seções principais: Introdução; As cifras do MEScoop Aragón; Resultados, baseados nos princípios da economia social e solidária; e, Resumo e Conclusões. Juntamente com as seis categorias de indicadores, o relatório inclui a lista de empreendimentos que compõem o MEScoop e os dados e gráficos referentes ao seu status legal e áreas de atividade, com informações resumidas sobre emprego, entradas de recursos e custos, tornando os resultados acessíveis e fáceis de entender para os diversos *stakeholders*. As informações contidas no Balanço Social são declarativas e não monetárias, ou seja, não apresentam resultados financeiros, mas sim *outputs* e *outcomes*.

O Balanço Social (MEScoop, 2016a, Gráfico IV.1) inclui um gráfico resumindo o desempenho alcançado em cada categoria temática, representando a situação de empreendimento com base nos critérios definidos. Com os dados do Balanço Social, é possível que, o MEScoop Aragón, bem como cada

empreendimento individual, acompanhem e comparem seu progresso em cada eixo temático a nível estatal e/ou com outros MEScoop, bem como entre os empreendimentos individualmente. Também é possível acompanhar o progresso ano a ano.

4.2.2 Análise de conteúdo do Balanço Social com base nos princípios da economia solidária

Na sequência, aplicou-se uma análise de conteúdo ao Balanço Social do MEScoop Aragón de 2016, para determinar o que foi avaliado e divulgado e a qualidade das informações divulgadas. Para isso, considerou-se a Declaração de Economia Solidária, na qual foram identificadas seis categorias, incluindo 36 elementos definidos pela economia solidária. A Tabela 10 apresenta um resumo quantitativo da análise, que considerou apenas os elementos da Declaração de Economia Solidária que foram abordados direta e claramente por um indicador na seção correspondente do relatório do balanço social.

Tabela 10 - Categorias de análise de conteúdo do Balanço Social com base nos princípios da ESS*

Categoria	Número de elementos da declaração ESS*	Seção no Balanço Social	Número de elementos observados no Balanço Social
Equidade	8	Seção 3	8
Trabalho	6	Seção 1	6
Sustentabilidade ambiental	7	Seção 4	4
Cooperação	4	Seção 5	4
Sem fins lucrativos	6	Seção 6	5
Compromisso com o entorno	5	Seção 2	4

Fonte: Autoria própria

* Economia Social e Solidária

Na categoria de sustentabilidade ambiental da Declaração da Economia Social e Solidária, foram identificados sete elementos, enquanto na mesma categoria, no Balanço Social (seção 4), foram encontrados apenas quatro desses elementos. Não foram encontrados segurança alimentar, conservação de espécies e do solo, nem manejo do solo para assegurar uma coexistência rural e urbana equilibrada.

Na categoria de lucro da Declaração da Economia Social e Solidária, identificou-se seis elementos, enquanto na mesma categoria no Balanço Social (seção 6) encontrou-se apenas cinco desses elementos, o elemento “sustentabilidade econômica baseada na lucratividade total, levando em conta os resultados econômicos, sociais e ambientais” está faltando.

Na categoria de compromisso com o entorno, também foi identificado um elemento sem um indicador claro para a avaliação do equilíbrio social: planos de desenvolvimento local e redes que forneçam conexões mais amplas para contribuir para a geração de alternativas globais, começando no nível local.

Embora alguns elementos não sejam abordados direta e abertamente na seção correspondente, eles são abordados indiretamente em seções gerais e/ou outras seções. Em outras palavras, todos os elementos da Declaração de economia social e solidária são abordados de alguma maneira no Balanço Social do MEScoop Aragón, contudo, nem todos de forma direta e clara. No entanto, como uma ferramenta, ela está sendo constantemente redesenhada e aprimorada, e interações futuras podem considerar indicadores que avaliem esses elementos de forma mais objetiva.

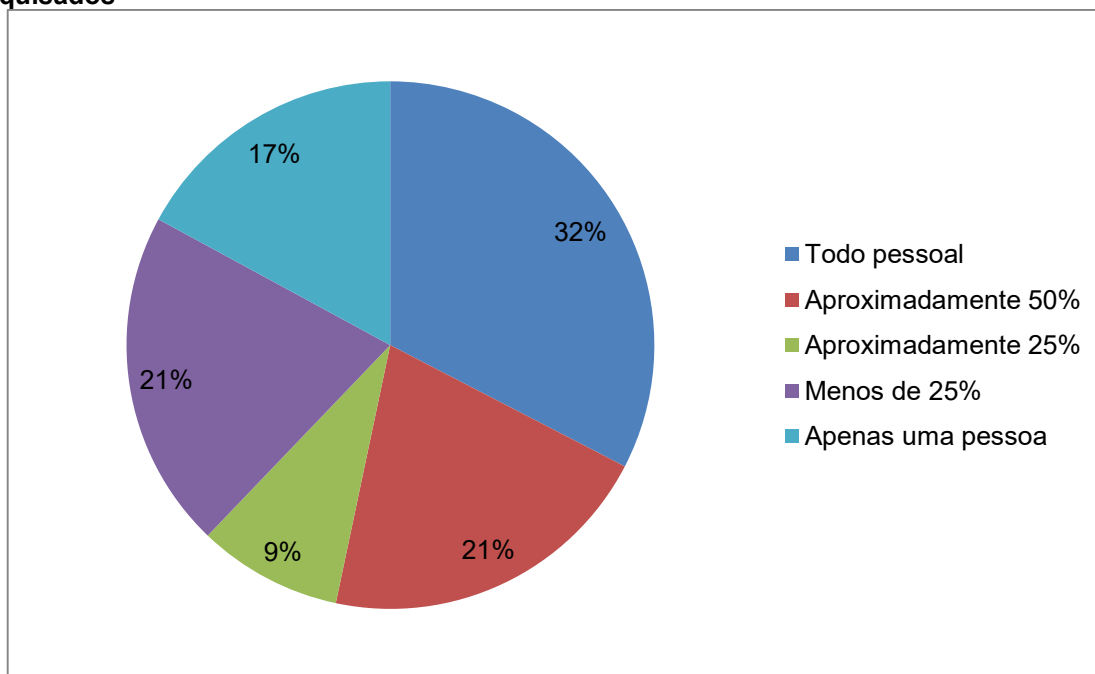
4.2.3 Percepção dos empreendimentos associados do MEScoop Aragón sobre o Balanço Social

Com relação a percepção dos empreendimentos associados ao MEScoop Aragón, foi aplicado o questionário presente no Apêndice B. Sendo que obteve-se uma taxa de retorno de 74%. Dos 34 que responderam, 85% (29) são obrigados a participar do Balanço Social como associados do MEScoop que haviam sido economicamente ativos no ano anterior, e 15% (5) não, porque não tiveram atividade econômica em 2015 ou são organizações voluntárias.

A Figura 7 apresenta o número de pessoas envolvidas no desenvolvimento do relatório de Balanço Social do MEScoop em cada empreendimento. Em 32% dos empreendimentos respondentes, todo o pessoal estava envolvido na produção do relatório, enquanto que, para uma porcentagem significativa (17%), apenas um

representante estava envolvido com o relatório; isso inclui entidades de uma pessoa, o que pode distorcer um pouco os dados.

Figura 7 - Pessoal envolvido na elaboração do Balanço Social nos empreendimentos pesquisados



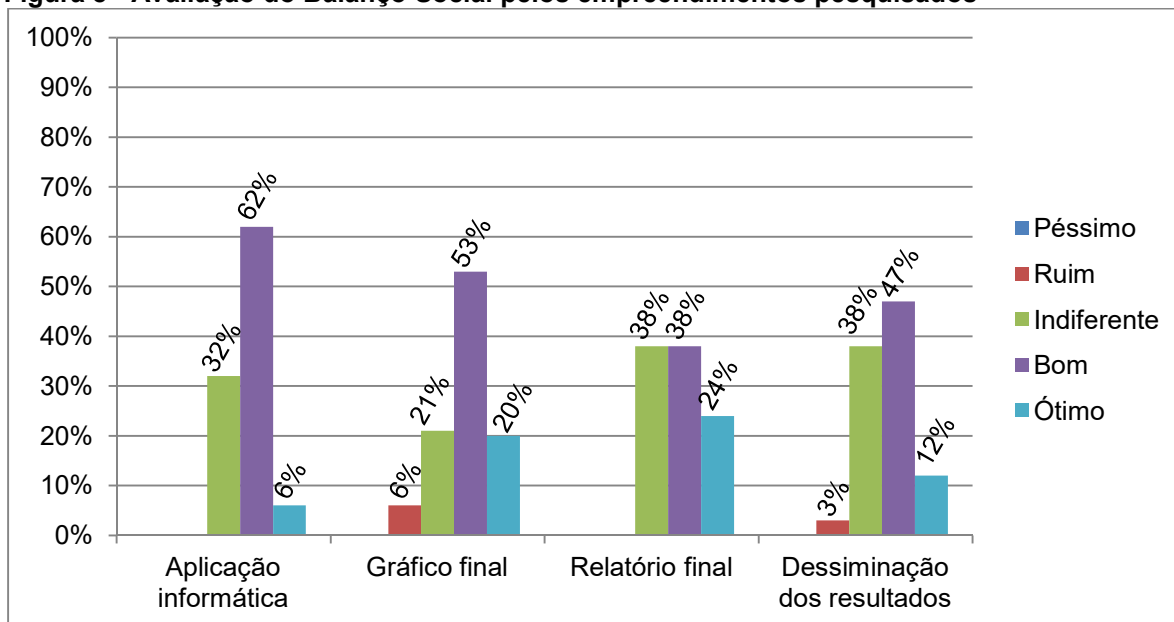
Fonte: Autoria própria

Quando perguntou-se aos representantes dos empreendimentos se todos os seus colegas haviam sido informados dos resultados do Balanço Social 2015/2016, 79,4% (27) responderam Sim e 20,6% (7) Não. A principal justificativa dos sete empreendimentos que responderam Não foi a falta de tempo (3); seguido de indisponibilidade de pessoal capaz de fazer isso, porque eles só tinham membros sociais ou voluntários (2); por que eles não usam o Balanço Social como um meio de informar os funcionários sobre as atividades da organização (1); e sem justificativa (1).

A Figura 8 apresenta as avaliações dos empreendimentos sobre o processo de desenvolvimento de seu Balanço Social em termos de aplicativo de informática, de gráfico final e de relatório final e de disseminação de seus próprios resultados individuais e do MEScoop Aragón. Em termos do relatório final, 38,2% dos empreendimentos participantes avaliaram-no como indiferente e a mesma percentagem como bom, resultando numa moda de 3. Para a aplicação informática, gráfico final e disseminação dos resultados, a moda foi 4, significando que a maioria

dos respondentes, 62% para a aplicação, 53% para o gráfico final e 47% para a divulgação dos resultados, considerou o Balanço Social como bom.

Figura 8 - Avaliação do Balanço Social pelos empreendimentos pesquisados



Fonte: Autoria própria

Quando se perguntou sobre a utilidade do Balanço Social para cada empreendimento, 94,1% (32) responderam que é útil e 5,9% (2) consideraram que não é útil. Um dos que considerou o Balanço Social não útil apresentou a justificativa de que, embora o considerassem útil no âmbito do MEScoop Aragón, eles não se encontravam representados completamente por alguns dos indicadores. O outro, afirmou que eles acham o Balanço Social um pouco confuso, e que alguns dados relevantes ainda não estão sendo considerados.

Alguns dos que consideraram o relatório útil comentaram que sua utilidade está principalmente relacionada à oportunidade de medir, refletir e se autoavaliar com base nos valores e princípios da economia social e solidária, e apontaram para a relevância da ferramenta no processo de melhoria contínua.

A Tabela 11 apresenta as frequências relativas das respostas, mostrando como os empreendimentos do MEScoop Aragón percebem a relevância do Balanço Social em 13 situações diferentes.

Tabela 11 - Percepções dos empreendimentos sobre o uso e relevância do Balanço Social no MEScoop Aragón

Em que medida o	Nunca	Em alguns	Cerca de	Na maioria	Sempre
-----------------	-------	-----------	----------	------------	--------

empreendimento usou ou incorporou os resultados do Balanço Social?		casos	50% dos casos	dos casos	
Nas decisões sobre o bem estar laboral das pessoas trabalhadoras	17,60%	20,60%	44,10%	17,60%	-
Nas decisões de dedicar tempo e recursos às iniciativas de transformação social	11,80%	17,60%	41,20%	20,60%	8,80%
Nas decisões de participação e corresponsabilidade interna	17,60%	14,70%	41,25%	20,60%	5,90%
Na política de compras ou de contratação de serviços	14,70%	11,80%	26,50%	41,20%	5,90%
Nas decisões de oferta de produtos e/ou serviços com acessibilidade econômica	17,60%	17,60%	50%	8,80%	5,90%
Na definição de ações relacionadas com a sustentabilidade ambiental	11,80%	14,70%	38,20%	35,30%	-
Nas decisões de cooperar com outras entidades de economia social e solidária e com o entorno	5,90%	2,90%	38,20%	41,20%	11,80%
Como instrumento de aproximação à comunidade/sociedade	11,80%	11,80%	50%	20,60%	5,90%
Como ponto de partida para melhorar os resultados dos indicadores continuamente	5,90%	11,80%	50%	29,40%	2,90%
A entidade apresenta sugestões para a melhoria do Balanço Social elaborado anualmente por Mescoop Aragón	23,50%	17,60%	26,50%	29,40%	2,90%
Como uma ferramenta de avaliação de seu impacto social	14,50%	20,60%	41,20%	23,00%	-
Que nível de importância o empreendimento atribui ao Balance Social?	Nenhuma importância	Pouco importante	Indiferente	Importante	Extremamente importante
Como uma ferramenta de prestação de contas e transparência	8,80%	11,80%	29,40%	38,20%	11,80%
Como uma ferramenta de conhecimento da atual situação da entidade	5,90%	5,90%	35,30%	44,10%	8,80%

Fonte: Autoria própria

A moda das questões 4, 7, 10, 12 e 13 é 4; Ou seja, para essas questões, a maioria dos respondentes (41,2%, 41,2%, 29,4%, 38,2% e 44,1%, respectivamente) escolheu com mais frequência a opção 4 na Escala Likert. Para as perguntas 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9 e 11 a moda é 3: a maioria dos respondentes (44,10%, 41,2%, 41,25%,

50%, 38,20%, 50%, 50% e 41,2%, respectivamente) selecionaram a terceira opção na escala de Likert com mais frequência.

Esses resultados sugerem que a maioria dos empreendimentos entrevistados utilizou ou incorporou os resultados do Balanço Social nos processos de tomada de decisão, em pelo menos metade dos casos em que foi necessário tomar uma decisão em torno dos temas abordados na Tabela 11. Os respondentes também classificaram o relatório como uma ferramenta importante para a prestação de contas e transparência, e para entender a situação atual de sua organização.

Dezessete empreendimentos ofereceram sugestões para melhorar o Balanço Social, as quais estão relacionadas principalmente à flexibilidade para atender às necessidades de diferentes entidades e suas particularidades. Um participante observou “Ajustar as questões aos diferentes setores e tamanhos das entidades” (*Ajustar preguntas a los diferentes sectores de actividad y tamaño de la entidades*). Outras sugestões incluíram tornar o relatório mais detalhado, tornando as perguntas do questionário mais simples, com mais ênfase nos temas rurais e explicando as categorias temáticas do relatório para as organizações.

Quando foram solicitadas sugestões de indicadores importantes para os empreendimentos que ainda não estão incluídos no Balanço Social, sete respondentes comentaram, embora apenas três sugestões tenham sido feitas de forma geral: avaliar a participação de diferentes tipos de membros na tomada de decisões organizacionais; avaliar a transparência da alocação de dinheiro público pelos empreendimentos por meio de subsídios; e avaliar seu consumo de lenha em relação às emissões de CO₂. Em resposta à nossa pergunta, sobre se algum dos indicadores incluídos no relatório era desnecessário para o Balanço Social, os comentários dos entrevistados sugeriram que todos os indicadores contribuem para o relatório final de alguma forma.

Questionados sobre as mudanças ocorridas após a realização do Balanço Social, 22 entidades reconheceram mudanças positivas, principalmente associadas à sensibilização e conscientização dos princípios e valores da economia social e solidária, aumento da contratação de prestadores que compartilham desses mesmos princípios e valores, maior atividade de *networking* dentro do MEScoop para a contratação de produtos e serviços, maior reflexão sobre as implicações sociais e ambientais de suas práticas organizacionais e planejamento para melhorar seus indicadores, entre outros.

Por fim, solicitados quaisquer comentários sobre o Balanço Social. Cinco entrevistados comentaram a possibilidade de incentivos para manter o Balanço Social e três comentaram a importância do relatório considerando a diversidade de empreendimentos envolvidos no MEScoop Aragón.

4.3 CONSTRUÇÃO, APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO MODELO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM ERES UTILIZANDO O ELECTRE TRI

Neste tópico está apresentado passo a passo a construção do modelo de avaliação de desempenho através do método ELECTRE TRI e execução por meio do software IRIS 2.0. Os critérios de avaliação de desempenho, bem como as dimensões foram definidas com base nos princípios da economia solidária.

4.3.1 Definição das Alternativas e dos critérios do modelo de avaliação de desempenho

O conjunto de alternativas é designado pelo conjunto $A = \{a_1, a_2, a_3, a_4, a_5, a_6, a_7, a_8\}$, composto pelas oito cooperativas singulares cooperadas na cooperativa central da agricultura familiar que aceitaram participar da pesquisa.

Os critérios são utilizados para comparar e avaliar as alternativas do modelo, ou seja, as oito cooperativas singulares, durante a aplicação do ELECTRE TRI. Para este estudo, foram selecionados 36 critérios divididos em 6 dimensões, considerando como base estudos anteriores, os princípios da Economia Solidária e o desenvolvimento das etapas 1 e 2 dessa pesquisa.

Os 36 critérios utilizados nesta etapa para classificação das cooperativas participantes (A), são designados pelo conjunto $K = \{k_1, k_2, k_3, \dots, k_{36}\}$ e estão apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 - Critérios selecionados para aplicação do modelo no ELECTRE TRI

Dimensões	Critérios	
Gestão Democrática e	k_1	Trabalhadores(as) associados(as)

Legalização	k_2	Transparência
	k_3	Decisões coletivas
	k_4	Registros e documentos legais
	k_5	Renovação dos conselhos
	k_6	Planejamento interno participativo
	Valorização do Trabalho Humano	k_7
k_8		Prevenção de acidentes de trabalho
k_9		Diferença salarial geral
k_{10}		Cuidados urgentes de entes
k_{11}		Formação dos associados (atividades rurais desenvolvidas)
k_{12}		Cultura e lazer
Viabilidade Tecnológica E Econômica	k_{13}	Origem da Receita
	k_{14}	Destinação das sobras
	k_{15}	Relatório da gestão
	k_{16}	Formação dos associados (gestão rural)
	k_{17}	Política de negociação de dívidas
	k_{18}	Descapitalização
Compromisso com as Minorias	k_{19}	Equidade de gênero das pessoas trabalhadoras
	k_{20}	Diferença salarial por sexo
	k_{21}	Diversidade
	k_{22}	Equidade de gênero nos conselhos
	k_{23}	Equidade de gênero das pessoas associadas
	k_{24}	Combate ao preconceito
Sustentabilidade Ambiental	k_{25}	Sustentabilidade ambiental
	k_{26}	Consumo de energia
	k_{27}	Reciclagem e / ou reutilização de produtos
	k_{28}	Produção orgânica/agroecológica
	k_{29}	Fomento a produção orgânica/agroecológica
	k_{30}	Proteção do solo e da água
Cooperação e Solidariedade	k_{31}	Intercooperação
	k_{32}	Instituição financeira que opera
	k_{33}	Iniciativas locais
	k_{34}	Economia solidária, cooperativismo, associativismo e autogestão
	k_{35}	Bem estar do consumidor
	k_{36}	Promoção da agricultura familiar e da economia solidária

Fonte: Autoria própria

Esses 36 critérios, bem como os itens avaliados em cada um, estão apresentados no questionário da pesquisa, exposto no Apêndice C. Sendo que, nas questões de 1 a 36, estão apresentados os critérios e nas questões de 37 a 72, estão apresentados os itens avaliativos de cada critério.

4.3.2 Definição dos pesos dos critérios do modelo de avaliação de desempenho

Os pesos atribuídos aos critérios refletem a importância relativa de cada um, dentro da realidade estudada. Estes pesos foram definidos a partir da avaliação dos decisores participantes da pesquisa, por meio das respostas às questões de 1 a 36 do questionário (Apêndice C).

A Equação 5 apresenta a fórmula para o cálculo do peso normalizado, sendo que: Pa = peso atribuído e Pn = peso normalizado.

$$Pn = \frac{Pa}{\sum Pa} \quad (\text{Equação 5})$$

O Quadro 6, por sua vez, apresenta os pesos atribuídos pelos decisores para cada critério, bem como os pesos normalizados.

Quadro 6 - Pesos dos critérios (atribuídos e normalizados) do modelo de avaliação de desempenho

Dimensões	Critérios (k_j)	Peso atribuído (Pa)	Peso normalizado (Pn)
Gestão Democrática e Legalização	k_1	4,38	0,165
	k_2	4,25	0,160
	k_3	4,50	0,170
	k_4	4,75	0,179
	k_5	4,38	0,165
	k_6	4,25	0,160
	Total		1
Valorização do Trabalho Humano	k_7	4,00	0,182
	k_8	3,50	0,159
	k_9	3,63	0,165
	k_{10}	3,63	0,165
	k_{11}	3,75	0,170
	k_{12}	3,50	0,159
	Total		1
Viabilidade Tecnológica E Econômica	k_{13}	4,00	0,174
	k_{14}	4,00	0,174
	k_{15}	3,63	0,158
	k_{16}	4,00	0,174
	k_{17}	3,13	0,136
	k_{18}	4,25	0,185
	Total		1
Compromisso com as Minorias	k_{19}	4,13	0,166
	k_{20}	4,00	0,161
	k_{21}	4,13	0,166
	k_{22}	4,50	0,181
	k_{23}	4,13	0,166
	k_{24}	4,00	0,161
	Total		1
Sustentabilidade Ambiental	k_{25}	4,13	0,163
	k_{26}	4,13	0,163
	k_{27}	4,00	0,158
	k_{28}	4,38	0,172
	k_{29}	4,38	0,172

	k_{30}	4,38	0,172
	Total		1
Cooperação e Solidariedade	k_{31}	4,25	0,171
	k_{32}	4,00	0,161
	k_{33}	3,50	0,141
	k_{34}	4,13	0,166
	k_{35}	4,25	0,171
	k_{36}	4,75	0,191
	Total		1

Fonte: Autoria própria

Para a quantificação dos pesos dos critérios utilizou-se a média, já que não foi considerado apenas um decisor, mas um conjunto de decisores (ou um consenso entre os envolvidos na análise), buscando assegurar que os pesos atribuídos reflitam o contexto do grupo pesquisado.

4.3.3 Definição das classes do modelo de avaliação de desempenho

Após identificação dos critérios e atribuição de seus respectivos pesos, definiu-se as classes para classificação das cooperativas. Essa classificação fornece uma recomendação de ação para o analista. No método ELECTRE TRI, as classes (ou categorias) são ordenadas da pior para a melhor. Com base nisso, estabeleceu-se três classes $C = \{C_1, C_2, C_3\}$, apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7 - Categorias estabelecidas para aplicação do modelo no ELECTRE TRI

Classes (C)	
C_1	Ruim
C_2	Regular
C_3	Bom

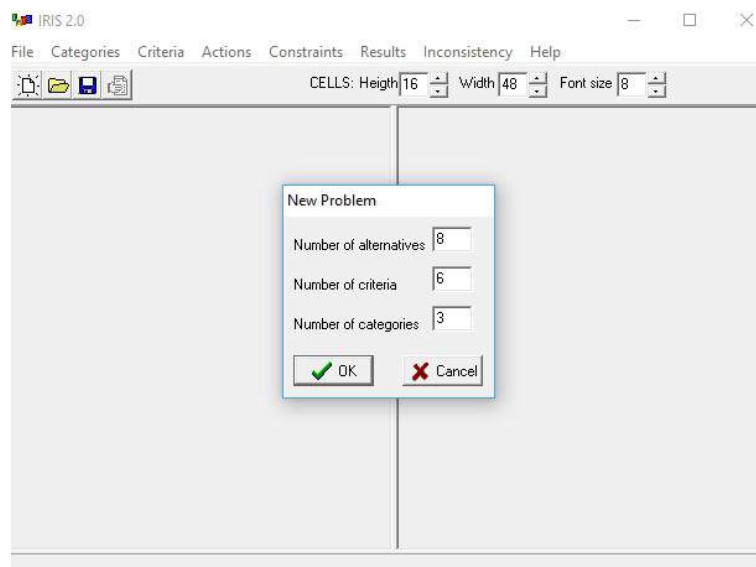
Fonte: Autoria própria

Conforme o Quadro 7, a classe C_1 representa um desempenho menos favorável e a classe C_3 representa um desempenho mais favorável.

4.3.4 Execução do ELECTRE TRI no software IRIS 2.0

Primeiramente, foram inseridos no software os números de alternativas ($A=8$), critérios ($K=36$) e classes ($C= 3$), conforme apresentado na Figura 9. Nessa figura constam seis critérios porque foram inseridos separadamente, conforme cada uma das seis dimensões avaliativas. Dessa forma, o mesmo processo foi realizado seis vezes, uma vez para cada dimensão avaliativa. Isso tornou possível avaliar a classificação das cooperativas em cada uma das dimensões.

Figura 9 - Entrada das alternativas, critérios e categorias do modelo de avaliação de desempenho



Fonte: Software IRIS 2.0

Através das respostas do questionário, foi possível construir as matrizes de avaliação das alternativas em cada critério, que demonstra o desempenho de cada cooperativa frente aos critérios de decisão definidos. As matrizes de avaliação construídas no processo de tratamento dos dados estão apresentadas na Figura 10.

Figura 10 - Matrizes de avaliação das cooperativas em cada dimensão do modelo de avaliação de desempenho

The figure displays six screenshots of the IRIS 2.0 software interface, each showing a matrix of evaluation criteria for different dimensions. The matrices are organized into columns: 'Actions', 'Fixed Par.', 'Bounds', and 'Constraints'. The 'Actions' column lists various cooperative actions (COOP 1 to COOP 8). The 'Fixed Par.' column shows values (E, H, L, H). The 'Bounds' column shows values (k1 to k6, k7 to k12, k13 to k18, k19 to k24, k25 to k30, k31 to k36). The 'Constraints' column shows values (k1 to k6, k7 to k12, k13 to k18, k19 to k24, k25 to k30, k31 to k36).

IRIS 2.0 - C:\Users\LEOMARA\Desktop\1 - Gestão democrática e legalização.tri

Action	E	H	L	H	k1	k2	k3	k4	k5	k6
COOP 1	1	3	1	3	1	3	1	3	3	4
COOP 2	1	3	2	1	3	3	3	3	3	2
COOP 3	1	3	3	1	1	1	3	3	3	2
COOP 4	1	3	3	4	3	3	3	3	3	4
COOP 5	1	3	1	4	1	3	3	3	3	2
COOP 6	1	3	2	2	1	3	3	3	3	2
COOP 7	1	3	4	2	1	3	1	3	1	1
COOP 8	1	3	3	3	2	3	2	3	2	4

IRIS 2.0 - C:\Users\LEOMARA\Desktop\2 - Valorização do trabalho humano.tri

Action	E	H	L	H	k7	k8	k9	k10	k11	k12
COOP 1	1	3	3	2	3	1	2	1	2	1
COOP 2	1	3	2	1	2	3	3	3	3	3
COOP 3	1	3	1	1	4	1	3	1	3	1
COOP 4	1	3	2	1	3	3	2	2	3	3
COOP 5	1	3	1	2	4	2	3	1	3	1
COOP 6	1	3	2	1	4	1	3	1	3	1
COOP 7	1	3	2	1	4	3	2	1	2	1
COOP 8	1	3	2	2	3	3	3	3	3	3

IRIS 2.0 - C:\Users\LEOMARA\Desktop\3 - Viabilidade tecnológica e econômica.tri

Action	E	H	L	H	k13	k14	k15	k16	k17	k18
COOP 1	1	3	4	3	2	1	2	3	3	3
COOP 2	1	3	4	3	2	3	3	3	3	3
COOP 3	1	3	4	3	2	1	1	1	1	1
COOP 4	1	3	4	3	4	2	2	2	3	3
COOP 5	1	3	4	2	2	1	1	1	1	1
COOP 6	1	3	3	1	1	1	2	1	2	1
COOP 7	1	3	4	1	2	1	1	2	2	2
COOP 8	1	3	4	3	4	3	3	2	2	2

IRIS 2.0 - C:\Users\LEOMARA\Desktop\4 - Compromisso com as minorias.tri

Action	E	H	L	H	k19	k20	k21	k22	k23	k24
COOP 1	1	3	4	4	1	4	2	1	1	2
COOP 2	1	3	3	2	1	1	1	1	2	2
COOP 3	1	3	1	1	1	3	2	1	1	1
COOP 4	1	3	3	3	1	4	1	3	3	3
COOP 5	1	3	1	1	1	4	2	1	1	1
COOP 6	1	3	1	1	1	3	1	1	1	1
COOP 7	1	3	1	1	1	1	1	1	1	1
COOP 8	1	3	2	4	1	4	1	2	2	2

IRIS 2.0 - C:\Users\LEOMARA\Desktop\5 - Sustentabilidade ambiental.tri

Action	E	H	L	H	k25	k26	k27	k28	k29	k30
COOP 1	1	3	3	1	2	1	2	3	3	3
COOP 2	1	3	2	3	3	1	3	3	3	3
COOP 3	1	3	1	1	1	1	1	1	1	1
COOP 4	1	3	1	1	2	1	2	2	2	2
COOP 5	1	3	3	1	4	1	2	2	2	2
COOP 6	1	3	1	1	1	1	2	1	2	1
COOP 7	1	3	1	1	1	1	1	2	2	2
COOP 8	1	3	1	2	3	1	3	3	3	3

IRIS 2.0 - C:\Users\LEOMARA\Desktop\6 - Cooperação e solidariedade.tri

Action	E	H	L	H	k31	k32	k33	k34	k35	k36
COOP 1	1	3	3	4	3	2	3	3	3	3
COOP 2	1	3	3	4	3	3	3	3	3	3
COOP 3	1	3	2	2	1	1	1	1	3	3
COOP 4	1	3	3	4	3	3	2	3	3	3
COOP 5	1	3	3	4	2	3	1	2	2	2
COOP 6	1	3	3	4	2	1	2	2	2	2
COOP 7	1	3	3	3	2	2	2	2	2	2
COOP 8	1	3	3	4	2	3	3	3	3	3

Fonte: Software IRIS 2.0

Após a padronização das matrizes de avaliação, estabeleceu-se as fronteiras de referência para cada uma das classes definidas. Essas fronteiras de referência estão representadas por (b) e distinguem duas classes consecutivas, que o analista e os decisores consideraram necessárias para a distribuição das alternativas. No Quadro 8, apresentam-se as fronteiras de referências que dividem as três classes estabelecidas (b_1 e b_2).

Quadro 8 - Limites das fronteiras das classes de referência dos critérios do modelo de avaliação de desempenho

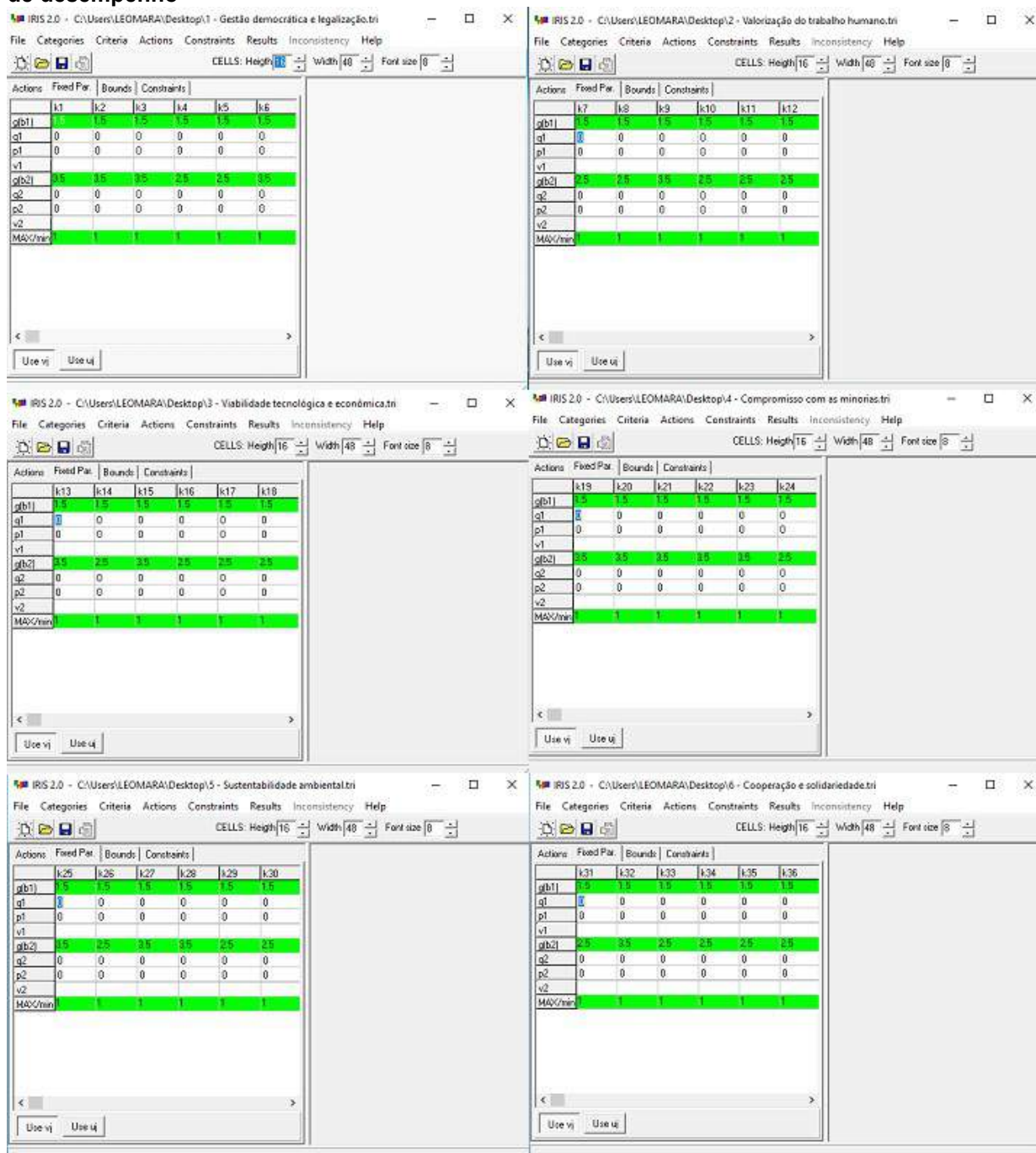
Classes (C)	Fronteiras de referência (b)	Valores das fronteiras de referência (b) para cada critério (k)					
Gestão Democrática e Legalização							
-	-	k1	k2	k3	k4	k5	k6
C1	-	-	-	-	-	-	-
C2	b1	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
C3	b2	3,5	3,5	3,5	2,5	2,5	3,5
Valorização do Trabalho Humano							
-	-	k7	k8	k9	k10	k11	k12
C1	-	-	-	-	-	-	-
C2	b1	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
C3	b2	2,5	2,5	3,5	2,5	2,5	2,5
Viabilidade Tecnológica E Econômica							
-	-	k13	k14	k15	k16	k17	k18
C1	-	-	-	-	-	-	-
C2	b1	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
C3	b2	3,5	2,5	3,5	2,5	2,5	2,5
Compromisso com as Minorias							
-	-	k19	k20	k21	k22	k23	k24
C1	-	-	-	-	-	-	-
C2	b1	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
C3	b2	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	2,5
Sustentabilidade Ambiental							
-	-	k25	k26	k27	k28	k29	k30
C1	-	-	-	-	-	-	-
C2	b1	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
C3	b2	3,5	2,5	3,5	3,5	2,5	2,5
Cooperação e Solidariedade							
-	-	k31	k32	k33	k34	k35	k36
C1	-	-	-	-	-	-	-
C2	b1	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
C3	b2	2,5	3,5	2,5	2,5	2,5	2,5

Fonte: Autoria própria

Os limites das fronteiras de referências entre as classes foram definidos pelos decisores e pelo analista e são indispensáveis para que cada alternativa seja alocada com segurança à uma das classes definidas no modelo. Os limiares de indiferença (q) e preferência (p) foram considerados iguais a zero, admitindo-se critérios verdadeiros para este contexto, já que foi considerada a dificuldade

encontrada pelos decisores em quantificar suas preferências e entender, de forma qualitativa, a avaliação que fez sobre as classes. Não foi utilizado o limite de veto (v), uma vez que todas as alternativas podem satisfazer a afirmação aS_b (a alternativa “a” é tão boa quanto a alternativa “b”). A inserção dessas variáveis no software IRIS 2.0 está ilustrada na Figura 11.

Figura 11 - Perfis limites e limiares de indiferença, preferência e veto do modelo de avaliação de desempenho



Fonte: Software IRIS 2.0

Para a definição dos limites para os critérios foi considerado o grau de importância do peso que cada critério exerce sobre o problema. A inserção dos pesos dos critérios, considerando os limites no software IRIS 2.0, está apresentada na Figura 12.

Figura 12 - Pesos dos critérios das seis dimensões analisadas no modelo de avaliação de desempenho

Actions	Fixed Par.	Bounds	Constraints					
	lambda	k1	k2	k3	k4	k5	k6	
LB - Lower	0.6	0	0	0	0	0	0	
UB - Upper	1	0.165	0.16	0.17	0.179	0.165	0.161	

Actions	Fixed Par.	Bounds	Constraints					
	lambda	k1	k2	k3	k4	k5	k6	
LB - Lower	0.6	0	0	0	0	0	0	
UB - Upper	1	0.162	0.159	0.165	0.165	0.17	0.159	

Actions	Fixed Par.	Bounds	Constraints					
	lambda	k1	k2	k3	k4	k5	k6	
LB - Lower	0.6	0	0	0	0	0	0	
UB - Upper	1	0.174	0.174	0.157	0.174	0.136	0.185	

Actions	Fixed Par.	Bounds	Constraints					
	lambda	k1	k2	k3	k4	k5	k6	
LB - Lower	0.6	0	0	0	0	0	0	
UB - Upper	1	0.165	0.161	0.166	0.181	0.166	0.16	

Actions	Fixed Par.	Bounds	Constraints					
	lambda	k1	k2	k3	k4	k5	k6	
LB - Lower	0.6	0	0	0	0	0	0	
UB - Upper	1	0.163	0.163	0.156	0.172	0.172	0.172	

Actions	Fixed Par.	Bounds	Constraints					
	lambda	k1	k2	k3	k4	k5	k6	
LB - Lower	0.6	0	0	0	0	0	0	
UB - Upper	1	0.171	0.161	0.14	0.166	0.171	0.151	

Fonte: Software IRIS 2.0

O resultado da aplicação do método, que classifica as cooperativas em três níveis de desempenho quanto aos princípios da economia solidária, considerando as variáveis acima expostas, pode ser observado na Figura 13. Para a modelagem do método utilizou-se o limiar de corte $\lambda = 0,6$ quanto ao nível de credibilidade. Optou-se por esse valor de limiar de corte para um resultado com grau de exigência baixo, já que é a primeira vez que as cooperativas realizam uma avaliação de desempenho.

Figura 13 - Resultados da classificação do modelo de avaliação de desempenho para $\lambda = 0,6$



Fonte: Software IRIS 2.0

Destaca-se que na aplicação do método ELECTRE TRI, no software IRIS 2.0, a coloração verde-escura indica alocação da alternativa em determinada categoria, e a coloração verde-clara indica uma possível realocação da alternativa em outra categoria.

4.3.5 Análise de sensibilidade do modelo de avaliação de desempenho

Foi realizada análise da sensibilidade do modelo quanto ao índice de credibilidade (λ), que se refere ao valor mínimo de $\sigma_s(a, b)$, a fim de validar a relação de sobreclassificação entre as alternativas. Para isso, o valor de λ deve estar entre 0,5 e 1. Dessa forma, efetuou-se a análise de sensibilidade para o nível de credibilidade, adotando $\lambda=0,6$, $\lambda=0,7$, $\lambda=0,8$ e $\lambda=0,9$. Foram desconsiderados os limites 0,5 e 1 por serem os extremos, ou seja, 0,5 exigência muito baixa e 1 exigência muito alta. O Quadro 9 apresenta a distribuição das cooperativas nas classes de desempenho após a análise de sensibilidade para o nível de credibilidade.

Quadro 9 - Distribuição das classes após a análise de sensibilidade do modelo: nível de credibilidade

Gestão democrática e legislação				
Classe	$\lambda = 0,6$	$\lambda = 0,7$	$\lambda = 0,8$	$\lambda = 0,9$
Ruim (C1)	Coop 7	Coop 1, Coop 3, Coop 5, Coop 7	Coop 1, Coop 3, Coop 5, Coop 7	Coop 1, Coop 2, Coop 3, Coop 5, Coop 6, Coop 7
Regular (C2)	Coop 1, Coop 2, Coop 3, Coop 5, Coop 6, Coop 8	Coop 2, Coop 4, Coop 6, Coop 8	Coop 2, Coop 4, Coop 6, Coop 8	Coop 4, Coop 8
Bom (C3)	Coop 4			
Valorização do trabalho humano				
Classe	$\lambda = 0,6$	$\lambda = 0,7$	$\lambda = 0,8$	$\lambda = 0,9$
Ruim (C1)	Coop 3, Coop 6	Coop 1, Coop 3, Coop 5, Coop 6, Coop 7	Coop 1, Coop 3, Coop 5, Coop 6, Coop 7	Coop 1, Coop 2, Coop 3, Coop 4, Coop 5, Coop 6, Coop 7
Regular (C2)	Coop 1, Coop 2, Coop 4, Coop 5, Coop 7, Coop 8	Coop 2, Coop 4, Coop 8	Coop 2, Coop 4, Coop 8	Coop 8
Bom (C3)				
Viabilidade tecnológica e econômica				
Classe	$\lambda = 0,6$	$\lambda = 0,7$	$\lambda = 0,8$	$\lambda = 0,9$
Ruim (C1)	Coop 3, Coop 5, Coop 6, Coop 7	Coop 3, Coop 5, Coop 6, Coop 7	Coop 3, Coop 5, Coop 6, Coop 7	Coop 1, Coop 3, Coop 5, Coop 6, Coop 7
Regular (C2)	Coop 1	Coop 1, Coop 4	Coop 1, Coop 4	Coop 2, Coop 4, Coop 8
Bom (C3)	Coop 2, Coop 4, Coop 8	Coop 2, Coop 8	Coop 2, Coop 8	
Compromisso com as minorias				
Classe	$\lambda = 0,6$	$\lambda = 0,7$	$\lambda = 0,8$	$\lambda = 0,9$
Ruim (C1)	Coop 2, Coop 3, Coop 5, Coop 6, Coop 7	Coop 1, Coop 2, Coop 3, Coop 4, Coop 5, Coop 6, Coop 7, Coop 8	Coop 1, Coop 2, Coop 3, Coop 4, Coop 5, Coop 6, Coop 7, Coop 8	Coop 1, Coop 2, Coop 3, Coop 4, Coop 5, Coop 6, Coop 7, Coop 8

Regular ($\mathcal{L}2$)	Coop 1, Coop 4, Coop 8			
Bom ($\mathcal{L}3$)				
Sustentabilidade Ambiental				
Classe	$\lambda = 0,6$	$\lambda = 0,7$	$\lambda = 0,8$	$\lambda = 0,9$
Ruim ($\mathcal{L}1$)	Coop 3, Coop 4, Coop 6, Coop 7	Coop 1, Coop 3, Coop 4, Coop 5, Coop 6, Coop 7, Coop 8	Coop 1, Coop 3, Coop 4, Coop 5, Coop 6, Coop 7, Coop 8	Coop 1, Coop 2, Coop 3, Coop 4, Coop 5, Coop 6, Coop 7, Coop 8
Regular ($\mathcal{L}2$)	Coop 1, Coop 2, Coop 5, Coop 8	Coop 2	Coop 2	
Bom ($\mathcal{L}3$)				
Cooperação e solidariedade				
Classe	$\lambda = 0,6$	$\lambda = 0,7$	$\lambda = 0,8$	$\lambda = 0,9$
Ruim ($\mathcal{L}1$)	Coop 3	Coop 3	Coop 3	Coop 3, Coop 5, Coop 6
Regular ($\mathcal{L}2$)	Coop 5, Coop 6, Coop 7	Coop 5, Coop 6, Coop 7	Coop 5, Coop 6, Coop 7	Coop 1, Coop 4, Coop 7, Coop 8
Bom ($\mathcal{L}3$)	Coop 1, Coop 2, Coop 4, Coop 8	Coop 1, Coop 2, Coop 4, Coop 8	Coop 1, Coop 2, Coop 4, Coop 8	Coop 2

Fonte: Autoria própria

Percebe-se que com as alterações impostas nos parâmetros quanto índice de credibilidade (λ) provocaram pequenas variações na classificação das cooperativas, especialmente considerando o índice de credibilidade (λ) 0,9. Isso deve-se ao fato do presente modelo considerar um índice de credibilidade (λ) de baixa exigência (0,6).

Já, para a análise de sensibilidade, referente aos pesos dos critérios, analisou-se todos os critérios atribuindo um mesmo peso ($P_n = 0.167$). O Quadro 10 apresenta a distribuição das cooperativas pesquisadas nas classes de desempenho do modelo após a análise de sensibilidade para o peso dos critérios.

Quadro 10 - Distribuição das classes após a análise de sensibilidade do modelo: peso dos critérios

Classe	Gestão democrática e legislação	Valorização do trabalho humano	Viabilidade tecnológica e econômica	Compromisso com as minorias	Sustentabilidade Ambiental	Cooperação e solidariedade
Ruim ($\mathcal{L}1$)	Coop 7	Coop 3, Coop 6	Coop 3, Coop 5, Coop 6, Coop 7	Coop 2, Coop 3, Coop 5, Coop 6, Coop 7	Coop 3, Coop 4, Coop 6, Coop 7	Coop 3
Regular ($\mathcal{L}2$)	Coop 1, Coop 2, Coop 3, Coop 5, Coop 6, Coop 8	Coop 1, Coop 2, Coop 4, Coop 5, Coop 7, Coop 8	Coop 1	Coop 1, Coop 4, Coop 8	Coop 1, Coop 2, Coop 5, Coop 8	Coop 5, Coop 6, Coop 7

Bom (3)	Coop 4		Coop 2, Coop 4, Coop 8			Coop 1, Coop 2, Coop 4, Coop 8
------------	--------	--	------------------------------	--	--	-----------------------------------

Fonte: Autoria própria

Percebe-se que com as alterações impostas nos parâmetros quanto aos pesos dos critérios não houve variações na classificação das cooperativas.

Diante das duas análises de sensibilidade realizadas, pode-se concluir que o método empregado para a avaliação de desempenho dos ERES, através do ELECTRE TRI é estável, uma vez que as alterações impostas aos parâmetros não interferiram significativamente nos resultados.

Destaca-se que o software IRIS 2.0 usa apenas a variante de concordância do procedimento pessimista do método ELECTRE TRI, assim, as análises de sensibilidade aqui realizadas consideraram apenas o procedimento pessimista.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ERES DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E VALIDAÇÃO DE CRITÉRIOS INICIAIS COM BASE NA PERCEPÇÃO DOS DECISORES

Analisando os resultados referente às atividades dos ERES apresentados na Figura 6, percebe-se que são diversificadas e estão relacionadas principalmente à produção de alimentos. Como reconhecido por Schneider e Niederle (2010), a diversidade de produção nos ERES está diretamente relacionada à luta pela autonomia da agricultura familiar e contribui para as estratégias de desenvolvimento social, econômico e cultural. Além disso, os entrevistados envolvidos na produção de frutas afirmaram que a oferta de alguns produtos flutua ao longo do ano devido à sazonalidade e às características climáticas regionais, aspectos que afetam negativamente a consolidação dessas atividades.

Com relação às seis dimensões avaliativas, os representantes atribuíram maior relevância aos aspectos regulatórios técnicos e legais do que aos critérios solidários e humanitários. Na dimensão Valorização do trabalho humano, quatro dos cinco critérios foram considerados indiferentes ao processo de avaliação de desempenho, por pelo menos um dos respondentes. Os resultados confirmam que os representantes percebem a importância de avaliar o apoio ao trabalho humano. No entanto, nota-se que há uma ênfase maior na importância dos critérios relacionados ao desenvolvimento técnico do que aqueles relacionados à economia solidária, autogestão ou associativismo. Deixando em evidência, que, muitas vezes, os empreendimentos ficam atrelados a questões legais, que são necessidades básicas para o funcionamento e não conseguem evoluir na gestão estratégica.

Além disso, destaca-se a fala de um dos entrevistados que afirma ser melhor para os empreendimentos não se envolverem nas questões de gênero, uma vez que um dos alicerces da economia solidária é justamente a igualdade de gêneros e o compromisso com as minorias. Neste sentido, percebe-se a necessidade de ajustes das práticas dos empreendimentos aos princípios da economia solidária. Esse

cenário reforça a importância de estudos e ferramentas que abordem a avaliação de desempenho a partir dos princípios da economia solidária.

A etapa de validação dos critérios propostos realizada neste estudo foi importante para avaliar a percepção dos representantes dos ERES em relação à sua realidade. O processo mostra a disposição das organizações em avaliar seu desempenho e atingir os princípios da economia solidária, evidenciando o interesse pela melhoria contínua. É importante ressaltar que cada entrevistado respondeu com base em sua experiência real, demonstrando a necessidade de considerar as perspectivas das organizações no desenvolvimento de processos e instrumentos de avaliação de desempenho, destacando a importância deste estudo neste contexto.

Os resultados também apoiam a premissa da Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Social Solidária (RIPESS) (RIPESS, 2016), que sugere a contribuição dos ERES para sua avaliação na faixa de resultados, incluindo: seu impacto no desenvolvimento local, nacional e internacional, a criação de emprego permanente, o desenvolvimento de novos serviços e a melhoria dos padrões de vida, sua contribuição para a igualdade, a proteção do meio ambiente e a criação ética da riqueza. Todos esses fatores estão integrados aos princípios dos empreendimentos de Economia Solidária.

Em relação às percepções sobre a Dimensão 1 (Normas e documentos legais), os resultados mostram uma preocupação com a avaliação e o cumprimento da legislação, fatores importantes para a manutenção sustentável das organizações, apesar do alto custo relacionado a tais procedimentos. Já na Dimensão 2 (Valorização do Trabalho Humano), com exceção de um ERES que respondeu indiferente a quatro dos cinco critérios apresentados, todos os outros validaram a relevância dos critérios relacionados ao desenvolvimento do trabalho humano.

Na dimensão tecnológica e econômica, os dados sugerem maior relevância é atribuída aos critérios de avaliação relacionados aos controles, do que os critérios ligados à valorização da participação dos associados, como a apresentação dos relatórios da administração. Para a dimensão do reconhecimento das mulheres, os respondentes reconheceram a importância de melhorias relacionadas ao processo de integração de gênero como parte dos princípios da economia solidária na comunidade local. Os resultados observados nesta pesquisa foram semelhantes aos discutidos por Waltz (2016), que discutiram várias maneiras pelas quais as mulheres são desautorizadas e não têm autonomia.

Em termos de preservação da natureza, o fato de um dos entrevistados mencionar que não é necessário avaliar se os pesticidas são descartados corretamente porque a produção é orgânica. Por outro lado, esses critérios foram considerados relevantes e validados pelos outros ERES. Embora o descarte correto de embalagens de agrotóxicos tenha um custo e seja demorado, é realizado pelos ERES, que garantem a conformidade com as regulamentações brasileiras. O cumprimento da legislação em um contexto de produção não orgânica é extremamente relevante para a preservação e o respeito pela dimensão da natureza. Isso evidencia que práticas agrícolas predatórias e insustentáveis são praticadas mesmo no contexto da agricultura familiar, uma questão também mencionada por Paulino (2014).

Em relação à cooperação e solidariedade, os dois ERES que perceberam o critério “Existência de formas de organizar a ajuda mútua se um produtor é incapaz de trabalhar” como indiferente reforça a relevância das avaliações de desempenho baseadas nos princípios da economia solidária. Tal avaliação pode avaliar a maneira pela qual os ERES estão, ou não, atingindo esses princípios.

Os resultados mostram uma lacuna entre a academia e a prática, que pode ser preenchida por universidades e instituições de pesquisa. Este estudo demonstra que os empreendimentos analisados entendem a avaliação de desempenho que considera os princípios da economia solidária como relevante, e esse processo possibilita a melhoria contínua desses indicadores. A medição do desempenho pode melhorar e estimular os empreendimentos a alcançar sua missão (REY-GARCÍA; ÁLVAREZ GONZÁLEZ; BELLO ACEBRÓN, 2013).

Em geral, além de validar os critérios propostos, a sugestão de novos critérios a serem considerados na criação de instrumentos de avaliação de desempenho transforma a avaliação em um processo coletivo e democrático. Experiências similares estão sendo desenvolvidas em outros países; por exemplo, o MEScoop Aragón, na Espanha, teve seu impacto no Balanço Social avaliado com base nos princípios da economia social e solidária (MEScoop Aragón, 2016a), a partir dos quais, outros indicadores e instrumentos foram desenvolvidos desde sua primeira realização, em 2014.

5.2 ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MERCADO SOCIAL ARAGÓN - ESPANHA

Os resultados da segunda etapa da pesquisa demonstram que a MEScoop Aragón está crescendo. O número de entidades participantes aumentou 47% nos últimos três anos. O relatório do Balanço Social também evoluiu. Nos três anos em que foi produzido, ampliou-se e adaptou-se ao contexto específico de Aragón, mantendo como base a Declaração dos Princípios da Economia Solidária e da Matriz do Bem Comum. A adaptação foi defendida por Quak *et al.* (2007), que argumentam que cada organização deveria ser capaz de adaptar seu Balanço Social de acordo com sua própria realidade.

Em relação à qualidade das informações do relatório, o Balanço Social do MEScoop Aragón é declarativo e não monetário, com foco particular nos resultados, sem enfatizar os impactos econômicos e as consequências financeiras dos projetos dos membros. Dessa forma, os empreendimentos associados podem desenvolver estratégias de melhoria de desempenho, por meio do monitoramento periódico das informações do relatório sobre a realização dos princípios da economia solidária.

O Balanço Social é universalmente acessível no site do MEScoop Aragón, onde os diversos *stakeholders*, incluindo beneficiários, comunidades em geral e parceiros - que, de acordo com Benjamin (2013), geralmente recebem pouca atenção - e cada organização participante pode encontrar informações sobre o desempenho dos empreendimentos do MEScoop. A apresentação gráfica dos resultados finais, separando o desempenho em categorias temáticas, permite o acompanhamento do desenvolvimento anual.

Constatou-se que todos os elementos identificados na Declaração de Economia Solidária foram direta ou indiretamente incluídos nos indicadores do Balanço Social. Ou seja, quando analisou-se o Balanço Social, constatou-se que as 36 palavras-chave identificadas na Declaração de Economia Solidária foram incluídas em seus indicadores. Isso demonstra que os princípios da economia solidária realmente são os princípios orientadores dos empreendimentos associados ao MEScoop Aragón. Contudo, ainda há o que evoluir para que todos os elementos presentes na Declaração de Economia Solidária estejam presentes de forma direta no Balanço Social.

Além disso, os próprios empreendimentos percebem o relatório como útil e relevante, especialmente em termos de reflexão e autoavaliação de seu desempenho em conformidade com os princípios da economia solidária, tornando a informação apresentada no Balanço Social útil para os processos de gestão.

A aplicação informática, o gráfico final e a disseminação dos resultados foram considerados “bons” pela maioria dos entrevistados, indicando uma percepção positiva dos empreendimentos associados ao MEScoop Aragón em relação ao Balanço Social. Esses resultados corroboram com as descobertas de LeRoux e Wright (2010), sobre tendências positivas no uso de informações de desempenho por parte de gestores sem fins lucrativos, indicando que isso pode trazer benefícios significativos a esse tipo de organização.

Os resultados do Balanço Social são incorporados em pelo menos metade dos empreendimentos membros do MEScoop como uma ferramenta para aproximar-se da comunidade / sociedade, como um ponto de partida para a melhoria contínua dos resultados dos indicadores e como uma ferramenta para avaliar seu impacto social. Além da maioria dos entrevistados oferecer sugestões sobre formas de melhorar o balanço anual do MEScoop Aragón, eles também o veem como uma ferramenta importante para sua própria responsabilidade e transparência e para entender sua situação atual, demonstrando que além de sua utilidade para decisões gerenciais o Balanço Social também é útil para legitimar a prestação de contas. Como tal, cumpre as funcionalidades do Balanço Social consideradas na GRI (2016) e os objetivos do Balanço Social da MEScoop Aragón (2016a): avaliação de desempenho, transparência, planejamento, tomada de decisão e melhoria contínua, além do fortalecimento das entidades.

O alto percentual de pessoal envolvido no desenvolvimento do relatório e o grande número de sugestões para o seu aprimoramento mostram o envolvimento significativo do pessoal e dos empreendimentos nas atividades do MEScoop Aragón e do próprio Balanço Social. Ao mesmo tempo, a existência de pessoas e organizações voluntárias e sua participação voluntária no Balanço Social demonstram os interesses dos diversos grupos de *stakeholders*. Esses resultados destacam a importância do engajamento dos *stakeholders*, conforme também já observado por Ramus e Vaccaro (2017).

5.3 CONSTRUÇÃO, APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO MODELO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM ERES UTILIZANDO O ELECTRE TRI

O modelo construído e aplicado neste estudo, resultado de 3 etapas de pesquisa, traduz a subjetividade dos dados qualitativos presentes nos ERES em indicadores objetivos e quantitativos. A importância de ferramentas que convertam dados qualitativos relacionados à missão social em métrica quantitativas já foi mencionada por Grieco *et al.* (2015).

Esse modelo, composto por 36 indicadores divididos em 6 categorias está direcionado para a avaliação pelos princípios da economia solidária. Isso corrobora com RIPESS (2016) que cita que a contribuição das organizações de economia social e solidária deve ser avaliada a partir do seu impacto sobre o desenvolvimento local, nacional e internacional, principalmente através da criação de postos de trabalho permanentes, o desenvolvimento de novos serviços, melhores padrões de vida, sua contribuição para a igualdade entre os sexos, a proteção do ambiente e a criação de riqueza em condições éticas, valores estes, presentes na declaração dos princípios da economia solidária.

A utilização da metodologia ELECTRE-TRI permitiu a classificação das cooperativas participantes da pesquisa em três classes de desempenho: Ruim, Regular e Bom. Dessa forma, os decisores tem em suas mãos informações que contribuem para a aprendizagem organizacional e para a melhoria contínua. Conforme Pereira e Mota (2016), o modelo oferece recomendação para a tomada de decisão e permite a aprendizagem sobre o problema em questão.

A classificação das cooperativas participantes da terceira etapa da pesquisa em três classes de desempenho foi possível através da aplicação do modelo pelo software IRIS 2.0 Demo. O que vem de encontro com Ribeiro (2016) que cita que o *software* IRIS 2.0, com base nos indicadores definidos junto aos decisores, permite a visualização dos resultados do método ELECTRE TRI, por meio da classificação das alternativas (neste estudo as alternativas são as cooperativas participantes). A Tabela 12 apresenta a estatística dos resultados da pesquisa, para $\lambda = 0,6$.

Tabela 12 - Estatística dos resultados da classificação das cooperativas com $\lambda = 0,6$

Dimensão	Classes		
	Ruim (C1)	Regular (C2)	Bom (C3)
Gestão democrática e legislação	12,5%	75%	12,5%
Valorização do trabalho humano	25%	75%	-
Viabilidade tecnológica e econômica	50%	12,5%	37,5%
Compromisso com as minorias	62,5%	37,5%	-
Sustentabilidade Ambiental	50%	50%	-
Cooperação e solidariedade	12,5%	37,5%	50%

Fonte: Autoria própria

Percebe-se que a dimensão em que o maior número de cooperativas (50%) apresentou desempenho classificado como bom foi a dimensão de “cooperação e solidariedade”. Contudo, chama atenção que nas dimensões “Valorização do trabalho humano”, “Compromisso com as minorias” e “Sustentabilidade ambiental” nenhuma cooperativa apresentou desempenho considerado Bom. Também, vale destacar que na maioria das dimensões, as cooperativas apresentaram desempenho classificado como Regular, com exceção das dimensões “Viabilidade tecnológica e econômica” e “Compromisso com as minorias”, que a maioria das cooperativas (50% e 62,5%, respectivamente) apresentaram desempenho classificado como ruim. É surpreendente que nas dimensões ligadas aos valores humanos apresentem um desempenho muito aquém do esperado.

A classificação das cooperativas em seis dimensões avaliativas vem de encontro Bagnoli e Megali (2011) que citam que os empreendimentos sociais precisam de sistema de controle de gerenciamento multidimensional, uma vez que o desempenho desse tipo de organização assume múltiplos perfis.

O Quadro 11 apresenta a classificação individual por cooperativa em cada uma das seis dimensões avaliativas.

Quadro 11 - Classificação de cada cooperativa nas dimensões avaliativas do modelo

Cooperativa 1				Cooperativa 2			
Dimensão	C1	C2	C3	Dimensão	C1	C2	C3
Gestão democrática e legislação				Gestão democrática e legislação			
Valorização do trabalho humano				Valorização do trabalho humano			
Viabilidade tecnológica e econômica				Viabilidade tecnológica e econômica			
Compromisso com as minorias				Compromisso com as minorias			
Sustentabilidade Ambiental				Sustentabilidade Ambiental			

Cooperação e solidariedade				Cooperação e solidariedade			
Cooperativa 3				Cooperativa 4			
Dimensão	C1	C2	C3	Dimensão	C1	C2	C3
Gestão democrática e legislação				Gestão democrática e legislação			
Valorização do trabalho humano				Valorização do trabalho humano			
Viabilidade tecnológica e econômica				Viabilidade tecnológica e econômica			
Compromisso com as minorias				Compromisso com as minorias			
Sustentabilidade Ambiental				Sustentabilidade Ambiental			
Cooperação e solidariedade				Cooperação e solidariedade			
Cooperativa 5				Cooperativa 6			
Dimensão	C1	C2	C3	Dimensão	C1	C2	C3
Gestão democrática e legislação				Gestão democrática e legislação			
Valorização do trabalho humano				Valorização do trabalho humano			
Viabilidade tecnológica e econômica				Viabilidade tecnológica e econômica			
Compromisso com as minorias				Compromisso com as minorias			
Sustentabilidade Ambiental				Sustentabilidade Ambiental			
Cooperação e solidariedade				Cooperação e solidariedade			
Cooperativa 7				Cooperativa 8			
Dimensão	C1	C2	C3	Dimensão	C1	C2	C3
Gestão democrática e legislação				Gestão democrática e legislação			
Valorização do trabalho humano				Valorização do trabalho humano			
Viabilidade tecnológica e econômica				Viabilidade tecnológica e econômica			
Compromisso com as minorias				Compromisso com as minorias			
Sustentabilidade Ambiental				Sustentabilidade Ambiental			
Cooperação e solidariedade				Cooperação e solidariedade			

Fonte: Autoria própria

Com base no quadro acima, percebe-se que, apesar de participarem da mesma cooperativa central e de compartilharem dos mesmos valores organizacionais, o desempenho de cada cooperativa é bem distinto. Também é perceptível as dimensões críticas para cada cooperativa. Isso permite que o empreendimento direcione esforços para a melhoria do desempenho nas dimensões que o resultado ainda não é o esperado. Destaque para as cooperativas 3, 6 e 7, que apresentam resultado Ruim (C1) em pelo menos quatro dimensões e não apresentam resultado considerado Bom (C3) em nenhuma das dimensões. Isso evidencia que ainda é necessário muito trabalho para que essas cooperativas alcancem o desempenho esperado, salientando a relevância deste estudo.

Apesar dos princípios da economia solidária serem os norteadores das atividades das cooperativas, os resultados nas dimensões avaliativas demonstram que as cooperativas têm necessidade de implementação de melhorias. Helming, Hinz e Ingerfurth (2015), em seu estudo sobre importância gerencial de valores organizacionais, identificaram que o conjunto de valores presentes em geral em

organizações sem fins lucrativos tem efeitos positivos sobre o sucesso das mesmas. Neste cenário, a implantação de melhorias com vistas a atingir o desempenho esperado nos princípios de economia solidária tende a resultar em melhorias também nos campos econômico e estratégico.

O modelo desenvolvido e aplicado neste estudo contribui para o autoconhecimento e crescimento das cooperativas, apoiando a implementação das melhorias necessárias. Corroborando com Dias e Mosseau (2002) que citam que a metodologia do IRIS se trata de um processo que fomenta a aprendizagem e a progressiva delimitação da variação dos inputs e dos outputs.

Pode-se afirmar, portanto, que a metodologia proposta é adequada à problemática de avaliação de desempenho dos ERES, com base nos princípios da economia solidária. E ainda é útil na prestação de contas aos *stakeholders*, sejam eles internos ou externos. Corroborando com Bagnoli e Megali (2011) que afirmam que as organizações com fins sociais possuem multistakeholders, já que respondem a sociedade e não a acionistas. Além disso, a análise de sensibilidade demonstrou que modelo é estável.

6 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo desenvolver um modelo de avaliação de desempenho para empreendimentos rurais de economia solidária (ERES), através da metodologia multicritério de apoio à decisão, que resulte na inserção do processo de avaliação de desempenho nos ERES e num comportamento estratégico dessas organizações. Para que este objetivo pudesse ser alcançado, desenvolveu-se uma pesquisa de campo dividida em três etapas e utilizou-se o método multicritério ELECTRE TRI, com aplicação no software IRIS 2.0.

O modelo proposto visa apoiar a tomada de decisão nos ERES a partir da MCDA, em particular, através do método ELECTRE TRI. Esse modelo não pretende ser uma solução absoluta, mas pode ser utilizado por empreendimentos de economia solidária em geral, desde que consideradas as adaptações necessárias às realidades territoriais e as peculiaridades organizacionais. Espera-se, com a aplicação do modelo, um comportamento mais profissional dos empreendimentos e a melhoria dos mesmos no alcance de suas princípios e valores norteadores, contribuindo para o fortalecimento e crescimento desse tipo de organização.

Confrontando-se os objetivos específicos com os resultados encontrados constatou-se o seguinte:

✓ Objetivo específico a: resultou na caracterização dos empreendimentos pesquisados, onde constatou-se que a maioria desses empreendimentos estão organizados em forma de cooperativas (77%);

✓ Objetivo específico b: foram identificados e validados junto aos decisores dos empreendimentos participantes da primeira etapa da pesquisa 36 critérios iniciais para avaliação de desempenho. Além desses 36 critérios, os decisores desses empreendimentos ainda sugeriram mais nove novos critérios;

✓ Objetivo específico c: identificou-se a experiência do MEScoop Aragón, da Espanha que utiliza o Balanço Social para fazer a avaliação do desempenho quanto aos princípios da economia solidária e realizar a prestação de contas aos stakeholders e a sociedade. Estudando o caso do MEScoop Aragón constatou-se que, apesar de, no momento do estudo estar sendo realizado há apenas 3 anos, já percebe-se mudanças positivas provocadas pelo mesmo. Além disso, percebeu-se que os decisores dos empreendimentos associados ao MEScoop Aragón

consideram o Balanço Social um instrumento importante para a gestão dos mesmos. Esta etapa da pesquisa contribuiu significativamente para a definição dos critérios e para a melhoria do modelo aplicado;

✓ Objetivo específico d: com base na etapa 1 e 2 da pesquisa, construiu-se 36 indicadores para avaliação dos ERES, com base nos princípios da economia solidária. Esses 36 critérios foram divididos em 6 dimensões avaliativas conforme os princípios e valores da economia solidária. Isso permitiu avaliar o desempenho de cada empreendimento participante da terceira etapa da pesquisa em cada uma dessas dimensões;

✓ Objetivo específico e: selecionou como amostra uma cooperativa central da agricultura familiar da região Sudoeste do Paraná, que possui 9 cooperativas singulares associadas, sendo que uma dessas não aceitou participar da pesquisa. Com a aplicação do modelo a esse grupo de cooperativas percebeu-se que o método ELECTRE TRI, bem como o sistema IRIS 2.0, foram efetivos para eficácia do modelo;

✓ Objetivo específico f: a análise de sensibilidade quanto ao índice de credibilidade apresentou pequenas variações e, quanto aos pesos dos critérios, não apresentou variações. Dessa forma, o modelo pode ser considerado estável.

De maneira geral, este estudo contribui para a compreensão do papel dos empreendimentos de Economia Solidária na desenvolvimento rural sustentável e fornece uma base sobre a qual se pode coletivamente e democraticamente adaptar o modelo proposto à realidade de outros empreendimentos. Isso destaca a relevância deste estudo.

Além disso, o estudo preenche a lacuna identificada na literatura: escassez de estudos que abordem modelos de avaliação de desempenho com base nos princípios da economia solidária, que utilizem metodologia multicritério de apoio à decisão direcionados aos ERES; contribuindo significativamente para o desenvolvimento de estudos futuros sobre o tema. Dessa forma, a originalidade deste estudo centra-se no fato de abordar a temática da avaliação de desempenho em empreendimentos rurais de economia solidária, contribuindo de forma aplicada e no campo acadêmico.

A principal limitação da pesquisa encontra-se no fato do modelo ter sido aplicado a um pequeno grupo de cooperativas da agricultura familiar, associadas a uma mesma cooperativa central e, portanto, não pode ser generalizado para todos

os casos. No entanto, ele pode ser adaptado e aplicado a outros empreendimentos de economia solidária, considerando as particularidades de cada caso. Além disso, aponta-se também como limitação o fato do software IRIS 2.0 utilizar apenas a variante de concordância pessimista do método ELECTRE TRI.

A partir disso, apresenta-se as sugestões para trabalhos futuros:

- ✓ Aplicação do modelo a outras amostras de empreendimentos solidários;
- ✓ Aplicação do modelo com utilização de outros softwares;
- ✓ Aplicação de outros métodos multicritério de apoio à tomada de decisão, bem como outras abordagens;
- ✓ Proposição de novos modelos e/ou instrumentos de avaliação de desempenho aplicáveis as mais diversas organizações de economia solidária, permitindo a comparação e a melhoria dos modelos.

REFERÊNCIAS

- ABDEL-MAKSOU, A. et al. The use of performance information in strategic decision making in public organizations. **International Journal of Public Sector Management**, v. 28, n. 7, p. 528-549, 2015.
- ALMEIDA, A. T. De. **Processo de decisão nas organizações: construindo modelos de decisão multicritério**. São Paulo: Atlas, 2013.
- ARENA, M.; AZZONE, G.; BENGIO, I. Performance Measurement for Social Enterprises. **Voluntas**, v. 26, p. 649-672, 2015.
- ARRUDA, A. S. O. et al. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local Sustentável: Um Estudo de Caso em um Sistema de Agricultura Familiar**. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 17, n. 2, p. 163-178, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – ABREPRO. **Áreas e sub-áreas de Engenharia de Produção**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.abepro.org.br/interna.asp?p=399&m=424&ss=1&c=362>>. Acesso em: 08 jun. 2016.
- BAGNOLI, L.; MEGALI, C. Measuring Performance in Social Enterprises. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 40, n. 1, p. 149-165, 2011.
- BELLUCCI, M. et al. Performance measurement in solidarity economy organizations: the case of fair trade shops in Italy. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 83, n. 1, p. 25-59, 2012.
- BENJAMIN, L. M.; CAMPBELL, D. C. Nonprofit Performance: Accounting for the Agency of Clients. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 44, n. 5, p. 988-1006, 2015.
- BOIRAL, O. Accounting for the Unaccountable: Biodiversity Reporting and Impression Management. **Journal of Business Ethics**, v. 135, n. 4, p. 751-768, 2016.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. **Economia Solidária – Quem são os participantes**. Nov. 2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/quem-sao-os-participantes>>. Acesso em: 23 maio 2016.
- BRASIL. **Medida Provisória nº 870/2019, de 1º de janeiro de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios**. D.O.U. 1º/01/2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 9.679, de 02 de janeiro de 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-**

Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. D.O.U. 02/01/2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9679.htm#art10>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. Decreto Nº 8894, de 03 de novembro de 2016 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. D.O.U. 04/11/2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8894.htm>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CONDRAF). 2ª Conferência Nacional De Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – (CNDRSS). Documento de Referência. Condráf, Brasília, abril/2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Documento_de_Referencia_2CNDRSS.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2016.

BRASIL. Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS). 2013a. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condráf). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/pndrss/principal.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES) - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Atlas Digital da Economia Solidária. 2013b. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

BRASIL. Decreto nº 8.163, de 20 de dezembro de 2013 - Institui o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social - Pronacoop Social, e dá outras providências. D.O.U. 20/12/2013. 2013c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-014/2013/Decreto/D8163.htm>. Acesso em: 26 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. D.O.U. 12/01/2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 26 abr. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). Atlas da Economia Solidária. 2007. Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/atlas/tabcgi.exe?QtdEES.def>>. Acesso em: 04 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** D.O.U. 25/07/2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 04 fev. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 4.854, de 08 de outubro de 2003 - Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, e dá outras providências.** D.O.U. 09/10/2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4854.htm>. Acesso em: 26 abr. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Institui o Código Civil.** D.O.U. 11/01/2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 19 abr. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 – Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências.** D.O.U. 01/07/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 04 fev. 2016.

BRASIL. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Resolução 2.191, de 24 de agosto de 1995 - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).** D.O.U. 13/09/1995. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/46118/Res_2191_v4_L.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 – Dispõe sobre a Política Agrícola.** D.O.U. 18/01/1991, ret. 12/03/1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm>. Acesso em: 04 fev. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.** D.O.U. 05/10/1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 abr. 2016.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** D.O.U. 16/12/1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 19 abr. 2016.

BENJAMIN, L. M. The Potential of Outcome Measurement for Strengthening Nonprofits' Accountability to Beneficiaries. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 42, n. 6, p.1224-1244, 2013.

CAMPOPIANO, G.; DE MASSIS, A. Corporate Social Responsibility Reporting: A Content Analysis in Family and Non-family Firms. **Journal of Business Ethics**, v. 129, n. 3, p. 511-534, 2015.

CANÇADO, A. C. et al. Incubação de Cooperativas Populares: um estudo de multicaso na cidade brasileira de Camaçari/BA. **Revista Venezolana de Economía Social**, v. 13, n. 25, 2013.

CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G. **Incubação de cooperativas populares: metodologia dos indicadores de incubação**. 2. ed. Palmas: Futura, 2009.

CARMAN, J. G. The Accountability Movement: What's Wrong With This Theory of Change?. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 39, n. 2, p. 256-274, 2010.

CHRISTOFFOLI, P. I. et al. Experiências associativistas na agricultura familiar da região Sul do Brasil como forma de promoção do desenvolvimento rural sustentável. **Revista da ABET**, v. 12, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2013.

CORAGGIO, J. L. **Una alternativa socioeconómica necesaria: La Economía Social. En Política Social y Economía Social: debates fundamentales**. Claudia Danani (comp.). Buenos Aires: Editora Altamira, 234 p., 2004.

DA SILVA JUNIOR, S. D.; COSTA, F. J. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, v. 15, p. 1-16, 2014.

COSTA, H. G.; SANTAFÉ JR, H. P. G.; HADDAD, A. N. Uma contribuição do método ELECTRE TRI à obtenção da classificação de riscos industriais. **Investigação Operacional**, v. 27, p. 179-197, 2007.

CRUCKE, S.; DECRAMER, A. The Development of a Measurement Instrument for the Organizational Performance of Social Enterprises. **Sustainability**, v. 8, p. 161, 2016.

DA ROS, G. S. Economía solidaria: aspectos teóricos y experiencias. **UniRcoop**, v. 5, n. 1, p. 9-27, 2007.

DE ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v.10, n.1, p. 75-89, jan-mar 2006.

DE OLIVEIRA, J. C.; CHRISTOFFOLI, P. I. Agroecologia e Economia Solidária Frente ao Modo de Produção Capitalista e a Questão da Sustentabilidade. **Retratos de Assentamentos**, v.20, n.2, p. 149-170, 2017.

DIAS, L. C.; MOUSSEAU, V. **IRIS: um SAD para problemas de classificação baseado em agregação multicritério**. Anais da III Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação, Coimbra, p. 20-22, 2002.

DÍAZ, M.; MARCUELLO, C.; MARCUELLO, CH. Empresas sociales y evaluación del impacto social. **CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, v. 75, p. 179-198, 2012.

DÍAZ-FONCEA, M.; MARCUELLO, C. Social enterprises and social markets: models and new trends. **Service Business**, v. 6, n. 1, p. 61-83, 2012.

DOANE, D. P.; SEWARD, L. E. **Estatística aplicada à administração e economia**. Tradução Mauro Raposo de Mello. 4ª ed. São Paulo: Bookman, 2014.

EBRAHIM, A.; RANGAN, V. K. What Impact? A framework for measuring the scale and scope of social performance. **California Management Review**, v. 56, n. 3, p. 118-141, 2014.

EBRAHIM, A.; RANGAN, V. K. The Limits of Nonprofit Impact: A Contingency Framework for Measuring Social Performance. **Harvard Business School**, Working Paper, 2010, 52 p.

EUROPEAN COMMISSION. **Social economy in the EU**. 2018. Disponível em: <https://ec.europa.eu/growth/sectors/social-economy_en>. Acesso em: 30 nov. 2018.

FERRARINI, A.; GAIGER, L. I. G.; VERONESE, M. Solidarity Economy Enterprises In Brazil: an overview from the second national mapping. **The International Comparative Social Enterprise Models –ICSEM Project**. 2013, 39 p.

FRANÇA FILHO, G. C. A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local. **Organizações & Sociedade**, v.15, n.45, abr./jun. 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia: Análise & Dados**, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **Desenvolvimento, Rural Sustentável: Uma visão territorial**. Caderno de Formação. FAO, Angola, 2012.

FIGUEIRA, J.; GRECO, S.; EHRGOTT, M. **Multiple criteria decision analysis: state of the art surveys**. New York: Springer Science, 2005. p. 3-24.

FLOREA, L.; CHEUNG, Y.H.; HERNDON, N.C. For All Good Reasons: Role of Values in Organizational Sustainability. **Journal of Business Ethics**, v. 114, n. 3, p. 393-408, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. **Carta de princípios da Economia Solidária**. III Plenária Nacional da Economia Solidária. Jun./2003. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 05 fev. 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. **Farejador da Economia Solidária**. 2009. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3748&Itemid=215>. Acesso em: 19 abr. 2016.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p.211-228, jun./2013.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Consolidated Set of GRI Sustainability Reporting Standards 2016**. 2016. 443 p. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/>>. Acesso em 05 jan. 2017.

GOBIERNO DE ARAGÓN. **Situación de Aragón**: Conoce la situación geográfica de Aragón. 2018. Disponível em: <http://www.aragon.es/VisitarAragon/Subtemas/ConoceAragon/Subtemas/ci.02_Situacion_aragon.detalleVisita?channelSelected=0>. Acesso em 16 nov. 2018.

GOMES, L. F. A. M.; ARAYA, M. C. G.; CARIGNANO, C. **Tomada de decisões em cenários complexos**. Tradução Marcela Cecília González Araya. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

GRATEROL, A.; ALIZO, M. A.; MOLERO, N. Las cooperativas como estrategia de gestión para el fomento de la economía social en el municipio Maracaibo del estado Zulia. Período: 1999-2006. **Revista de Ciencias Sociales (RCS)**, v. 16, n. 3, p. 442-455, jul./set. 2010.

GREILING, D. Balanced scorecard implementation in German non-profit organisations. **International Journal of Productivity and Performance Management**, v. 59, n. 6, p. 534-554, 2010.

GRIECO, C.; MICHELINI, L.; IASEVOLI, G. Measuring Value Creation in Social Enterprises: A Cluster Analysis of Social Impact Assessment Models. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 44, n. 6, p. 1173-1193, 2015.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2012, 280 p.

GUERRA, P. Economía de la Solidaridad: Consolidación de un concepto a veinte años de sus primeras elaboraciones. **Oikos: Revista de la Escuela de Administración y Economía**, n. 17, 11 p, 2004.

GUTHRIE, J.; PARKER, L.D. Corporate social disclosure practice: a comparative international analysis. **Advances in Public Interest Accounting**, v. 3, p. 159-75, 1990.

GUTHRIE, J.; PETTY, R.; YONGVANICH, K.; RICCERI, F. Using content analysis as a research method to inquire into intellectual capital reporting. **Journal of Intellectual Capital**, v. 5, n. 2, p. 282-293, 2004.

HELMIG, B.; HINZ, V.; INGERFURTH, S. Valuing Organizational Values: Assessing the Uniqueness of Nonprofit Values. **Voluntas**, v. 26, n. 6, p. 2554-2580, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: Resultados preliminares. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em: 15 out. 2015.

KAPLAN, R. S. Strategic Performance Measurement and Management in Nonprofit Organizations. **Nonprofit Management and Leadership**, v. 11, n. 3, p. 353-370, spring 2001.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. The Balanced Scorecard: measures that Drive Performance. **Harvard Business Review**, p. 70-80, jan./fev. 1992.

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis: An Introduction to its Methodology**. Sage, London, 2012.

LAVILLE, J. L. Economia Solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade & Estado**, v. 16, n. 1/2, p. 57-99, 2001.

LEE, C.; NOWELL, B. Framework for Assessing the Performance of Nonprofit Organizations. **American Journal of Evaluation**, v. 36, n. 3, p. 299-319, 2015.

LEROUX, K.; WRIGHT, N. S. Does Performance Measurement Improve Strategic Decision Making? Findings From a National Survey of Nonprofit Social Service Agencies. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 39, n. 4, p. 571-587, 2010.

LIKERT R. A technique for measurement attitudes. **American Journal of Sociology**, v. 140, p. 55-65, 1932.

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 159-178, jun. 2014.

MACLINDOE, H.; BARMAN, E. How Organizational Stakeholders Shape Performance Measurement in Nonprofits: Exploring a Multidimensional Measure. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 42, n. 4, p. 716-738, Aug. 2013.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MARTINO, G.; GIACCHÈ, G.; ROSSETTI, E. Organizing the Co-Production of Health and Environmental Values in Food Production: The Constitutional Processes in the Relationships between Italian Solidarity Purchasing Groups and Farmers. **Sustainability**, n. 8, p. 316, 2016.

MEADOWS, M.; PIKE, M. Performance Management for Social Enterprises. **Systemic Practice and Action Research**, v. 23, p. 127-141, 2010.

MERCADO SOCIAL ARAGÓN (Mescoop Aragón). **Balance Social 2016**: Datos de 2015. 45 p. 2016a. Disponível em: <<http://mercadosocialaragon.net/wp-content/uploads/sites/3/2016/12/Informe-Balance-Social-MESCOop-2016.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

MERCADO SOCIAL ARAGÓN (Mescoop Aragón). **Gestión Colectiva de Criterios para un Mercado Social**: Balance Social. 38 p. 2016b. Disponível em: <<http://mercadosocialaragon.net/balancesocial/>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

MEYSKENS, M.; PAUL, K. The Evolution of Corporate Social Reporting Practices in Mexico. **Journal of Business Ethics**, v. 91, n. 2, p. 211–227, 2010.

MIGUEL, P. A. C. et al. **Metodologia De Pesquisa Em Engenharia De Produção e Gestão De Operações**. 2. ed. Rio De Janeiro: Elsevier, 2012.

MIRANDA, C. M. G. de; ALMEIDA, A. T. de. Avaliação de pós-graduação com método ELECTRE TRI – o caso de Engenharias III da CAPES. **Revista Produção**, v. 13, n. 3, P. 101-112, 2003.

MORABITO NETO, R.; PUREZA, V. **Metodologia De Pesquisa Em Engenharia De Produção e Gestão De Operações**. MIGUEL, P. A. C. (Org.) 2. ed. Rio De Janeiro: Elsevier, 2012.

MOUSSEAU, V.; SLOWINSKI, R.; ZIELNIEWICZ, P. A user-oriented implementation of the ELECTRE-TRI method integrating preference elicitation support. **Computers & Operations Research**, v. 27, p. 757-777, 2000.

MOUSSEAU, V.; SLOWINSKI, R. Inferring an ELECTRE TRI Model from Assignment Examples. **Journal of Global Optimization**, v. 12, p. 157-174, 1998.

MOXHAM, C. Performance measurement: Examining the applicability of the existing body of knowledge to nonprofit organisations. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 29, n. 7, p. 740-763, 2009.

PACKARD, T. Staff Perceptions of Variables Affecting Performance in Human Service Organizations. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 39, n. 6, p. 971–990, 2010.

PAULINO, E.T. The agricultural, environmental and socio-political repercussions of Brazil's land governance system. **Land Use Policy**, v. 36, p. 134–144, 2014.

PEREIRA, D. V. S.; MOTA, C. M. M. Human Development Index Based on ELECTRE TRI-C Multicriteria Method: An Application in the City of Recife. **Social Indicators Research**, v. 125, n. 1, p. 19-45, 2016.

PINHEIRO, D. C. A educação na Economia Solidária: Possibilidades para um novo paradigma social. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 2, p. 301-324, mai./ago. 2013.

QUAAK, L.; AALBERS, T.; GOEDEE, J. Transparency of Corporate Social Responsibility in Dutch Breweries. **Journal of Business Ethics**, v. 76, p. 293-308, 2007.

RAMOS, P. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 141-156, set./dez. 2001.

RAMUS, T.; VACCARO, A. Stakeholders Matter: How Social Enterprises Address Mission Drift. **Journal of Business Ethics**, v. 143, p. 307-322, 2017.

RAZETO, L. La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto. **Persona y Sociedad**, v. 13, n. 2, 15 p., 1999.

RAZETO, L. Cinco constataciones sobre la pobreza, catorce tesis sobre el desarrollo social, y una conclusión sobre la economía solidaria. **Polis – Revista Latinoamericana**, n. 2, 16 p., 2002.

RAZETO, L. ¿Qué es la economía solidaria?. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, n. 110, p. 47-52, 2010.

RÉSEAU INTERCONTINENTAL DE PROMOTION DE L'ÉCONOMIE SOCIALE SOLIDAIRE - RIPESS. **About us**. 2016. Disponível em: <<http://www.ripest.org/about-us/?lang=en>>. Acesso em 25 out. 2016.

RÉSEAU INTERCONTINENTAL DE PROMOTION DE L'ÉCONOMIE SOCIALE SOLIDAIRE - RIPESS. **Charter of RIPESS**. 2008. Disponível em: <http://www.ripest.org/wp-content/uploads/2017/08/RIPESS_charter_EN.pdf>. Acesso em 03 abr. 2019.

REY-GARCÍA, M.; ÁLVAREZ GONZÁLEZ, L.I.; BELLO ACEBRÓN, L. The untapped potential of marketing for evaluating the effectiveness of nonprofit organizations: A framework proposal. **International Review on Public and Nonprofit Marketing**, v. 10, p. 87–102, 2013.

RIBEIRO, G. F. **Classificação de Métodos de Previsão de Demanda para Novos Produtos: Estudo no Sistema Brasileiro de Franquias**. 2016. 171 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia De Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia da Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2016.

RIBEIRO, S. D.; DE MÜYLDER, C. F. Economia Solidária: Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 581-614, out./dez. 2014.

ROVER, O.J.; DE GENNARO, B.C.; ROSELLI, L. Social Innovation and sustainable Rural Development: The Case of a Brazilian Agroecology Network. **Sustainability**, v. 9, p. 3, 2017.

ROY, B. **Multicriteria Methodology for Decision Aiding**. Kluwer, Dordrecht, 1996.

ROY, B. The outranking approach and the foundations of ELECTRE methods. **Theory and Decision**, v. 31, p. 49-73, 1991.

ROY, B.; FIGUEIRA, J. R.; ALMEIDA-DIAS, J. Discriminating thresholds as a tool to cope with imperfect knowledge in multiple criteria decision aiding: Theoretical results and practical issues. **Omega**, v. 43, p. 9-20, 2014

SANTOS, F. P. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-SP). São Paulo (SP), 2011.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan/jun 2004.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P.A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: The construction of autonomy among Brazilian family farmers. **Journal Peasant Studies**, v. 37, p. 379–405, 2010.

SILLANPÄÄ, V. Performance measurement in welfare services: a survey of Finnish organisations. **Measuring Business Excellence**, v. 15, n. 4, p. 62-70, 2011.

SILVA, T. C.; FERREIRA, P. R. O programa de aquisição de alimentos sob a ótica dos atores sociais envolvidos. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 33, p. 301-319, jan./mar. 2016.

SINGER, P. Dez Anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Mercado de Trabalho - IPEA**, v. 56, p. 89-93, fev. 2014.

SINGER, P. Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de Trabalho – IPEA**, v.39, p. 43-48, 2009.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOCIAS, A.; HORRACH, P. Enfoque de la responsabilidad social y la transparencia en empresas de economía solidaria. **CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, v. 77, p. 31-57, 2013.

STAESSENS, M. et al. Data Envelopment Analysis and Social Enterprises: Analysing Performance, Strategic Orientation and Mission Drift. **Journal of Business Ethics**, 2018, *in press*. DOI: 10.1007/s10551-018-4046-4.

STEVENS, R.; MORAY, N.; BRUNEEL, J. The Social and Economic Mission of Social Enterprises: Dimensions, Measurement, Validation, and Relation. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 39, n. 5, p. 1051-1082, 2015.

STRAUB, A.; KOOPMAN, M.; VAN MOSSEL, H. J. Systems approach and performance measurement by social enterprises. **Facilities**, v. 28, n. 5-6, p. 321-331, 2010.

TELLES, L. B. et al. Performance Measurement in Social Economy Organizations: a bibliographic survey using the METHODDI ORDINATIO approach. **Revista Gestão Industrial**, v. 14, n. 4, p. 222-239, out./dez. 2018.

TELLES, L. B.; MARCUELLO, C.; BITTENCOURT, J. V. M. **Economía Solidaria: las perspectivas Latinoamericana y Europea**. 6th CIRIEC International Research Conference on Social and Solidarity Economy, Manaus, 2017.

THOMSON, D. E. Exploring the Role of Funders' Performance Reporting Mandates in Nonprofit Performance Measurement. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 39, n. 4, p. 611-629, 2010.

TINOCO, J. E. P. Balanço social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 135, p. 55-72, ago. 2011.

WALTZ, A. The women who feed us: Gender empowerment (or lack thereof) in rural Southern Brazil. **Journal of Rural Studies**, v. 47, p. 31-40, 2016.

WITTMAN, H.; BLESCH, J. Food Sovereignty and Fome Zero: Connecting Public Food Procurement Programmes to Sustainable Rural Development in Brazil. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n. 1, p. 81-105, 2017.

WU, C. R.; CHANG, C. W.; LIN, H. L. FAHP Sensitivity Analysis for Measurement Nonprofit Organizational Performance. **Quality & Quantity**, v. 42, n. 3, p. 283-302, 2008.

APÊNDICE A - Questionário de Caracterização dos ERES da Região
Sudoeste do Paraná e de Validação de Critérios Iniciais com Base na Percepção
dos Decisores

QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DOS ERES DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E DE VALIDAÇÃO DE CRITÉRIOS INICIAIS COM BASE NA PERCEPÇÃO DOS DECISORES

Pesquisadora Responsável: Leomara Battisti Telles

Orientadora: Juliana Vitória Messias Bittencourt

Prezado (a)

Você está sendo convidado(a) responder este questionário que tem como objetivo caracterizar o empreendimentos rurais de economia solidária da região Sudoeste do Paraná e identificar e validar critérios de avaliação de desempenho com base na percepção dos decisores desses empreendimentos. participar da pesquisa intitulada “*Desenvolvimento de modelo de Avaliação de Desempenho para pequenos empreendimentos rurais sem fins lucrativos*“. Para isso, todos os esclarecimentos referente a mesma estão expostos abaixo, para que posso decidir livremente se quer ou não participar da pesquisa, manifestando-se de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida, conforme determina as etapas do Item IV da Resolução CNS nº 466 de 2012.

As informações desta pesquisa serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a entidade e o respondente, assegurando a não identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo. Concordando com a participação na pesquisa você reconhece que todos os esclarecimentos referentes a ela foram expostos pela pesquisadora responsável, permitindo a decisão livre com relação à participação na presente pesquisa, manifestando-se de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida, conforme determina as etapas do Item IV da Resolução CNS nº 466 de 2012.

Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos, entrar em contato através do e-mail leomara.battisti@ifpr.edu.br ou pelo telefone (46) 99102-3132. Solicitamos

responder as questões com atenção e sinceridade para não comprometer o resultado da pesquisa e salientamos que a sua participação é de extrema relevância para os resultados dessa pesquisa.

Agradecemos pela sua colaboração!

Data:

Bloco I – IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nome do empreendimento sem fins lucrativos:

Nome do presidente da organização/empreendimento solidário:

Localização do empreendimento (comunidade/distrito/localidade):

Há quanto tempo (anos) existe empreendimento?

Telefones para contato:

Qual a natureza do empreendimento?

() Associação

() Cooperativa

() Grupo informal

() Outros. Especifique: _____

Quais produtos os associados do empreendimento comercializam?

	Olerícolas*	Frutas	Carnes/ovos	Produtos Processados**	Outros
1					
2					
3					
4					
5					
6					

7					
8					
9					
10					

***Olerícolas:** Hortaliças, verduras, legumes e tubérculos.

****Produtos processados:** queijos, doces, compotas, panificados, bebidas, entre outros.

Bloco II – IMPORTÂNCIA DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Abaixo estão relacionados os alguns critérios identificados na literatura pesquisada até o momento e que os pesquisadores apresentam como sugestão para avaliar o desempenho dos empreendimentos estudados. Pede-se que cada critério listado seja avaliado e que, ao mesmo, seja atribuído um grau de importância no processo de avaliação de desempenho. Dessa forma, **quão importante para avaliar o desempenho do empreendimento você considera:**

	Sem importância	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante	Não sei responder
Dimensão 1 – Normas e documentos legais						
Possuir estatuto						
Possuir regimento interno						
Possuir registro no CNPJ						
Possuir registro na Inscrição Estadual						
Possuir inscrição municipal e alvará						
Possuir conselho administrativo estruturado e atuante						
Possuir conselho fiscal estruturado e atuante						
Quanto aos livros:						
Livro de matrícula						
Livro de atas de assembleia geral						
Livro de atas do conselho administrativo						
Livro de atas do conselho fiscal						
Livro de presença dos associados em assembleias						
Dimensão 2 – valorização do trabalho humano						
Oferecer curso/oficina sobre economia solidária aos associados/cooperados e familiares						
Oferecer curso/oficina						

sobre autogestão						
Os associados/cooperados conhecerem o estatuto ou regimento interno do empreendimento						
Oferecer preparação técnica para as atividades desenvolvidas pelos associados/cooperados						
Oferecer cursos/oficinas de uso adequado de equipamentos de segurança no trabalho						
Dimensão 3 – tecnológica e econômica						
Possuir controle de custos e despesas						
Possuir gestão do processo de precificação						
Possuir taxa de administração						
Possuir cadastro de cada produtor e seus produtos						
Possuir controle de vendas (Produtor/cliente)						
Possuir gestão de logística (entregas)						
Apresentar regularmente relatório da gestão						
Dimensão 4 – reconhecimento do feminino						
Participação de mulheres no grupo diretivo do empreendimento						
Incentivo para a participação das mulheres no processo de gestão do empreendimento						
Haver ações organizadas pelo empreendimento na busca pela igualdade de gêneros						
Incentivo às mulheres, como associadas/cooperadas, no desenvolvimento de atividades que permitam as mesmas participarem da renda da família.						
Dimensão 5 – respeito e preservação da natureza						
Trabalhar com produtos orgânicos						
Incentivo ao trabalho com produtos orgânicos						
O lixo produzido pelos produtores associados/cooperados						

receber o tratamento adequado						
Oferecer cursos/oficinas de conscientização da proteção do solo e da água						
Oferecer cursos/oficinas de conscientização de destino adequado para embalagens de agrotóxicos						
Dimensão 6 – Cooperação e solidariedade						
Disponibilizar com fácil acesso o estatuto e o regimento interno do empreendimento						
Os associados/cooperados participarem da construção do estatuto/regimento interno						
Existência de formas de organização para ajuda mútua em caso de impossibilidade de trabalho de um produtor						

Bloco III – SUGESTÕES DO EMPREENDIMENTO

Neste bloco pede-se que sejam relacionados critérios que você considere importante, mas que não estão contemplados no Bloco II e que já atribua ao mesmo um grau de importância. Salienta-se que não precisa ter ligação com as dimensões acima sugeridas.

Nas opções apresentadas dividiu-se os critérios em seis dimensões avaliativas: 1) Normas e documentos legais; 2) valorização do trabalho humano; 3) tecnológica e econômica; 4) reconhecimento do feminino; 5) respeito e preservação da natureza; e, 6) Cooperação e solidariedade, com relação a isso:

- a) Você concorda com a permanência dessas dimensões avaliativas?
- b) Você sugere a exclusão de alguma dimensão? Quais?
- c) Você sugere a inclusão de alguma dimensão? Quais?

Outras sugestões/observações:

APÊNDICE B - Questionário de Análise da Experiência do Mercado Social
Aragón – Espanha

QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MERCADO SOCIAL ARAGÓN – ESPANHA⁴

Este questionário tem como objetivo analisar a importância e a utilidade da ferramenta do Balanço Social para introduzir melhoras. Este questionário é confidencial. Os dados obtidos com o mesmo serão tratados em conjunto para criar estatísticas gerais e nunca publicados separados.

Este questionário além de ser utilizado pela Cooperativa MESCoop Aragón, é parte integrante da investigação intitulada “Balanço Social para avaliação de desempenho em Organizações de Economia Social e Solidária: um estudo empírico do Mercado Social Aragón” que se desenvolve junto ao Grupo de Estudos Sociais e Econômicos do Terceiro Setor (GESES) da Universidade de Zaragoza, e só se revelaram em eventos e publicações científicas, sem identificação dos voluntários.

Agradecemos pela sua colaboração!

Nome da entidade: _____

Avaliação Geral da Ferramenta

Avalie de 1 a 5, em termos gerais, o processo do Balanço Social de 2016:

Termo	1	2	3	4	5
Aplicação informática					
Gráfico final					
Informe final					
Divulgação dos resultados					

O Balanço Social te resulta uma ferramenta útil?

() Sim

() Não

Por quê?

Que melhora geral introduziria?

- Indique aqui se você considera algum indicador importante para sua entidade que não está contemplado no Balanço:

⁴ Este questionário foi aplicado originalmente na Língua Espanhola.

- Indique aqui se você considera algum indicador que não contribui nada com o Balanço:

Quantas pessoas da entidade estiveram envolvidas na realização do Balanço Social em 2016?

- Toda a entidade
 Aproximadamente 50%
 Aproximadamente 25%
 Menos de 25%
 Somente uma pessoa

Todos os trabalhadores foram informados sobre os resultados do Balanço Social de 2016 (dados de 2015)?

- Sim
 Não
 Por quê?

O uso do Balanço Social					
A seguir apresentam-se questões relacionadas com o uso dos resultados obtidos na gestão cotidiana das entidades. Escolha uma única resposta, de 1 a 5 para cada uma das questões, onde 1 corresponde ao nível mais baixo (nunca) e 5 corresponde ao nível mais alto (sempre)					
	1 (nunca)	2 (em alguns casos)	3 (em metade dos casos)	4 (na maioria dos casos)	5 (sempre)
1) Em que medida a entidade utilizou / incorporou os resultados do Balanço Social nas decisões sobre o bem-estar trabalhadores? (treinamento, contratação, conflitos internos, cuidados com dependentes, autocuidado, riscos ocupacionais, etc.).					
2) Em que medida a entidade utilizou / incorporou os resultados do Balanço Social na decisão de dedicar tempo e recursos às iniciativas de transformação social? (MesCoop, REAS, entidades promotoras da economia solidária, outras entidades de transformação social, etc.).					
3) Em que medida a entidade utilizou / incorporou os resultados do Balanço Social na participação e corresponsabilidade interna (distribuição equitativa de tarefas, uso da linguagem e comunicação inclusiva, participação dos trabalhadores no planejamento da entidade, etc.).					
4) Em que medida a entidade utilizou / incorporou os resultados do Balanço Social na política de					

compras ou de contratação de serviços?					
5) Em que medida a entidade utilizou / incorporou os resultados do Balanço Social na decisão de oferecer produtos e/ou serviços com acessibilidade econômica? (preços diferenciados por grupos com diferentes capacidades econômicas, descontos, etc.)					
6) Em que medida a entidade utilizou / incorporou os resultados do Balanço Social relacionados à sustentabilidade ambiental? (economia de energia, reciclagem de produtos, meios de transporte utilizados, etc.).					
7) Em que medida a entidade utilizou / incorporou os resultados do Balanço Social na decisão de cooperar com outras entidades de economia social e solidária e com o entorno?					
9) Em que medida a entidade usa o Balanço Social como um instrumento para se aproximar da comunidade/sociedade?					
10) Em que medida a entidade utiliza os resultados do Balanço Social como ponto de partida para melhorar continuamente os resultados dos indicadores? (Grau de cumprimento dos compromissos da Economia Social e Solidária adquiridos)					
11) A entidade apresenta sugestões para a melhoria do Balanço Social elaborado anualmente pela MEScoop Aragón?					
12) Em que medida a entidade usa o Balanço Social como uma ferramenta para avaliar seu impacto social? (Desempenho econômico, social e ambiental).					
13) Qual o nível de importância que a entidade atribui ao Balanço Social como uma ferramenta de prestação de contas e de transparência (perante trabalhadores, voluntários, consumidores, fornecedores, etc.)?					
14) Qual o nível de importância que a entidade atribui ao Balanço Social como uma ferramenta para o conhecimento da situação atual da entidade? (econômico, social, ambiental, etc.).					

- Outras considerações a cerca do Balanço Social

15) Depois de realizar o Balanço Social, as mudanças produzidas na entidade são:

16) Se desejar, anote abaixo, outras questões que considere importantes a cerca do Balanço Social:

APÊNDICE C - Questionário de Aplicação do Modelo para Avaliação de
Desempenho em ERES

QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO DO MODELO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM ERES

Prezado (a)

Este questionário é parte da pesquisa de doutorado da acadêmica Leomara Battisti Telles, do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR, Câmpus Ponta Grossa, sob a orientação da Professora Doutora Juliana Vitória Messias Bittencourt. O questionário tem como objetivo investigar o desempenho dos empreendimentos rurais de economia solidária da região Sudoeste do Paraná, bem como identificar os pesos dos critérios utilizados. As informações desta pesquisa serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a entidade e o respondente, assegurando a não identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo.

Concordando com a participação na pesquisa você reconhece que todos os esclarecimentos referentes a ela foram expostos pela pesquisadora responsável, permitindo a decisão livre com relação à participação na presente pesquisa, manifestando-se de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida, conforme determina as etapas do Item IV da Resolução CNS nº 466 de 2012.

Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos, entrar em contato através do e-mail leomarabattisti@ifpr.edu.br ou pelo telefone (46) 99102-3132. Solicitamos responder as questões com atenção e sinceridade para não comprometer o resultado da pesquisa e salientamos que a sua participação é de extrema relevância para os resultados dessa pesquisa.

Agradecemos pela sua colaboração!

BLOCO I – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Neste bloco pretende-se levantar informações de caracterização dos empreendimentos pesquisados e dados para futuros contatos, caso seja necessário.

Nome do empreendimento:

 Ano de constituição:

 Nome do Respondente:

 Cargo/Função do Respondente:

 E-mail/telefone para contato:

Culturas e atividades desenvolvidas pelos cooperados/associados:

() Grãos

() Olerícolas

() Frutas

() Carnes e/ou ovos

() Produtos processados

() Outras: _____

O empreendimento conta com trabalhadores(as) voluntários(as)? (não assalariados que trabalham na entidade)

() Não

() Sim

Se sim, quantos?

Mulheres: _____

Homens: _____

BLOCO II - PESO DOS CRITÉRIOS SELECIONADOS

Neste bloco pretende-se identificar junto aos empreendimentos qual é o peso (nível de importância) de cada critério selecionado para realizar a avaliação de desempenho em termos de princípios da Economia Solidária. Dessa forma, nas questões a seguir indicar o grau de importância de cada critério apresentado, adotando pesos de 1 a 5, em que 1 equivale ao menor grau de relevância (1 - Nada importante) e 5 equivale ao maior grau de relevância (5 - Extremamente importante).

	Com relação à dimensão "Gestão Democrática e Legalização", atribua um grau de importância aos critérios abaixo:	1 Nada Importante	2 Pouco Importante	3 Importante	4 Muito Importante	5 Extremamente Importante
1	Qual é a visão do empreendimento sobre os associados(as) serem também trabalhadores(as) desse mesmo empreendimento?					
2	Qual é o peso atribuído pelo empreendimento à transparência interna? (acessibilidade por todos os(as) associados(as) e trabalhadores(as) a informações claras de processos, situação econômica, etc)					
3	Qual é a visão do empreendimento com relação à participação de					

	todos os associados(as) nas decisões relevantes do empreendimento?					
4	Qual é o peso atribuído à atualização e conservação de registros e documentos legais necessários para o bom funcionamento do empreendimento? (CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal, Alvará, Vigilância Sanitária, Estatuto e Regimento Interno, Livros de Registros, etc).					
5	Qual é a posição do empreendimento em relação à renovação periódica dos Conselhos? (Fiscal, Administração, etc).					
6	Qual é o peso atribuído ao planejamento participativo?					
	Com relação à dimensão "Valorização do Trabalho Humano", atribua um grau de importância aos critérios abaixo:	1 Nada Importante	2 Pouco Importante	3 Importante	4 Muito Importante	5 Extremamente Importante
7	Qual é o peso atribuído ao investimento em formação técnica e/ou treinamento de trabalhadores(as) do empreendimento?					
8	Qual é a visão do empreendimento em relação à oferta de formação teórica e prática sobre prevenção de acidentes de trabalho?					
9	Qual é a posição do empreendimento em relação a diminuir a diferença entre o salário mais alto e o salário mais baixo no empreendimento?					
10	Qual é a visão do empreendimento em relação à liberação/licença remunerada por razões de cuidados urgentes a entes queridos(terceiros)? (sem dedução do salário ou recuperação do horário de trabalho)					
11	Qual é o peso atribuído ao investimento para formação teórica e prática dos associados(as) em relação às atividades de produção desenvolvidas por eles(as)?					
12	Qual é a posição do empreendimento em relação ao incentivo à cultura e ao lazer para os associados(as) e trabalhadores(as)?					
	Com relação à dimensão "Viabilidade Tecnológica E Econômica", atribua um grau de importância aos critérios abaixo:	1 Nada Importante	2 Pouco Importante	3 Importante	4 Muito Importante	5 Extremamente Importante

13	Qual é o peso atribuído em relação ao conhecimento da origem da receita bruta do empreendimento? (vendas de bens e prestação de serviços, subvenção e/ou convênios com a administração pública, outras receitas)					
14	Qual é o peso atribuído à destinação dada pelo empreendimento às suas sobras financeiras?					
15	Qual é a visão do empreendimento em relação à apresentação periódica dos relatórios de gestão para associados(as) e trabalhadores(as)?					
16	Qual é a posição do empreendimento em relação à oferta de cursos sobre gestão da propriedade rural aos seus associados?					
17	Qual é o peso atribuído à existência de política de negociação de dívidas?					
18	Qual é o peso atribuído à existência de planejamento para evitar a descapitalização do empreendimento?					
	Com relação à dimensão “Compromisso com as Minorias”, atribua um grau de importância aos critérios abaixo:	1 Nada Importante	2 Pouco Importante	3 Importante	4 Muito Importante	5 Extremamente Importante
19	Qual é o peso atribuído pelo empreendimento à equidade de gêneros?					
20	Qual é a posição do empreendimento em relação a diminuir a diferença salarial entre os sexos? (trabalhadores e trabalhadoras).					
21	Qual é o peso atribuído pelo empreendimento à inclusão social de minorias, tanto no quadro de associados(as) como no de trabalhadores(as)?					
22	Qual é a visão do empreendimento em relação à presença de mulheres nos Conselhos de Administração e Fiscal?					
23	Qual é a visão do empreendimento em relação à presença de mulheres no quadro de associados?					
24	Qual é o peso atribuído às ações de combate ao preconceito? (seja ele social, racial, cultural, religioso, de gênero, etc.)					
	Com relação à dimensão “Sustentabilidade Ambiental”, atribua um grau de importância aos critérios abaixo:	1 Nada Importante	2 Pouco Importante	3 Importante	4 Muito Importante	5 Extremamente Importante

25	Qual é a visão do empreendimento em relação à presença de valores de sustentabilidade ambiental na missão organizacional? (missão é a razão de ser de uma organização, é a tradução dos seus principais propósitos)					
26	Qual é a posição do empreendimento em relação à existência de ações de redução do consumo de energia?					
27	Qual é o peso atribuído ao hábito de reciclagem e/ou reutilização de produtos?					
28	Qual é a posição do empreendimento em relação à produção orgânica/agroecológica?					
29	Qual é o peso atribuído às ações de incentivo e fomento à produção orgânica?					
30	Qual é a visão do empreendimento em relação à oferta de cursos/oficinas de conscientização da necessidade do bom uso do solo e da água?					
	Com relação à dimensão "Cooperação e Solidariedade", atribua um grau de importância aos critérios abaixo:	1 Nada Importante	2 Pouco Importante	3 Importante	4 Muito Importante	5 Extremamente Importante
31	Qual é a posição do empreendimento em relação à intercooperação entre as entidades de economia solidária? (cooperativas, associações, etc).					
32	Qual a importância da escolha da instituição financeira em que o empreendimento opera? (solidária, cooperativa, bancos em geral, etc)					
33	Qual é o peso atribuído ao apoio de iniciativas locais e/ou disponibilização de tecnologias à comunidade? (cessão de infraestrutura, material audiovisual, recursos econômicos, permissão para folhas de abaixo assinado, cartazes, etc)					
34	Qual é a posição do empreendimento em relação à oferta de espaços democráticos? (Assembleias/debates/conversas sobre os mais diversos temas, como economia solidária e/ou cooperativismo e associativismo, autogestão, etc)?					
35	Qual é o peso atribuído ao bem estar do consumidor?					
36	Qual é a posição do empreendimento em relação às iniciativas de promoção dos produtos da agricultura familiar e da					

economia solidária?					
---------------------	--	--	--	--	--

BLOCO III - DESEMPENHO NOS CRITÉRIOS SELECIONADOS

Neste bloco pretende-se avaliar a performance de cada empreendimento em cada um dos critérios selecionados. Dessa forma, favor avaliar as questões a seguir e responder de acordo com a realidade do empreendimento. Para cada questão escolher apenas uma resposta.

Dimensão I: "Gestão Democrática e Legalização"

37 Com relação aos trabalhadores(as), responda os itens abaixo*:

Qual o número de associados(as) que trabalham no empreendimento?

Mulheres: _____

Homens: _____

Qual o número de NÃO associados(as) que trabalham no empreendimento?

Mulheres: _____

Homens: _____

*Nesta questão será calculado o percentual de trabalhadores(as) que também são associados(as) ao empreendimento.

38 Qual o percentual aproximado de pessoas envolvidas (trabalhadores(as) e associados(as)) tem acesso à situação econômica do empreendimento, bem como às remunerações praticadas e aos seus procedimentos internos, etc.?

(1) Até 25%

(2) De 26% a 50%

(3) De 51% a 75%

(4) Mais de 75%

39 Com que frequência os associados se reúnem para processos de tomada de decisão?

(1) Uma vez por ano

(2) Pelo menos uma vez a cada 6 meses

(3) Pelo menos três vezes por semestre

(4) Uma vez por mês

40 O empreendimento possui todos os registros e documentos legais necessários para o seu bom funcionamento? (CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal, Alvará, Vigilância Sanitária, Estatuto e Regimento Interno, Livros de Registros, etc).

(1) Não, nenhum

(2) Sim, somente alguns dos necessários

(3) Sim, todos os necessários para a atividade do empreendimento

41 Com que frequência é realizada a renovação dos Conselhos (Fiscal e de Administração)?

(1) Não está definido

(2) Período superior a 4 anos

(3) Pelo menos a cada 4 anos

42 O planejamento interno é realizado com a participação dos(as) associados(as) e trabalhadores(as)?

- (1) Não é realizado planejamento interno
- (2) Não, somente os Conselhos são convidados a participar
- (3) Sim, somente associados(as) são convidados(as) a participar
- (4) Sim, todos(as) associados(as) e trabalhadores(as) são convidados(as) a participar

Dimensão II: “Valorização do Trabalho Humano”

43 São implementadas medidas para promover a formação e/ou treinamento dos trabalhadores(as)?

- (1) Não, nenhuma
- (2) Os horários são adaptados para facilitar o treinamento
- (3) As horas de treinamento estão incluídas durante o horário de trabalho e/ou ajudam a cobrir o custo do treinamento

44 É ofertada formação teórica e prática, suficiente e adequada quanto à prevenção de acidentes de trabalho?

- (1) Não, a entidade ainda não consegue realizar esses treinamentos
- (2) Sim, somente para trabalhadores(as)
- (3) Sim, para trabalhadores(as) e associados(as)

45 Relacione em R\$ o valor do salário bruto mais alto e o salário bruto mais baixo do empreendimento com base no exercício de 2017*:

Maior salário bruto: _____

Menor salário bruto: _____

*Nesta questão será calculada a diferença entre o maior e o menor salário.

46 Há no empreendimento liberação/licença remunerada por razões de cuidados urgentes (doenças, etc)? (sem dedução do salário ou recuperação do horário de trabalho)

- (1) Não há
- (2) Sim, somente para cuidados urgentes de filhas/filhos
- (3) Sim, para cuidados urgentes de família extensa (mãe, pai, avó, parceiro, colega de apartamento, etc.)

47 É ofertada formação teórica e prática suficiente e adequada para as atividades desenvolvidas pelos(as) associados(as)?

- (1) Não, nunca foi ofertado
- (2) Sim, em intervalos maiores que um ano
- (3) Sim, pelo menos uma vez por ano

48 São desenvolvidas ações de incentivo à cultura e ao lazer para os(as) associados(as) e trabalhadores(as)?

- (1) Não
- (2) Sim, somente para associados(as) ou somente para trabalhadores(as)
- (3) Sim, para associados(as) e para trabalhadores(as)

Dimensão III: “Viabilidade Tecnológica E Econômica”

49 Como é obtida a receita bruta do empreendimento*?

Valor total anual de receitas (R\$)

- Oriundas de vendas de bens e prestação de serviços: _____
- Oriundas de subvenção e/ou convênios com a administração pública: _____
- Outras receitas: _____

*Nesta questão será calculado o percentual proveniente de cada fonte: Receita de cada fonte individual/receita total.

50 Qual a destinação dada pelo empreendimento às sobras?

- (1) O empreendimento não obteve sobras nos últimos exercícios (2016 e 2017)
- (2) Reservas definidas por lei e restante geralmente devolvido aos associados(as) proporcionalmente as suas operações
- (3) Reservas definidas por lei e restante geralmente destinado ao aumento do capital dos associados(as) proporcionalmente as suas operações e/ou outras formas de reinversão no próprio empreendimento

51 O empreendimento apresenta regularmente relatório de gestão para associados(as) e trabalhadores(as)?

- (1) Não, entendemos que não há necessidade
- (2) Sim, somente para conselho fiscal e administrativo
- (3) Sim, somente para associados(as)
- (4) Sim, para associados(as) e trabalhadores(as)

52 O empreendimento oferta cursos sobre gestão rural aos associados(as)?

- (1) Não, nunca ofertou
- (2) Sim, em intervalos maiores que um ano
- (3) Sim, pelo menos uma vez por ano

53 O empreendimento possui política de negociação de dívidas?

- (1) Não, ainda não definiu
- (2) Sim, informalmente (de forma verbal, sem documentação)
- (3) Sim, formalmente definidas (documentadas em Estatuto, Regimento e/ou Atas)

54 Há no empreendimento planejamento para evitar a sua descapitalização?

- (1) Não há planejamento quanto à descapitalização
- (2) O empreendimento está em fase de planejamento
- (3) Há planejamento e ações bem definidas para evitar a descapitalização do empreendimento

Dimensão IV: “Compromisso com as Minorias”

55 Qual o número de postos de trabalho do empreendimento*?

Mulheres: _____

Homens: _____

LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros): _____

*Nesta questão será calculada a equidade de gênero.

56 Relacione em R\$ o valor do salário médio dos homens e o valor do salário médio das mulheres no empreendimento com base no exercício de 2017*: (some todos os salários calculados e divida pelo número pessoas)

Salário médio dos homens: _____

Salário médio das mulheres: _____

*Nesta questão será calculada a diferença salarial por sexo.

57 Número de trabalhadores compreendidos nas seguintes situações*:

Nº de trabalhadores (associados ou não) com deficiência: _____

Nº de trabalhadores (associados ou não) imigrantes: _____

Nº de trabalhadores (associados ou não) de minorias étnicas (índios, negros descendentes de quilombos): _____

Nº de trabalhadores (associados ou não) do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal: _____

*Nesta questão será calculada a diversidade dos trabalhadores

58 Qual o número de associados/cooperados(as) que participa nos Conselhos Fiscal e de Administração*?

Mulheres: _____

Homens: _____

LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros): _____

*Nesta questão será calculada a equidade de gênero nos conselhos.

59 Qual é o número de associados/cooperados(as) do empreendimento*?

Mulheres: _____

Homens: _____

LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros): _____

*Nesta questão será calculada a equidade de gênero com relação às pessoas associadas.

60 Há no empreendimento ações de combate ao preconceito? (incentivo à autonomia feminina, palestras/debates sobre igualdade de gênero (incluindo LGBT's) e respeito à diversidade, seja social, racial, cultural, religiosa, de gênero, etc)?

(1) Não

(2) Sim, mas informalmente e indiretamente, com ações em período superior a um ano

(3) Sim, formalmente registradas e diretamente, com ações pelo menos uma vez por ano

Dimensão V: "Sustentabilidade Ambiental"

61 Qual é a missão do empreendimento*?

() O empreendimento ainda não possui missão claramente definida.

Se o empreendimento possui missão claramente definida apresente aqui:

*Nesta questão serão analisados valores de sustentabilidade ambiental presentes na missão.

62 O empreendimento possui um plano para reduzir o consumo de energia?

- (1) Atualmente não
- (2) Mecanismos tradicionais de eficiência (tomadas e lâmpadas econômicas, desligar as luzes)
- (3) Grandes mudanças na instalação elétrica ou máquinas para aumentar a eficiência

63 O empreendimento recicla e/ou reutiliza produtos que ainda podem ser usados?

- (1) Nunca ou quase nunca, menos de 10% dos produtos são destinados à reciclagem e / ou reutilizados
- (2) Às vezes, entre 11% e 40% dos produtos são destinados à reciclagem e/ou reutilizados
- (3) Muitas vezes, entre 41% e 75% dos produtos são destinados à reciclagem e/ou reutilizados
- (4) Sempre ou quase sempre, mais de 75% dos produtos são destinados à reciclagem e/ou reutilizados

64 Percentual aproximado de produtores(as) associados(as) que trabalham com produtos orgânicos/agroecológicos ?

- (1) Até 25%
- (2) De 26% a 50%
- (3) De 51% a 75%
- (4) Mais de 75%

65 Há no empreendimento iniciativas de fomento à produção orgânica?

- (1) Não
- (2) Sim, informalmente, através de conversas informais ou ações em período superior a um ano
- (3) Sim, formalmente, com ações pelo menos uma vez por ano

66 O empreendimento oferta cursos/oficinas de conscientização da necessidade de proteção do solo e da água?

- (1) Não
- (2) Sim, em intervalo superior a um ano
- (3) Sim, pelo menos uma vez por ano

Dimensão VI: "Cooperação e Solidariedade"

67 O empreendimento intercoopera com outras entidades cooperativas ou de Economia Solidária (Fóruns e/ou Conselhos de Economia Solidária, movimentos sociais ou outros empreendimentos de Economia Solidária)?

- (1) Não, não tem relação com nenhuma outra cooperativa ou entidade de Economia Solidária
- (2) Sim, somente com a cooperativa ou associação central
- (3) Sim, com pelo menos mais uma cooperativa/associação ou entidade de Economia Solidária além da central

68 Em que tipo de instituição financeira o empreendimento opera normalmente?

- (1) Somente com entidades bancárias em geral (Ex: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, etc)
- (2) Entidades bancárias em geral e cooperativas
- (3) Cooperativas de crédito em geral (Ex: Sicoob, Sicredi, etc)
- (4) Cooperativas de crédito solidário (Ex: Cresol, etc), bancos comunitários (Ex: Banco Palmas, etc) e/ou outras formas de crédito solidário de fundos específicos (Ex: Cáritas, Fundos perdidos, etc)

69 O empreendimento apoia iniciativas locais e/ou disponibiliza recursos à comunidade? (cessão de infraestrutura, material audiovisual, recursos econômicos, permite colocar abaixo assinados, cartazes, etc.)?

- (1) Não apoia
- (2) Sim, mas não há muita solicitação
- (3) Sim, com frequência

70 São ofertados treinamentos/palestras/debates/conversas sobre economia solidária e/ou cooperativismo e associativismo, e autogestão?

- (1) Não, nunca foi ofertado
- (2) Sim, em intervalos maiores que um ano
- (3) Sim, pelo menos uma vez por ano

71 O empreendimento possui iniciativas de conscientização da importância do bem estar do consumidor? (Produtos orgânicos, com cuidados sanitários necessários, etc)

- (1) Não
- (2) Sim, informalmente (através de conversas informais) e/ou com ações em intervalo superior a um ano
- (3) Sim, com ações formalmente definidas e/ou com ações pelo menos uma vez por ano

72 O empreendimento possui iniciativa de promoção dos produtos da agricultura familiar e da economia solidária? (Marketing, embalagens dos produtos, eventos de divulgação, palestras, etc)

- (1) Não
- (2) Sim, informalmente (através de conversas informais) e/ou com ações em intervalo superior a um ano
- (3) Sim, com ações formalmente definidas e/ou com ações pelo menos uma vez por ano

- Listar abaixo comentários sobre o questionário ou outros que julgue importante.

APÊNDICE D - Questionário de Validação da Língua Portuguesa

QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Prezado (a)

Este questionário de validação é parte da pesquisa de doutorado da acadêmica Leomara Battisti Telles, do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR, Câmpus Ponta Grossa, sob a orientação da Professora Doutora Juliana Vitória Messias Bittencourt. O questionário de VALIDAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA tem como objetivo a validação do QUESTIONÁRIO DE PESQUISA NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA por profissional da área de Língua Portuguesa, a fim de averiguar a sua qualidade quanto a vocabulário, gramática, ortografia, concordância, dentre outras variáveis.

As informações desta pesquisa são confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não sendo publicados os nomes dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo. Concordando em responder este questionário de validação Língua Portuguesa você reconhece que todos os esclarecimentos referentes a ele foram expostos pela pesquisadora responsável, permitindo a decisão livre com relação à participação na presente pesquisa, manifestando-se de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida, conforme determina as etapas do Item IV da Resolução CNS nº 466 de 2012.

Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos, entrar em contato através do e-mail leomara.battisti@ifpr.edu.br ou pelo telefone (46) 99102-3132. Solicitamos responder as questões com atenção e sinceridade para não comprometer o resultado da pesquisa e salientamos que a sua participação é de extrema relevância para os resultados da pesquisa.

Agradecemos sua colaboração!

1) Classifique o QUESTIONÁRIO DE PESQUISA NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA quanto a sua redação:

Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Excelente
1	2	3	4	5

Observações: _____

- 2) As questões estão redigidas de forma clara e objetiva? Justifique sua resposta.
- 3) O vocabulário utilizado está de acordo com os objetivos a que se propõe? (Justifique sua resposta).
- 4) São necessárias alterações na introdução do questionário? (Em caso afirmativo, registre aqui).
- 5) São necessárias alterações na descrição dos blocos das questões?
- 6) Analise todas as questões apresentadas no QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ENTIDADES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA e indique abaixo quais necessitam de revisão ou reescrita. (Considere as seguintes variáveis: ortografia, gramática, pontuação, acentuação e concordância verbal e nominal).

Número da questão:
Forma correta:

Caso necessário, acrescente novas caixas de texto.

Sabendo que o instrumento de coleta dos dados QUESTIONÁRIO DE PESQUISA NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA será enviado a 9 entidades de economia solidária, após realizar as correções/sugestões da sua validação, você considera que o questionário:

- (1) Não está apto para ser enviado
- (3) Neutro
- (5) Está apto para ser enviado

APÊNDICE E - Questionário de validação por profissional de Economia
Solidária

QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO POR PROFISSIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Prezado (a)

Este questionário de validação é parte da pesquisa de doutorado da acadêmica Leomara Battisti Telles, do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR, Câmpus Ponta Grossa, sob a orientação da Professora Doutora Juliana Vitória Messias Bittencourt. O questionário de VALIDAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA tem como objetivo a validação do QUESTIONÁRIO DE PESQUISA NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA por profissional da área de Economia Solidária, a fim de averiguar a sua qualidade quanto a pertinência das questões, dentre outras variáveis.

As informações desta pesquisa são confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não sendo publicados os nomes dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo. Concordando em responder este questionário de validação Profissional de Economia Solidária você reconhece que todos os esclarecimentos referentes a ele foram expostos pela pesquisadora responsável, permitindo a decisão livre com relação à participação na presente pesquisa, manifestando-se de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida, conforme determina as etapas do Item IV da Resolução CNS nº 466 de 2012.

Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos, entrar em contato através do e-mail leomara.battisti@ifpr.edu.br ou pelo telefone (46) 99102-3132. Solicitamos responder as questões com atenção e sinceridade para não comprometer o resultado da pesquisa e salientamos que a sua participação é de extrema relevância para os resultados da pesquisa.

Agradecemos sua colaboração!

1) Avalie o questionário com relação aos itens abaixo e apresente seus comentários:

- ✓ Apresentação do instrumento e dos blocos
- ✓ Relevância das questões
- ✓ Questões relacionadas ao objetivo da pesquisa
- ✓ Interpretação das questões
- ✓ Aplicabilidade do questionário
- ✓ Abrangência das questões
- ✓ Relevância do questionário
- ✓ Questões redundantes e/ou desnecessárias
- ✓ Ordem dos blocos e questões